



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

CEARÁ

CONSTITUINTES ESTADUAIS DE 1989

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E REGISTROS BIOGRÁFICOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – MALCE
DEPUTADO PONTES NETO

Osmar Maia Diógenes e Ma. Teresa Ribeiro-Diógenes
Organizadores
(Pesquisa e Contextualização)

CEARÁ

CONSTITUINTES ESTADUAIS DE 1989

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E REGISTROS BIOGRÁFICOS



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**
Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza
2019

Copyright: © 2019 by Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Organização, pesquisa e texto: Osmar Maia Diógenes e Ma. Teresa Ribeiro-Diógenes
Pesquisa, digitação, diagramação, projeto gráfico, edição de texto e revisão: Ma. Teresa Ribeiro-Diógenes
Assessoria de pesquisa, de texto e digitação: Carlos Pontes, Diego Morais, Fernanda Maciel, Ivana Costa, John Alves, Marcela Loiola e Venússia Ribeiro
Assessoria de revisão: Rubens Airton Rocha e Thadeu Nobre
Revisão final: Osmar Diógenes
Projeto Gráfico de Capa: Gotardo Freire
Foto da capa: Promulgação da Constituição do Ceará - acervo particular do deputado Antônio Câmara
Impressão e Acabamento: INESP
Fotografias cedidas pelos parlamentares e/ou familiares; Coordenadoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa
Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

C387c Ceará. Assembleia Legislativa. Memorial Deputado Pontes Neto
Ceará constituintes estaduais de 1989: contextualização histórica e registros biográficos / organizadores, Osmar Maia Diógenes e Ma. Teresa Ribeiro-Diógenes -- Fortaleza: INESP, 2019.
187p. il., ;30 cm.

ISBN: 978-85-7973-140-2

1.Ceará, Deputados Estaduais, biografias. I. Diógenes, Osmar Maia. II. Ribeiro-Diógenes, Ma. Teresa. III. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. IV. Título

CDD 923.28131

Permitida a divulgação dos textos e fotografias contidos neste livro, desde que citados autor e fontes.

VENDA PROIBIDA

EDITORA INESP

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 – Ed. Senador César Cals, 1º andar
Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900
Tel: (85) 3277 3701 – Fax: (85) 3277 3707
www.al.ce.gov.br/inesp e-mail: inesp@al.ce.gov.br

MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

Av. Desembargador Moreira, nº 2807 - sala 115
Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900
Tel: (85) 3277 3727 – 3277 3700
e-mail: memorial@al.ce.gov.br



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

30ª Legislatura

**Mesa Diretora
2019–2020**

Deputado José Sarto
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-presidente

Deputado Dannel Oliveira
2º Vice-presidente

Deputado Evandro Leitão
1º Secretário

Deputado Aderlânia Noronha
2º Secretária

Deputado Patrícia Aguiar
3º Secretária

Deputada Leonardo Pinheiro
4ª Secretário



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**
Malce

Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Malce

Presidência: Osmar Maia Diógenes

Curadoria: Marinez Alves

Administração: Martha Abreu

Secretaria: Venússia Ribeiro

Parlamento e sua História

Coordenadoria: Socorro Medeiros e Cléa Menezes

Carlos Pontes

Edna Camarço

Edna Pontes

Eveline Freitas

Gerderlânia Holanda

Germana Pontes

Ivana Costa

Lígia Farias

Marcela Loiola

Rubens Rocha

Thadeu Nobre

Mediadores:

Ariadna Carvalho

Eveline Freitas

Juliane Moraes

Rodolfo Farias

Programa Editorial

Coordenadoria: Ma. Teresa Ribeiro-Diógenes

Carlos Pontes

Diego Moraes

Edna Pontes

Fernanda Maciel

John Alves

Thadeu Nobre

Construção Compartilhada da Cidadania

Coordenadoria: Thadeu Nobre

Amílcar Ribeiro

Diego Alves

Fernanda Maciel

John Alves

Martha Abreu

Ma. Teresa Ribeiro-Diógenes

Conservação, restauro e manutenção: Edwirges Ximenes

SUMÁRIO

SUMÁRIO	9
APRESENTAÇÃO	13
HONRA AO MÉRITO	17
PROLEGÔMENOS.....	19
MESA DIRETORA	49
ANTÔNIO GOMES DA SILVA CÂMARA	51
ANTÔNIO DOS SANTOS SOARES CAVALCANTE	52
HUMBERTO MACÁRIO DE BRITO.....	53
NARCÉLIO SOBREIRA LIMAVERDE	54
JOSÉ ILÁRIO GONÇALVES MARQUES.....	55
GERALDO GOMES DE AZEVEDO.....	57
JOÃO ELMO MORENO CAVALCANTE	58
JOSÉ EVERARDO SILVEIRA.....	59
LÍDERES PARTIDÁRIOS	61
LUÍS ALEXANDRE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO DE PAULA PESSOA.....	63
FRANCISCO ERIVANO CRUZ	66
NILO SÉRGIO VIANA BEZERRA	67
PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO.....	68
FRANCISCO FRANZÉ LEITE MORAES.....	69
JOÃO ALFREDO TELLES MELO	70
ANTÔNIO BITU DOS SANTOS	72
MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA.....	73
PARLAMENTARES	77
FRANCISCO PINHEIRO LANDIM	79
MANOEL DUCA DA SILVEIRA NETO	82
ALCEU VIEIRA COUTINHO	84
ANTÔNIO DE ALMEIDA JACÓ	85
ANTÔNIO LEITE TAVARES.....	86
CLÁUDIO AUGUSTO FERNANDES PINHO.....	88
DOMINGOS JOSÉ CARVALHO ARAÚJO DE HOLANDA FONTES.....	90
EDSON DA SILVA.....	91
ERASMO RODOVALHO DE ALENCAR	92
EUDORO WALTER DE SANTANA	93
FRANCISCO AGACI FERNANDES DA SILVA	96
FRANCISCO CÉSAR PIERRE BARRETO LIMA.....	97
FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR.....	98
FRANCISCO FONSECA COELHO	100
FRANCISCO JARBAS NÉRI BEZERRA DE MENEZES	101

JOÃO LUIZ RAMALHO DE OLIVEIRA FILHO.....	102
JOÃO VIANA DE ARAÚJO.....	104
JOSÉ HENRIQUE AZEVEDO.....	105
JOSÉ MARIA BARROS DE PINHO.....	107
JOSÉ TARCÍSIO CAMPOS MONTEIRO.....	110
JÚLIO GONÇALVES REGO.....	112
LIADERSON PONTES FILHO.....	114
LUIZ ALBERTO VIDAL PONTES.....	116
MARIA DIAS CAVALCANTE VIEIRA.....	119
MARIA LÚCIA MAGALHÃES CORRÊA.....	121
PEDRO JOSÉ PHILOMENO GOMES FIGUEIREDO.....	123
RAIMUNDO GOMES FARIAS.....	124
RAIMUNDO NONATO PRADO DE AGUIAR.....	125
TEODORICO JOSÉ DE MENEZES NETO.....	127
TOMAZ ANTÔNIO BRANDÃO.....	130
PARTICIPANTES.....	133
CARLOS ALBERTO CRUZ.....	135
CASIMIRO LEITE DE OLIVEIRA NETO.....	136
CIRO FERREIRA GOMES.....	137
FRANCISCO CARLOS MACEDO TAVARES.....	140
FRANCISCO EDNALDO BESSA.....	142
FRANCISCO JOSÉ VIEIRA DE FIGUEIREDO CORREIA.....	143
FRANCISCO MARCUS MELO VIANA.....	145
JOSÉ BEZERRA DE MELO.....	146
JOSÉ PARENTE PRADO.....	147
MOÉSIO LOIOLA DE MELO.....	149
ENTREVISTAS.....	151
ANTÔNIO CÂMARA.....	153
MANOEL DUCA.....	154
ANTÔNIO DOS SANTOS.....	156
NARCÉLIO LIMAVERDE.....	157
ILÁRIO MARQUES.....	158
EVERARDO SILVEIRA.....	159
ALEXANDRE FIGUEIREDO.....	161
NILO SÉRGIO.....	162
PAULO QUEZADO.....	164
FRANZÉ MORAES.....	165
JOÃO ALFREDO.....	166
BITU DOS SANTOS.....	169
MARCOS CALS.....	170
PINHEIRO LANDIM.....	172
FRANCISCO AGUIAR.....	173

ANTÔNIO TAVARES	174
ANEXOS.....	177
DA SALINHA AO SENADOR ALENCAR	178
CONSTITUIÇÃO BALZAQUIANA.....	181
BIBLIOGRAFIA	188

APRESENTAÇÃO

A Constituição Estadual de 1989 encerra um significado especial e, certamente, merece uma referência comemorativa na passagem de seu trigésimo ano.

Vivia-se no país a euforia democrática pós Regime Militar e as ações políticas refletiam aquela necessidade de proclamação dos postulados dos direitos civis e de várias outras expressões de liberdade que, por vinte-e-um anos, haviam sofrido restrições e enfrentado cerceamentos.

A Carta Magna de 1988, intitulada por seu arauto-mor, deputado Ulisses Guimarães, de Constituição Cidadã, era o texto inspirador do processo de elaboração dos ordenamentos estaduais, pautados dentro do mesmo espírito de assegurar amplas garantias para todas as manifestações políticas, ideológicas, religiosas e de livre pensamento que embalavam a Civilização Ocidental e, sobretudo, a América Latina, ressabiada pelas experiências de regimes fortes do surto militarista.

A Carta Estadual deveria ser um retrato de sua época e se coadunar com os movimentos e tendências do tempo, refletindo um olhar fidedigno do sentimento contemporâneo.

Os componentes da Constituinte Estadual, eleitos em 1986, faziam parte de uma nova geração parlamentar inaugurada sob a égide do que se intitulava de Governo das Mudanças, substituto da chamada Era dos Coronéis e sob promessa de promover transformações sociais e econômicas profundas e erradicar a miséria no Ceará.

Havia uma consciência da alta responsabilidade que pesava sobre os ombros dos deputados e todos estavam certos de que, mais que uma função legisladora, a tarefa que lhes cabia deveria se constituir, sobretudo, uma atitude de franca cidadania.

O trabalho foi extenuante e, muitas vezes, as reuniões entravam pela noite, sem que se vissem reclamações e lástimas, porque os representantes do povo sabiam que o Ceará lhes pusera nas mãos uma missão e eles estavam ali fazendo história.

O comandante desses altaneiros elaboradores da Constituição Estadual era o deputado Antônio Câmara, um lídimo e ímpoluto homem público, oriundo da região dos Inhamuns, conhecido pela lhanza de seus atos, coragem cívica e caráter irretorquível.

Apoiados por uma equipe técnica de alta envergadura, os legisladores cumpriram com descortino o seu desiderato e produziram um documento que, quando foi promulgado, recebeu aplausos de juristas e constitucionalistas de todo o país.

Por todas essas razões, a Assembleia Legislativa do Ceará, através do Memorial Deputado Pontes Neto – Malce, em parceria com o Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, no ensejo das comemorações do 30º ano da Constituição de 1989, decidiu publicar uma edição especial sobre aquele acontecimento histórico, para eterna memória dos cearenses e do desempenho de sua representação popular em momento tão grandioso de sua trajetória.

Queremos agradecer a todos os que se empenharam na elaboração deste livro e tornaram possível sua publicação no nível de fidelidade aos fatos com que se apresenta.

Muito obrigado a todos e boa leitura.

Deputado José Sarto

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



Momento solene em que o presidente da Assembleia Estadual Constituinte, deputado Antônio Câmara, proclama a promulgação da Constituição do Estado do Ceará, a 05 de outubro de 1989.



Instalação da Mesa dos trabalhos da Sessão Magna de promulgação da Constituição do Ceará, em 05 de outubro de 1989

Da esquerda para direita: desembargador Valter Nogueira e Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça do Ceará; Tasso Jereissati, governador do estado do Ceará; deputado Antônio Câmara, presidente da Assembleia Estadual Constituinte; deputado Pinheiro Landim, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, biênio 1989-1990; deputado Paes de Andrade, presidente da Câmara Federal.

HONRA AO MÉRITO

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no momento em que celebra os trinta anos da Constituição de 1989, agradece e exalta a participação dos deputados constituintes que, sob a liderança do presidente Antônio Câmara, realizaram a importante e histórica missão de elaborar e promulgar a Carta Estadual.

Louvada e reconhecida como um conjunto normativo do mais alto nível, a Carta de 1989 resultou da soma de esforços de competentes legisladores, auxiliados jurídica e tecnicamente pelo constitucionalista Fávila Ribeiro, ilustre mestre da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

A todos os que participaram dos trabalhos de redação, definição de objetivos, elaboração, discussão e votação desse importante documento, o agradecimento respeitoso e sublime deste Parlamento.

Deputado José Sarto

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PROLEGÔMENOS

O deputado José Sarto, com dois mandatos de vereador de Fortaleza, 1º secretário e presidente da Câmara Municipal; e detentor de sete mandatos e agora presidente do Poder Legislativo estadual, tem demonstrado ao curso dos anos de sua atividade política o respeito à memória de quantos honraram com suas presenças estas Casas Legislativas, voltando-se ao respeito das suas datas magnas.

Como presidente da 30ª legislatura (2019–2022), achou de bom alvitre solenizar a comemoração dos 30 anos da promulgação da Constituição Estadual de 1989, recomendando a setores da Assembleia a promoverem solenemente tão importante evento da história desta Casa.

O Memorial da Assembleia, correspondendo às recomendações da Presidência, e após pesquisas e estudos desse ciclo da constituinte de 1989, entrega a público os momentos, personagens, fatos e bastidores do período da instalação da Constituinte à sua promulgação, e promovendo uma exposição de documentos, fotografias, publicações diversas aberta ao público, reunindo o que mais de importante possível levantar, como prova do nosso respeito e agradecimentos aos deputados e servidores da Casa que viveram tão auspiciosos momentos.

O capítulo III, que trata dos estados federados, cujo teor transcrevemos abaixo, determina, em seu artigo 25, as normas a serem adotadas quanto aos estados da federação, como seguem:

Constituição da República Federativa do Brasil

1988

CAPÍTULO III

Dos Estados Federados

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. (EC nº 5/95)

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

Na parte relativa ao Ato das Disposições Transitórias, assim determina o Art. 11: *“cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta”*.

A fim de adequar-se às novas regras constitucionais, foi convocada Sessão Especial com o específico fim, de eleger a Mesa Diretora da Assembleia Estadual Constituinte, conforme ata abaixo transcrita:

ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA ESTADUAL CONSTITUINTE

Presidência do srs. Deputados Antônio Câmara e Franzé Moraes

Às dezessete horas (17:00), do dia dezoito (18) do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e oito (1988) compareceram Agaci Fernandes, Alceu Coutinho, Alexandre Figueiredo, Antônio Câmara,

Antônio dos Santos, Antônio Tavares, Barros Pinho, Bitu dos Santos, Carlos Cruz, César Barreto, Ciro Gomes, Domingos Fontes, Ednaldo Bessa, Edson Silva, Elmo Moreno, Erasmo Alencar, Erivano Cruz, Everardo Silveira, Fonseca Coelho, Francisco Aguiar, Franzé Moraes, Geraldo Azevedo, Gomes Farias, Henrique Azevedo, Ilário Marques, Jarbas Bezerra, João Alfredo, João Luiz, João Viana, José Bezerra, José Prado, Júlio Rêgo, Liaderson Pontes, Luiz Pontes, Macário de Brito, Manuel Duca, Marcos Cals, Maria Lúcia, Moésio Loiola, Narcélio Limaverde, Nilo Sérgio, Nonato Prado, Paulo Quezado, Pinheiro Landim, Teodorico Menezes e Tomás Brandão (46).

Constatada a existência de “Quorum” regimental, o Senhor Presidente (Antônio Câmara), declara abertos os trabalhos da presente Sessão Especial convocada com o específico fim, qual seja a eleição da Mesa Diretora da Assembleia Estadual Constituinte e a formação de uma comissão suprapartidária, para elaboração do projeto de Regimento da Assembleia Estadual Constituinte.

A seguir, o 2º Secretário (Francisco Aguiar), procede a leitura da resolução Nº1, que disciplina o processo de eleição dos membros da Mesa Diretora da Assembleia Estadual Constituinte, de autoria dos líderes partidários. Que é discutido e aprovado por todos os parlamentares.

O Sr. Presidente (Antônio Câmara) indaga aos senhores Deputados, quanto à formação das chapas concorrentes a Mesa Diretora da Assembleia Estadual Constituinte. Em seguida comunica ao Plenário que na qualidade de um dos postulantes, passa a presidência ao deputado Franzé Moraes, para o encaminhamento das chapas.

O Sr. Presidente (Franzé Moraes) suspende a sessão por 20 minutos, para que possam ser apresentadas as chapas concorrentes à Mesa da Assembleia Estadual Constituinte.

Pela ordem, o Sr. Deputado Pinheiro Landim solicita à presidência à suspensão por um tempo maior.

O Sr. Presidente (Franzé Moraes) informa ao líder do PMDB que se necessário fará novas prorrogações.

Reaberta a Sessão, o Sr. Presidente (Franzé Moraes) comunica que encontram-se para registro 03 chapas, em seguida autoriza a secretaria à confecção das cédulas para votação.

Pela ordem, o Sr. Dep. Nilo Sérgio, reitera o apelo a conciliação e entendimento com vista a formação de uma chapa única.

Pela ordem, o Sr. Deputado Pinheiro Landim, ressalta que o apelo do líder do PDS, reforça a posição da bancada do PMDB, reiterando que a bancada está aberta a diálogo.

O Sr. Presidente (Franzé Moraes) faz a leitura das chapas inscritas:

Chapa 1 – Presidente – Antônio Câmara

- 1º VICE-PRESIDENTE – Antônio dos Santos
- 2º VICE-PRESIDENTE – Humberto Macário
- 1º SECRETÁRIO – Narcélio Limaverde
- 2º SECRETÁRIO – Ilário Marques
- 3º SECRETÁRIO – José Prado
- 4º SECRETÁRIO – Elmo Moreno

Chapa 2 – Presidente – Júlio Rêgo

- 1º VICE-PRESIDENTE – Erasmo Alencar
- 2º VICE-PRESIDENTE – Manoel Duca
- 1º SECRETÁRIO – Tomás Brandão
- 2º SECRETÁRIO – Moésio Loiola
- 3º SECRETÁRIO – Teodorico Menezes
- 4º SECRETÁRIO – Alexandre Figueiredo

Chapa 3 – Presidente – Júlio Rêgo

- 1º VICE-PRESIDENTE – Antônio dos Santos

2º VICE-PRESIDENTE – Paulo Quezado

1º SECRETÁRIO – Tomás Brandão

2º SECRETÁRIO – Jarbas Bezerra

3º SECRETÁRIO – Erivano Cruz

4º SECRETÁRIO – Ilário Marques

Pela ordem, o Sr. Deputado Antônio dos Santos, comunica a decisão de participar na chapa encabeçada pelo Sr. Deputado Antônio Câmara, ao mesmo tempo em que solicita a retirada do seu nome constante em uma das chapas encabeçada pelo deputado Júlio Rêgo; Chapa 03 lida pela ordem.

Pela ordem, o Sr. Deputado Paulo Quezado, solicita a retirada de seu nome da Chapa 03 lida pela ordem.

Pela ordem, o Sr. Deputado Ilário Marques, solicita a presidência a retirada de seu nome como integrante da Chapa 03 lida pela ordem.

Pela ordem, o Sr. Deputado Erivano Cruz, solicitando a retirada de seu nome da Chapa 03 lida pela ordem, encabeçada pelo Sr. Deputado Júlio Rêgo.

Pela ordem, o Sr. Deputado Jarbas Bezerra reitera o propósito de seguir orientação da liberação do seu partido, desautorizando a inclusão de seu nome na Chapa 03 lida pela ordem, encabeçada pelo Sr. Deputado Júlio Rêgo.

Pela ordem o Sr. Deputado Pinheiro Landim, líder do PMDB, comunica que a apresentação de Chapa e regimental, não obrigando a necessidade de votação.

O Sr. Presidente (Franzé Moraes) autoriza a retirada da chapa 03 lida pela ordem, registrando-se somente para a votação as duas primeiras chapas lida pela ordem.

Pela ordem, o Sr. Deputado Ciro Gomes comunica ao Plenário que o registro das chapas inscritas cumpre as regras regimentais, ao mesmo tempo em que recorre da decisão da presidência solicitando constar em Ata o seu desapareço.

Pela ordem, o Sr. Deputado Fonseca Coelho expressa em nome da liderança de seu partido o apoio a decisão da presidência em retirar de votação a Chapa 03 lida pela ordem.

Pela ordem, o Sr. Deputado João Viana solicita à presidência que comunique aos subscritores da Chapa 03 lida pela Ordem quanto a sua retirada, uma vez que caberia a presidência anunciar a desistência dos candidatos aos subscritores para que eles substituíssem ou não a tendo direito regimental.

O Sr. Presidente (Franzé Moraes) esclarece que não há prejuízo para os integrantes que autorizaram a retirada dos seus nomes da Chapa 03 lida pela ordem e suspende a sessão por 20 minutos.

Reaberta a sessão o Sr. Presidente (Franzé Moraes) comunica ao Plenário o início da votação, autorizando o Sr. 2º Secretário (Francisco Aguiar) para a chamada.

Pela ordem, o Sr. Deputado Pinheiro Landim, em nome da liderança do PMDB, solicita a suspensão por quinze minutos com a finalidade de discutir um acordo entre as lideranças para a formação de uma chapa única.

Sr. Presidente (Franzé Moraes) comunica ao líder do PMDB, que já foi dado início à chamada para votação.

O Sr. Secretário (Francisco Aguiar) comunica que votarão 45 dos senhores deputados, acusando a ausência do Sr. Deputado Agaci Fernandes.

O Sr. Presidente convida para apuração atuando como escrutinadores os srs. Deputados: Nilo Sérgio, Pinheiro Landim, Paulo Quezado e Fonseca Coelho.

O Sr. Presidente Franzé Moraes anuncia o resultado da votação:

Chapa 1, encabeçada pelo Sr. Deputado Antônio Câmara: 23 votos;

Chapa 2, encabeçada pelo Sr. Deputado Júlio Rêgo, 21 votos;

Branco – 01 voto

Total – 45 votos

O Sr. Presidente (Franzé Moraes) comunica que diante do resultado e não obtida a maioria absoluta por nenhuma das chapas, passar-se-á a votação em segundo escrutínio, autorizando o Sr. Secretário (Francisco Aguiar) a fazer nova chamada para votação.

O Sr. Secretário (Francisco Aguiar) comunica que em segunda votação votarão os senhores 46 deputados.

O Sr. Presidente Franzé Moraes convida para apuração atuando como escrutinadores os senhores deputados: Nilo Sérgio, Pinheiro Landim, Paulo Quezado e Fonseca Coelho.

Feito a apuração o Sr. Presidente (Franzé Moraes) comunica o resultado:

Chapa 01 encabeçada pelo Sr. Deputado Antônio Câmara: 24 votos;

Chapa 2 encabeçada pelo Sr. Deputado Júlio Rêgo: 21 votos;

Branco – 01 voto

Total – 46 votos

O Sr. Presidente (Franzé Moraes) declara que diante dos resultados apresentados, fica eleita para dirigir os trabalhos da Mesa da Assembleia Estadual Constituinte seguintes deputados:

PRESIDENTE – Antônio Câmara

1º VICE-PRESIDENTE – Antônio dos Santos

2º VICE-PRESIDENTE – Humberto Macário

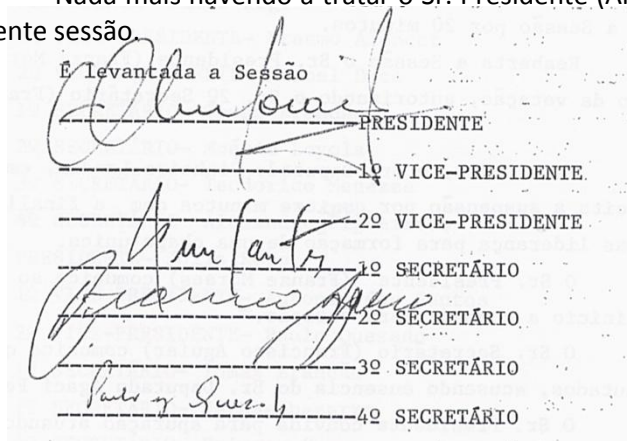
1º SECRETÁRIO – Narcélio Limaverde

2º SECRETÁRIO – Ilário Marques

3º SECRETÁRIO – José Prado

4º SECRETÁRIO – Elmo Moreno

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente (Antônio Câmara) declara encerrado os trabalhos da presente sessão.



Oito dias após a eleição da Mesa Diretora, foi instalada a Assembleia Constituinte em nosso estado conforme ata abaixo:

ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE PARA ELABORAÇÃO DA NOVA CARTA ESTADUAL

Presidência do Sr. Deputado Antônio Câmara.

Às dezessete horas (17:00), do dia vinte e seis (26) do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e oito (1988), compareceram ao Plenário 13 de Maio da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, os Srs. Deputados: Agaci Fernandes, Alceu Coutinho, Alexandre Figueiredo, Antônio Câmara, Antônio dos Santos, Antônio Tavares, Barros Pinho, Ciro Gomes, Domingos Fontes, Ednaldo Bessa, Edson Silva, Elmo Moreno, Erasmo Alencar, Erivano Cruz, Everardo Silveira, Fonseca Coelho, Franzé Moraes, Geraldo Azevedo, Gomes Farias, Henrique Azevedo, Ilário Marques, Jarbas Bezerra, João Alfredo, João Luiz, João Viana, José Bezerra, Liaderson Pontes, Luiz Pontes, Macário de Brito, Manoel Duca, Marcos Cals, Maria Lúcia, Narcélio

persistente equilíbrio da complexa organização federativa, conciliando a unidade e a pluralidade, como resultante dialética entre a pluralidade e a integração.

No novo texto constitucional, a capacidade constituinte estadual apresenta-se reforçada, em virtude do considerável alargamento da área residual que pode ser aproveitada na moldagem das instituições fundamentais, e abre margem para que os estados possam adotar alguns perfis originais, adequados às suas realidades existenciais, aproveitando-os para implantar padrões mais versáteis à ação governamental, considerando-a em seu complexo dimensionamento e nos seus métodos operativos.

Reconhece-se o prestimoso alcance da reserva de competência em norma acolhida na Constituição da República, e muitos frutos por ela se espera colher, aplicando nucleações microrregionais, difundindo-as em todo o território cearense, aglutinando municípios limítrofes, integrando-os em seus comuns traços fisiográficos e socioculturais ou pela identidade na problemática da conurbação, para evitar que permaneçam dispersos e isolados em suas vicissitudes crônicas e acumulativas, sobre elas desencadeando modulações organizacionais, com o planejamento global e em seus múltiplos espectros funcionais.

Temos de racionalizar, agora em nível constitucional, contando com uma estrutura organizacional receptiva e propícia às transformações sociais, dentro de fluxos objetivos, sem mais depender de esporádicas indulgências, ou de investidas postulatórias, evitando as tramas facciosas, e afirmando-nos todos como artífices conscientes de nossos destinos, celebrando as conquistas alcançadas pelo profícuo de cada dia.

É tempo de compreendermos que o princípio da isonomia jurídica não pode ficar desterrado das instâncias políticas, sendo apenas suscetível a invocação das pessoas atormentadas por lesões a seus direitos, quando instauram litígios para obterem proteção jurisdicional.

Todos os instrumentos do Estado, e não apenas os Judiciários, devem, no entanto, ficar comprometidos na difusão dos padrões de justiça social, de que não se podem eximir, proporcionando igualdade de tratamento por uma ação generalizada, não como gestos avulsos de filantropia oficial, mas no acatamento da divisa fundamental do Brasil de hoje, de “construir uma sociedade livre, justa e igualitária”.

Será essa, sem dúvida, a nossa bússola na edificação constitucional, imantados por essas ideias-forças perfilhadas pela Nação brasileira.

Temos de criar as condições institucionais, para que esses objetivos se tornem exequíveis e possam ser desfrutados, indiscriminadamente, por todos os cearenses.

E aí nos vem à memória a palavra de Antônio Carlos de Andrade e Silva perante a 1ª Assembleia Nacional Constituinte em terras brasileiras:

É preciso entender que seja qual for o espírito popular, tal deve ser o nosso; nós devemos ser o espelho em que ele se reflita; cumpre que entre nós respire o mesmo espírito que anima a Nação.

F.I. Marcondes Homem de Mello, a Constituinte perante a história, Rio de Janeiro, Tipografia da Atualidade, 1863, p.18

Não se trata de isolado empenho, de uma exclusiva responsabilidade, confinada a um dos setores estatais, mas um empreendimento de dimensão histórica que deve envolver o esforço cooperativo, a ação conjugada de todos os centros decisórios do Estado, cada qual contribuindo com sua típica e sincronizada parcela funcional.

E acompanhando essa conformação microrregional, serão constitucionalmente definidos nesta unidade federativa, os correspondentes “espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”, adotando o poder público as medidas compatíveis a “preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas”, assumindo cada autoridade o papel que lhe incumbe na salvaguarda dos bens de uso comum do povo, enquanto este, em sua cidade cívica, será estimulado a manter-se vigilante, oferecendo o seu contributo em forma de representação ou ação popular, contra atos lesivos perpetrados, contando com novos instrumentos de controle mobilizáveis que impeçam a impunidade dos que concorrem por ação ou omissão para resultados ilícitos.

Não vai a matéria ficar no terreno vago da formulação ornamental, ou como enunciados publicitários, pois a própria Constituição haverá de incorporar, segundo esperamos, os delineamentos que garantam a sua pronta e irreversível exequibilidade, dispondo que o plano plurianual absorva a concepção mi-

corregionalista, quantos aos objetivos, diretrizes e metas de administração estadual, nas despesas de capital e outras decorrentes, tanto quanto os programas de duração continuada.

Nessa perspectiva, e ajustando aos paradigmas federais, será previsto que a lei de diretrizes orçamentárias inclua as despesas de capital aplicáveis ao exercício financeiro subsequente, definindo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, sempre considerando as projeções microrregionais.

Acresce ainda salientar que os orçamentos fiscais dos poderes estaduais das entidades administrativas de todo o gênero, incluídas as funções instituídas pelo Estado e municípios, tanto quanto os orçamentos de investimentos das empresas em que o Estado do Ceará detenha o controle acionário, devem ser compatibilizados ao plano plurianual, tendo de comprometer-se na redução das desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

A precariedade dos recursos disponíveis exigirá criteriosa e parcimoniosa afetação em objetos realmente prioritários, do mais elevado alcance social, e por isso, sabemos valer-nos da faculdade reservada pelo art. 218 e seus §§§; da Constituição da República, promovendo a vinculação de parcela da receita orçamentária a órgão administrativo estadual, que conte com a participação em colegiado de todas as microrregiões, para fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, a implicar-se no sistema de desenvolvimento produtivo em todo o território cearense, em programações que contemplem as conformações microrregionais.

Com essa forma desconcentradora de toda a atividade pública estadual procuraremos enfrentar as estagnações culturais, socioeconômicas enfrentando os bolsões crônicos da miséria, tocando a fundo em nossas necessidades com transformações sociais partilhadas por todos os seguimentos populacionais, com seguros métodos de acompanhamento, em que o Legislativo deve consociar com efetivas técnicas de controle, que não permitam distorções políticas, cavalgando na luta comum, contra a miséria e contra o atraso.

Não se pode cogitar de simples mobilização de recursos e disseminação de investimentos a granel, mas de cumprimento de uma verdadeira cruzada de reconstrução social, que demanda um sério processo educativo, alterante hábitos anacrônicos, e atraindo todas as energias coletivas, para a reformulação de atitudes, firmando-se as lideranças pelo empenho e pelo devotamento a causa do povo, habilitando-se cada qual por seu merecimento ao genuíno julgamento do povo.

Por essas linhas básicas, perfeitamente sincronizadas com o novo figurino federal, estarão assentadas as linhas fundamentais para que o estado do Ceará se prepare e ingresse em autêntica fase de transformações sociais em larga escala, difundindo-se por todo o seu território e por toda a sua gente, concretizando as suas esperanças nesses novos tempos.

Mas é necessário que essas transformações estruturais sejam acompanhadas nos métodos operativos, atingindo a todo o aparelhamento governamental, afeiçoando-o a processos desconcentradores, menos emperrados e mais ágeis, menos personalizados e mais institucionalizados, dotados de regras objetivas, dentro de seguranças escalas de prioridades, articulados à participação popular, e transparentes em suas fundamentações e execuções.

A sistemática das relações entre os poderes estaduais será que procurar novas inspirações, condizentes a realidade Temporânea, não mais pela anacrônica versão de funções exclusivas e separadas, mas harmônicas e interdependentes, dentro dos traços constitucionais.

Os poderes não mais se podem conservar isolados, monopolizando as suas atividades primordiais, com algum deles apenas autorizado a incursionar no campo das funções características dos outros firmando superposições que traduzem incompatíveis resíduos autoritários, que não se compadecem com os balizamentos democráticos fincados na nova ordem republicana vigente no Brasil.

É preciso que a nova Constituição, em seus compromissos inadiáveis de modernização aumente os níveis de aproximações funcionais, conjugando os seus desempenhos, quebrando os exclusivismos e absolutismos decisórios, integrando-os em esquemas mais amplos de responsabilidades.

O essencial é que toda esfera de poder constitucionalmente habilitado ao exercício de determinada atividade, não se mantenha impenetrável, confinando em seus próprios redutos internos, tendo qual-

quer um deles, em nome da harmonia e da responsabilidade pública que a todos se aplica, de ser suscetível a compatíveis mecanismos de controle, emanados de diferentes instâncias do poder, e ainda mais, com artérias acessíveis a participação popular, com procedimentos garantidos a sua afetiva aplicabilidade.

Para que assim suceda na prática e para generalizada eficiência de todas as funções estatais, em seus diferentes escalões, devem condensar mananciais de competências descentralizadas, para que possam ministrar com mais presteza os apoios aos contingentes populacionais, dando ao mesmo tempo funcionalidade decisória às projeções microrregionais.

É um estilo a ser cumprido por cada Poder, sentimos a força inelutável da realidade contemporânea. No âmbito do legislativo, sentimos a obrigação de acudir as novas contingências, para acompanhar o esforço de modernidade, de levar o nosso corpo representativo a integrar-se em organismos regionais.

A contribuição nessa linha de descentralização, ao que entendemos, não ficaria exaurida na persistente integração em suas bases representativas, atualizando a captação dos anseios coletivos, desdobrando-se ainda, na viabilização de leis sobre problemas que diretamente afetam essas regiões, tendo o campo de incidência reduzido aos limites territoriais contemplados.

E chegamos mesmo a considerar que o legislativo estadual estará sensibilizado a receber direta provocação por qualquer parcela do povo, individual ou grupalmente, para suprir uma omissão que lhe possa ser imputável, pondo-se ao direto alcance do povo, sem necessidade de que se valha de proteção jurisdicional, por impetração de mandado de injunção.

O Legislativo, tenho convicção, quer manter-se ligado ao povo, que deve ter meios para acompanhar o exercício de suas atividades, porque não pretende ser tocado apenas pela legitimidade originária, advinda da eleição de seus membros pelo povo.

Pretende seguir nesse passo a trilha judiciária, que fica exposto, à provocação popular para seu exercício. E embora nos caiba a espontaneidade em nossos impulsos funcionais, temos que aproveitar, ainda assim, dessa peculiar forma de ação jurisdicional, para da mesma maneira podermos também articularmo-nos com o povo e recebermos, ao transcurso de nossos desempenhos, a confirmação de legitimidade recebida, reforçando o lastro consensual que veio impregnada em nossas investidas eletivas.

E como o Judiciário assimilou persistentemente essa preocupação com o interesse dos jurisdicionados, que são parcelas do povo que integram os litígios, sabemos que querem enfrentar a sua própria luta pela modernização, com instituição de varas distritais e juizados de pequenas causas e outras modalidades descentralizadoras que o permitam acudir ao povo em seus reclamos de justiça de modo mais célere e mais consentâneo.

Evidenciado está que as medidas descentralizadoras, merecem penetrar no âmago do Poder Executivo, dentro do seu próprio campo decisório político, como na imensa malha administrativa, em suas diferentes matrizes institucionais, visando a aproximação e integração aos centros populacionais a que se destinam a servir, como também de fazer-se permeável e sensível as influências locais, levantando ao vivo as necessidades coletivas, reduzindo os fluxos burocráticos, acelerando, assim, a concretização e continuidade na execução dos empreendimentos programados e na prestação de serviço público de forma mais segura e rápida.

Todo o quadro das transformações a ocupar as cogitações constituintes, terá sempre por finalidade melhorar as condições de vida do povo cearense, que deve ser o autêntico destinatário de renovação a ser empreendida.

Está visto que não será meros retoques superficiais, mas um trabalho profundo, que deve mergulhar raízes na sociedade e para ela reajustar o aparelhamento estatal.

E assim é preciso ser feito, na compreensão de que existem governantes para o proveito dos governados, e jamais os governados para exclusiva glorificação e servil obediência aos govertes. Ou como disse José Bonifácio de Andrade e Silva, no documento de convocação da Assembleia Constituinte, ainda antes da independência:

As leis, as constituições, todas as instituições humanas, são feitas para os povos para elas.

Aureliano Leal, História Constitucional do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1915, p.51

Por isso o projeto de modernização a ser esculpido na Constituição do Ceará precisa exprimir os verdadeiros interesses do povo, para que seja digna de sua credibilidade e por ele defendida como um instrumento que lhe seja prestimoso pelos benefícios que dissemine.

O vigor da constituição será medido pelo alargamento das bases democráticas que seja ela capaz de deixar implantada.

O que mais democrático se pode é absorver novas formas de participação do povo, acrescentando as vertentes representativas, reafirmadas por eleições em períodos certos, para os cargos Executivos e Legislativos, o direito que se vai ampliar a proporção de que se penetrem nas esferas estaduais e municipais, quanto a referendos para aprovar ou rejeitar leis e no direito político de assumir a iniciativa de projetos de lei, sobre matéria de específico interesse de municípios. E de par com esses entrelaçamentos no campo da edição de normas legais, estarão as comissões legislativas postas ao dispor do povo, nos assuntos de sua especialidade, realizando audiência pública, em sua sede ou em qualquer recanto do território estadual, onde as circunstância aconselham, 'e receber petições, reclamações, representações ou queixa de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.' encaminhando-se ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público ou mesmo constituindo comissão parlamentar de inquérito, tudo em conformidade com as características da matéria ventilada.

O que é certo, portanto, é que a constituição que se vai elaborar em nome do povo, com este manterá canais que lhe fiquem acessíveis as suas manifestações.

Essa, a missão a ser realizada e que procuremos cumprir com o mais acendrado devotamento cívico e com o mais sincero ânimo de que os trabalhos constituintes sejam efetivados em clima de ampla serenidade e concórdia, compreendendo que a relevante obra reclama sejam colocadas acima das divergências que a vida pública a todos reserva, preservando os superiores interesses da coletividade cearense e dispondo-se a receber a colaboração dos poderes Executivos e Judiciários e de toda a Sociedade Civil.

Deus que penetra no íntimo de cada um, decifrando as mais secretas intenções, há de perceber a seriedade destas palavras e o mais veemente anseio de receber a ajuda de todos para o árduo trabalho desta Assembleia Estadual Constituinte que agora dou por solenemente instalada. Tenho dito.

Após intensos trabalhos, a Assembleia Estadual Constituinte, em 31 de janeiro de 1989, deu por concluído seu Regimento Interno, contando com 75 parágrafos. Publicado no Diário Oficial do estado, em 17 de fevereiro de 1989, sob o título de Ato Constitucional Nº 1, o Regimento Interno passou a ordenar e orientar os trabalhos constituintes.

O presidente da Mesa Diretora Constituinte, deputado Antônio Câmara, convocou o colegiado para indicação dos líderes partidários, matéria de que trata a ata abaixo transcrita com os nomes dos indicados:

ATA DA 7ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA ESTADUAL CONSTITUINTE

Presidência do Sr. Deputado Antônio Câmara

Às dezessete horas (14:00), do dia vinte (20) do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989), constatada a existência de "Quorum" regimental, o Sr. Presidente (Antônio Câmara) declara aberta a Sessão.

O Sr. Secretário (Narcélio Limaverde), procede a leitura das Atas das Sessões anteriores, que são aprovadas e assinadas pela Mesa.

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

O Regimento Interno da Assembleia Estadual Constituinte foi publicado no último dia 17, passando a vigir e a orientar os trabalhos da Assembleia Constituinte. Reza o Regimento Interno que até a primeira Sessão subsequente à vigência do Regimento Interno, as bancadas deverão indicar os nomes dos líderes.

A Presidência informa que recebeu comunicação formalizando os seguintes nomes à liderança:

PMDB – Alexandre Figueiredo
PFL – Erivano Cruz
PSD – Marcos Cals
PMB – Bitu dos Santos
PTB – Franzé Moraes
PDT – Paulo Quezado
PT – João Alfredo

O PDS não formalizou a indicação de seu líder.

De formas que a Presidência concede aos líderes partidários o prazo de 48 horas para que indiquem os nomes de sua bancada para compor a Comissão de Sondagens e Proposições.

É intenção da Mesa da Assembleia Estadual Constituinte instalar até o final desta semana a Comissão de Sondagens e Proposições, porque pretendemos cumprir o calendário estipulado no Regimento Interno. Nós temos até meados de setembro para cumprir os Trabalhos.

O Prazo dado pela Constituição Federal é até 04/10/89. De tal forma que a Presidência não poderá elastecer mais o prazo. Caso não sejam indicados os nomes, a Presidência constituirá, ex-office, a Comissão de Sondagens e Proposições, observados a proporcionalidade partidária.

Tão logo seja instalada a Comissão de Sondagem e Proposições, seu presidente, escolhido em Sessão Plenária da Comissão, praticamente passará a dirigir os Trabalhos da Assembleia Estadual Constituinte, tendo em vista que será elaborado um calendário para atendimento dos diversos setores da Sociedade, que junto a esta Comissão apresentarão propostas e discutirão assuntos que possam vigorar na futura Constituição do Estado do Ceará.

Desta forma, a Presidência marca a próxima Sessão Ordinária para a próxima quinta-feira, quando deverá ser publicado no Diário Oficial a relação dos Componentes da Comissão de Sondagens e Proposições.

Caberá ao 2º Secretário da Assembleia Estadual Constituinte, o controle da presença dos Senhores Deputados, que segundo o Regimento Interno a cada ausência à Sessão implicará o desconto de 1/30 (hum trinta avos) da remuneração dos senhores Deputados.

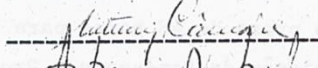
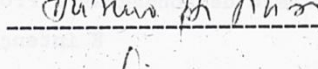
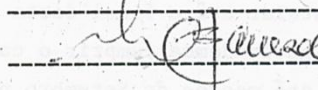
Pela Ordem, o Senhor Deputado Nonato Prado informa que até quarta-feira o PDS indicará seu líder e os membros que comporão a Comissão de Sondagens e Proposições.

Compareceram os Srs. Deputados: - Agaci Fernandes, Alceu Coutinho, Alexandre Figueiredo, Antônio Câmara, Antônio Tavares, Barros Pinho, Bitu dos Santos, Cláudio Pinho, Domingos Fontes, Edson Silva, Elmo Moreno, Erasmo Alencar, Erivano Cruz, Fonseca Coelho, Francisco Aguiar, Franzé Moraes, Geraldo Azevedo, Henrique Azevedo, Jarbas Bezerra, João Alfredo, João Luiz, João Viana, José Bezerra, Júlio Rêgo, Liaderson Pontes, Marcos Cals, Maria Lúcia, Narcélio Limaverde, Nonato Prado, Paulo Quezado e Tomaz Brandão (31).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: - Antônio Jacó, Antônio dos Santos, César Barreto, Everardo Silveira, Gomes Farias, Ilário Marques, Luiz Pontes, Macário de Brito, Manoel Duca, Moésio Loiola, Nilo Sérgio, Pedro José, Pinheiro Landim, Tarcísio Monteiro e Teodorico Menezes (15).

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente (Antônio Câmara), declara encerrados os trabalhos da presente Sessão.

É levantada a Sessão.

	-----	PRESIDENTE
	-----	1º VICE PRESIDENTE
	-----	2º VICE PRESIDENTE
	-----	1º SECRETÁRIO
	-----	2º SECRETÁRIO
	-----	3º SECRETÁRIO
	-----	4º SECRETÁRIO

Em 23 de fevereiro de 1989, o presidente da Assembleia Estadual Constituinte, deputado Antônio Câmara, no uso de suas atribuições e de acordo com o §3º do Art. 12, do Ato Constitucional N° 01 (Regimento Interno), de 31 de janeiro de 1989, instituiu a Comissão de Sondagens e Proposições, composta de vinte e três titulares e vinte e dois suplentes, como segue:

Titulares		Suplentes	
Fonseca Coelho	PFL	Júlio Rego	PFL
Jarbas Bezerra	PFL	Pedro José	PFL
João Luís	PFL	Geraldo Azevedo	PFL
Erivano Cruz	PFL	Antônio dos Santos	PFL
Elmo Moreno	PDS	Nilo Sérgio	PDS
Liaderson Pontes	PDS	Macário de Brito	PDS
Nonato Prado	PDS	Antônio Jacó	PDS
César Barreto	PDS	João Viana	PDS
Agaci Fernandes	PMDB	Erasmó Alencar	PMDB
Alceu Coutinho	PMDB	Henrique Azevedo	PMDB
Francisco Aguiar	PMDB	Pinheiro Landim	PMDB
Everardo Silveira	PMDB	Tomaz Brandão	PMDB
Bezerra de Melo	PMDB	Antônio Tavares	PMDB
Manoel Duca	PMDB	Gomes Farias	PMDB
Maria Lúcia	PMDB	Luiz Pontes	PMDB
Moésio Loiola	PMDB	Barros Pinho	PMDB
Tarcísio Monteiro	PMDB	Alexandre Figueiredo	PMDB
Teodorico Menezes	PMDB	Paulo Quezado	PDT
Narcélio Limaverde	PDT	Domingos Fontes	PDT
Edson Silva	PDT	João Alfredo	PT
Ilário Marques	PT	Franzé Moraes	PTB
Cláudio Pinho	PTB	Marcos Cals	PSD /PMB
Bitu dos Santos	PMB /PSD		

Ato contínuo, na mesma data, a Comissão de Sondagens e Proposições, sob a presidência do deputado Alceu Coutinho, se reuniu com a finalidade de escolher seu presidente, vice-presidente e relator, conforme Artigo 14, do Regimento Interno da Assembleia Estadual Constituinte. Posteriormente, foram também indicadas as subcomissões, como abaixo:

COMISSÃO DE SONDAGENS E PROPOSIÇÕES

Presidente: deputado Everardo Silveira

Vice-presidente: deputado Nonato Prado

Relator: deputado Jarbas Bezerra

I – SUBCOMISSÃO DO ESTADO

Presidente: deputado Alceu Coutinho (PMDB)

Relator: deputado Franzé Moraes (PTB)

TITULARES: deputados Moésio Loiola (PMDB), Teodorico Menezes (PMDB), João Luís Ramalho (PFL), César Barreto (PDS), Bitu dos Santos (PMB)

SUPLENTEs: deputados Macário de Brito (PDS), Geraldo Azevedo (PFL), Tomaz Brandão (PMDB), Antônio Tavares (PMDB), Erasmo Alencar (PMDB)

II – SUBCOMISSÃO DO ORÇAMENTO, TRIBUTOS, FINANÇAS E ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Presidente: deputado Elmo Moreno (PDS)

Relator: deputado Narcélio Lima Verde (PDT)

TITULARES: deputados Agaci Fernandes (PMDB), José Bezerra de Melo (PMDB), Tarcísio Monteiro (PMDB), Erivano Cruz (PFL), Domingos Fontes (PSDB)

SUPLENTEs: deputados Nilo Sérgio (PDS), Antonio dos Santos (PMDB), Pinheiro Landim (PMDB), Luiz Pontes (PMDB), Gomes Farias (PMDB)

III – SUBCOMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Presidente: deputado Fonseca Coelho (PFL)

Relator: deputado Ilário Marques (PT)

TITULARES: deputados Manuel Duca (PMDB), Francisco Aguiar (PMDB), Edson Silva (PDT), Macário de Brito (PDS)

SUPLENTEs: deputados Liaderson Pontes (PDS), Pedro José (PFL), Barros Pinhos (PMDB), Alexandre Figueiredo (PMDB), Henrique Azevedo (PMDB)

Ainda de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Constituinte, terminados os trabalhos da Comissão de Sondagens e Proposições, esta encaminhou o projeto de esboço constitucional à Comissão de Elaboração e Integração de Textos.

A composição de dirigentes desta Comissão teve a indicação relacionada, acordada pelo Colégio de Líderes, que, submetida à votação em plenário, no dia 18 de maio de 1989, foi aprovada pela unanimidade dos 42 deputados presentes, à exceção dos deputados Edson Silva e Nonato Prado, que não compareceram à sessão, e os deputados Antônio Jacó e Pinheiro Landim, que estavam em missão oficial.

Ato contínuo, o presidente da Assembleia Constituinte, deputado Antônio Câmara, transmitiu a direção dos trabalhos ao deputado Barros Pinho e declarou abertos os trabalhos da Comissão.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE TEXTOS

Presidente: Barros Pinho

Vice-presidente: Franzé Moraes

Relator: Alceu Coutinho

Em 21 de junho de 1989, o relator Alceu Coutinho renunciou ao seu cargo na Comissão de Elaboração e Integração de Textos. Na mesma sessão, foi eleito por aclamação para Relatoria da comissão, o deputado Everardo Silveira.

O presidente Antônio Câmara entregou aos senhores deputados o Projeto Constitucional aos 8 dias do mês de agosto de 1989. Propôs também o calendário de atividades do mês de agosto, da Assembleia Estadual Constituinte, elaborado pela Mesa Diretora com a concordância do Colégio de Líderes, a saber:

- ◆ De 08 a 16 de agosto – apresentação de emendas ao Projeto de Constituição;
- ◆ De 17 a 21 de agosto – prazo para o relator apresentar parecer às emendas apresentadas;
- ◆ De 22 a 31 de agosto – discussão e votação em plenário.

Concluída a votação do texto constitucional, este foi submetido à apreciação da Comissão de Revisão Final, composta pelos integrantes da Mesa Diretora, Lideranças Partidárias e pelo Relator da Comissão de Elaboração e Integração de Textos (Art. 69 § 2º, do Ato Constitucional Nº 1).

COMISSÃO DE REVISÃO FINAL

Antônio Câmara	Erivano Cruz
Antônio dos Santos	Nilo Sérgio
Macário de Brito	Paulo Quezado
Narcélio Limaverde	Franzé Moraes
Ilário Marques	João Alfredo
Geraldo Azevedo	Bitu dos Santos
Elmo Moreno	Marcos Cals
Alexandre Figueiredo	Everardo Silveira

Os trabalhos legislativos funcionaram de 26 de outubro de 1988, data de sua instalação, até à promulgação, em data de 05 de outubro de 1989, conforme ata que também transcrevemos.

O ato de promulgação contou com as presenças do governador Tasso Jereissati; presidente da Assembleia Legislativa ordinária, deputado Pinheiro Landim; presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Valter Nogueira e Vasconcelos; presidente da Câmara Federal, deputado Paes de Andrade; senador Mauro Benevides; cardeal-arcebispo de Fortaleza, d. Aloísio Lorscheider; comandante da 10ª Região Militar, general Inaldo Seabra Noronha; vice-governador Castelo de Castro; prefeito de Fortaleza, Ciro Ferreira Gomes; vice-prefeito de Fortaleza, Juracy Magalhães e presidente da Câmara Municipal, Narcílio Andrade. As dependências da Casa do Povo ficaram lotadas e a solenidade obedeceu ao previsto no cerimonial da Assembleia Legislativa:

15h47min – governador Tasso Jereissati e o presidente da Assembleia Legislativa, Pinheiro Landim, descerraram, no hall de entrada, placa alusiva à promulgação da nossa Carta Estadual.

15h50min – presidente da Assembleia Estadual Constituinte, Antônio Câmara, declara aberta a sessão especial.

15h53min – entram no Plenário 13 de Maio, sentando-se à Mesa Diretora dos trabalhos, o governador Tasso Jereissati; deputado Paes de Andrade, presidente da Câmara Federal; Pinheiro Landim, presidente da Assembleia Legislativa e o desembargador Valter Nogueira e Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça.

15h56min – banda da Polícia Militar do Ceará inicia execução do Hino Nacional Brasileiro.

15h58min – deputado Antônio Câmara inicia o único discurso previsto na solenidade.

16h25min – conclui-se o discurso do presidente Antônio Câmara.

16h27min – juram cumprimento à nova Constituição do Estado, pela ordem, o governador Tasso Jereissati, deputado Pinheiro Landim e o desembargador Valter Nogueira e Vasconcelos.

16h29min – execução do Hino do Ceará, pela Banda da PM, encerra a solenidade.

ATA DA SESSÃO SOLENE DE PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

Presidência do Sr. Deputado Antônio Câmara.

Às quinze horas e cinquenta minutos (15:50) do dia cinco (05) do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989), compareceram ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará os Senhores Deputados: Agaci Fernandes, Alceu Coutinho, Alexandre Figueiredo, Antônio Jacó, Antônio dos Santos, Antônio Tavares, Barros Pinho, Bitu dos Santos, César Barreto, Cláudio Pinho, Domingos Fontes, Edson Silva, Elmo Moreno, Erasmo Alencar, Erivano Cruz, Eudoro Santana, Everardo Silveira, Fonseca Coelho, Francisco Aguiar, Franzé Moraes, Geraldo Azevedo, Gomes Farias, Henrique Azevedo, Ilário Marques, Jarbas Bezerra, João Alfredo, João Luiz, João Viana, Júlio Rêgo, Liaderson Pontes, Macário de Brito, Manoel Duca, Marcos Cals, Maria Dias, Maria Lúcia, Narcélio Limaverde, Nonato Prado, Nilo Sérgio, Paulo Quezado, Pedro José, Pinheiro Landim, Tarcísio Monteiro, Teodorico Menezes e Tomaz Brandão (45).

Deixou de comparecer o Senhor Deputado Luiz Pontes (01).

Invocando a proteção de Deus o Senhor Presidente Antônio Câmara abre a Sessão e constitui uma Comissão composta pelos líderes: Deputado Alexandre Figueiredo (PMDB), Deputado César Barreto (PDS), Deputado Edson Silva (PDT), Deputado Erivano Cruz (PFL) e Deputado Franzé Moraes (PTB) para introduzirem no Plenário e tomarem assento à Mesa os chefes dos Poderes Estaduais e o Presidente da Câmara Federal.

A Mesa dos trabalhos ficou assim composta: Antônio Câmara, Presidente da Assembleia Estadual Constituinte; Dr. Tasso Jereissati, Governador do Estado do Ceará; Desembargador Walter Nogueira e Vasconcelos, Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará; Deputado Everardo Silveira e Deputado Antônio dos Santos.

Dando início à solenidade, o Presidente Antônio Câmara convida os presentes para, em pé, testemunharem o juramento à Nova Constituição do Ceará, proferido pelo Governador Tasso Jereissati, Desembargador Walter Nogueira e Vasconcelos, Presidente Pinheiro Landim e Presidente Antônio Câmara.

Juro cumprir e fazer cumprir a Constituição do Estado do Ceará.

Ato contínuo foi executado, pela Banda da Polícia Militar do Ceará, o Hino Nacional do Brasil.

O Presidente Antônio Câmara proferiu o seguinte discurso:

Em cinco de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição da República, iniciava-se o transcurso do prazo de um ano, para que realizássemos a elaboração do ordenamento fundamental do Ceará, integrando-se aos novos postulados que passaram a nortear a organização federativa brasileira.

Grandes esforços tiveram que ser empreendidos para pontual cumprimento dos encargos, exigindo regime intensivo de trabalho, sem o que não teria sido possível celebrar esta solenidade, que acreditamos seja marcante para a vida de nosso Estado e de nossa gente, deixando cunhados expressivos avanços, para superar os cumulativos atrasos socioculturais, econômicos e políticos, ingressando em ordenada trilha de perseverante e definido processo de modernização.

Trazíamos, então, os mais alentadores auspícios e os propósitos mais vigorosos de nos empenhar, com ditoso afincio, na reconstrução constitucional do Estado, sentindo-nos todos comprometidos em honrar os mandatos populares que nos foram generosamente confiados.

Prevalecia generalizada convicção e contagiante ânimo de que o empreendimento que passamos a nos devotar, na justa medida das nossas responsabilidades representativas, daria por resultado uma Constituição sem interceptações e subterfúgios ideológicos, desprendida de dogmatismos, procurando fazer sobre-levar ponderado senso prático, de modo a que se mostrasse adequada à realidade cearense, preparando o caminho para as transformações sociais em seus múltiplos aspectos.

Logo de início houve unânime reconhecimento da necessidade de adotar uma metodologia que primasse pela transparência de suas inclinações democráticas, o que ficou consagrado pelo regimento interno aprovado, que deu a merecida ênfase à participação popular, com a instauração da primeira fase destinada a receber as iniciativas das entidades em geral e singularmente de qualquer

cidadão. E mais ainda se fez: deslocou-se a Assembleia Constituinte a algumas regiões do Estado para colher as proposições populares, travando-se calorosos debates com as comunidades, suas lideranças, suas forças representativas, prefeitos, vereadores, deputados e suas forças populares.

Estava, de forma eloquente, selado o compromisso da Constituinte sobre o papel reservado ao povo, que não era apenas a fonte retórica da legitimidade do poder exercido em seu nome, mas o próprio destinatário da edificação constitucional em andamento.

Agora já não cabe desvendar e revelar os arrebatamentos das intenções primeiras, mas o que de bom e de útil concretamente ostenta a obra concluída, quando o Poder Constituinte, dentro de poucos instantes, extingue-se, para se afirmar, daí por diante, a ordem constituída, com os frutos que esteja apta a oferecer, ficando exposta ao irreversível julgamento da história, cada um a saber, introspectivamente, o lastro exato e a magnitude de sua pessoal contribuição cívica.

Resolvendo as profundezas da consciência, temos a convicção da pertinência em repetir as palavras de Demóstenes, na “Oração da Corôa”, ao dizer que “nem a ocasião, nem as blandícias do discurso, nem a valia das promessas, nem a esperança, nem o receio, nem o favor, nada enfim me incitou a trocar o que julgara ser o direito e o interesse da minha pátria”. (Trab. de Latino Coelho, Rio de Janeiro. Edição da Organização Simões, 1951, pág. 106).

Imbuídos desses sentimentos, procuramos todos, aproveitando o que ficara na esfera remanescente de cada Estado, com capacidade criativa, moldar um texto constitucional, com propostas que abrissem perspectivas para experiências que fossem frutuosas ao ambiente social que as acolhi-am, não comportando uma uniformização servil aos padrões de outras Unidades Federadas, ou meras montagens repetitivas. Em razão disso, o Estado teve que incorporar muitas definições, algumas inéditas, outras que se emparelham ao figurino federal, atendidas as suas peculiaridades existenciais.

Ficou consagrado nas nascentes federais o processo da regionalização, não como foco de descentralização política que se intercalasse entre as unidades federadas ou entre os Estados e Municípios, mas como promissor elemento de integração, atuando como fator aglutinante de unidades políticas limítrofes, em razão ainda das profundas afinidades geoculturais e socioeconômicas, sem afetarem as suas autonomias federativas ou municipalistas, afirmando-se, sim, por forças reciprocamente aconchegantes para aniquilar as disparidades crônicas e estimular o progresso geral.

Procuramos, aqui no Estado, aproveitar as vitalidades latentes, armando um sistema de regionalização que fosse equitativamente benéfico, evitando hegemonias descabidas e privilégios insustentáveis, porque seria o desvirtuamento da finalidade preponderante de integração dos Municípios com adversidades comuns, fortalecendo-os por comportamentos solidários.

Procuramos deixar a moldagem regionalista instalada no próprio arcabouço constitucional, envolvendo, como necessário, todo o aparelhamento governamental, no conjunto dos Poderes Estaduais e do órgão e entidades que lhes estão vinculadas. Para viabilizar o esquema de integração regional, ficou adotado entrosamento sistemático, com equacionamento econômico-financeiro, compreendendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, para que a endossada vocação regionalista fosse o elemento polarizante do processo desenvolvimentista, a fim de eliminar desigualdades internas, tomando por critério, nos programas de investimentos e consequente alocação de recursos, não as hegemonias políticas eventualmente celebradas, e, sim, os índices mais elevados das carências populacionais.

É alentador o resultado obtido no equacionamento da iniciativa popular da propositura de leis, abrindo-se, acertadamente, margem a que possa o cidadão, singularmente, dirigir-se à Assembleia Legislativa, ficando a ela reservada a competência preliminar de verificar a pertinência e a constitucionalidade da proposta e, depois, se assim for reconhecida, passará a ter andamento, acomodando-se aos trâmites dos demais projetos de lei.

Nesse contexto foi firmada posição de vanguarda nacional em admitir, também, que qualquer cidadão tem a faculdade de dirigir-se à Assembleia para, perante ela tentar, diretamente, seja suprida a omissão de diplomas legais complementares ou ordinários.

O fortalecimento da cidadania vem prevalecendo nas Constituições democráticas mais modernas, consolidando o modelo das sociedades participativas.

Nesse sentido, a Constituição da Itália, em seu art. 50, dispõe: “Todos os cidadãos podem dirigir petições às Câmaras para solicitar medidas legislativas ou expor necessidades comuns”. E alcança exponencial destaque o art. 16 da Constituição do Japão, assim: “Todos terão direito de requerer de forma pacífica a reparação de dano, a remoção de funcionários públicos, a vigência, a rejeição, e a emenda das leis, decretos e regulamentos e outros assuntos e nenhuma pessoa sofrerá qualquer discriminação por ter patrocinado esse requerimento”.

Com isso ganha individualmente o cidadão, pelo maior grau de integração que se estabelece com os seus representantes, podendo concorrer para abreviar a emissão de lei que materialize direito assegurado pela Constituição. Lucra também, e muito mais, a instituição legislativa pelo ensejo de sanar a arguida inércia e fazer desaparecer causa a que se exponha à injunção, através de decisão judicial reparadora.

Foi refeita a organização da segurança pública, demarcando-se, como preciso, os respectivos campos funcionais, dando-se autonomia ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Civil, tendo aquele papel inconfundível na defesa civil, na proteção diante dos infortúnios, nos sinistros: incêndios, naufrágios, inundações e calamidades públicas. À Polícia Civil, instituição permanente, orientada dentro dos princípios da legalidade, da hierarquia e da disciplina, compete exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais. Enquanto isso a Polícia Militar se posicionará na importante missão para enfrentar, ostensivamente, a arrogância e maldade do crime, em luta armada se preciso, mas sobrelevando as atitudes dissuasórias.

Em muitos pontos do processo constitucional, os avanços foram estimulantes, destacando-se o inter-relacionamento governamental, agora regado com o sistema de interpenetração de poderes, para eficácia dos recíprocos controles, por freios e contrapesos.

Contudo, o que merece ser ressaltado não é a restauração de competência do Poder Legislativo – reencontro com o passado – mas a adequação feita para viabilizar o controle político que é hoje universalmente reconhecido como a principal esfera de responsabilidade no elenco das competências parlamentares, pois a feitura de lei jamais voltará a lhe ser exclusiva, tanto pelas proveitosas iniciativas do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e agora do povo, como ainda pela sanção ou veto emanados do Executivo.

O que sempre será essencial para aprimoramento do regime político é a responsabilidade democrática dos governantes, aplicada pelo Legislativo, a velar pela lisura e eficiência dos desempenhos públicos.

Houve ainda um processo de marcante alcance normativo em que se vai operar a integração entre a sociedade e o Estado no espaço cearense, através do Título VIII, dedicado às responsabilidades culturais, sociais e econômicas, equivalente a convergência de direitos e deveres, que nesse caráter se mesclam e se transformam em responsabilidades privadas e públicas.

Nesses aspectos, é o homem colocado nas circunstâncias concretas de seu viver social, exposto a necessidades e adversidades, na luta que trava diariamente pela sobrevivência e realização pessoal, não podendo ser deixado isolado, atomizado e desgarrado, tendo de congregar-se em múltiplas solidariedades e recíprocos apoios.

Com essas medidas se devem concretizar as transformações da sociedade, fazendo-se o conagraçamento da liberdade e da igualdade, eliminando-se os privilégios, para que todos possam compartilhar dos bens essenciais, de ordem material espiritual e ética.

Começa pela garantia efetiva à educação, como obrigação que a todos deve atingir, a que não permaneçam homens e mulheres de um mesmo tempo e de uma mesma terra obscurecidos na marginalidade, pela opressão da ignorância, e também no desenvolvimento e na preservação do patrimônio cultural, como herança comum de um povo consciente de seu papel histórico. Segue-se o incentivo ao lazer e aos desportos, para que o homem encontre momentos recreativos, para arejamen-

to do espírito e manutenção da forma física, deixando de ser visto como engrenagem produtiva, elemento apenas de qualificação nos referencias estatísticos.

Foi dispensado cuidado ao desenvolvimento científico e tecnológico, para elevar o nível de bem-estar de todos os contingentes populacionais, com o comprimento de pesquisas para incorporações de novos avanços em todos os campos do saber, sem descurar as reservas humanísticas, consorciando valores espirituais aos domínios materiais, garantido a acessibilidade, eliminando as ocupações indevidas dos bens de uso comum do povo, por sua essência inalienáveis, mantendo ainda o meio ambiente equilibrado, como dever inerente a todos e não apenas obrigações de agentes e autoridades públicas.

Incluíram-se os deveres fundamentais de proteção à família em todas as suas projeções, como recanto associativo para mútuas afeições e onde se realiza a parte mais saudável e mais rica na formação da personalidade humana. Nessa aura expande-se a proteção à criança, ou aos que estejam desprovidos de lar, de amparo para um futuro promissor, de acompanhamento na adolescência, período que exige maior soma de compreensão para compatível adaptação social e enfrentamento com confiança e capacitação às concretas contingências de uma vida pessoal emancipada. Esta igualmente manifesta a vontade de proporcionar ócio dignificante ao idoso, cercado de aconchegante reconhecimento, quando as energias se vão pouco a pouco esmaecendo, aumentando, porém, a margem de sensibilidade afetiva, nem sempre percebida e assegurada, a exigir um maior despertar da sociedade, conjugando-se ao Estado, nesta tarefa nobilitante de amparo à velhice.

Houve esmerado empenho na fixação de postulados básicos em favor das políticas agrícolas e urbanas, para que não permaneçam como espaço desintegrados, tendo de haver cumulativos esforços para integrá-los, com o pensamento voltado para o homem, para que os benefícios civilizatórios não fiquem em perímetros confinados, criando iniquidades exasperantes.

Foi na Constituição defendido o direito à informação para que o homem se mantenha identificado com o seu tempo, colhendo todos os dados necessários a viver o universo em sua própria aldeia, parafraseando MacLuhan, sabendo-se ser esse o mais relevante papel das comunicações de um poder corporativo, mas como exercício da liberdade pela imprensa, reconhecendo-se que sem ela a democracia não subsiste.

Tudo assim é por se compreender que a democracia não se concretiza apenas pela emissão de sufrágios ou nos desempenhos representativos, mas pelo governo da opinião pública, em que se credite valor inexpugnável às manifestações críticas, sinal indicativo da existência da opinião livre, abjurada pela sociedade e pelos autênticos cidadãos de um mundo que se municia da persuasão e nunca da sufocação ou manipulação das mentes.

Cumpriu-se também um esquema institucionalizado para a assistência social na busca de amenizar os padecimentos alheios, levando lenitivos físicos e psicológicos aos necessitados, aos irmãos deficientes, aos desamparados, aos segregados por distúrbios da personalidade, compartilhando e procurando suavizar a dor humana onde ela esteja, oferecendo apoios duradouros e sobretudo cristã compreensão para que se possa reabilitar e reincorporar-se às correntes normais da vida.

Procuramos fazer – creiam – esse foi o espírito que prevaleceu, uma Constituição capaz de retratar o quadro presente de dificuldades, sem efeitos miraculosos, mas com crença no amanhã, sabendo-se que cada época tem os seus conflitos e suas adversidades, mas tem também os seus homens e suas mulheres dispostos a luta, marchando em frente com prudência e tirocínio. E acreditamos que as transformações sociais serão efetuadas, como necessidade inelutável, para que possamos conquistar a harmonia social, tendo por base o império da justiça, com o bem-estar de todos, alimentados por sincero sentimento de fraternidade, com o espírito altruísta de amor ao próximo, sobrepaindo às animosidades políticas, porque estas não podem romper os laços que a todos unem por intermédio de Deus.

Nestes momentos finais desta cerimônia, reafirmamos a invocação feita a Deus, como ato afirmativo de fé, para que nos iluminasse no desafio cívico que estávamos enfrentando e tivéssemos

compreensão e resistência moral para implantarmos uma moderna estrutura em nosso Estado, apta a realizar o bem comum do povo que representamos.

Se as nossas súplicas foram acolhidas e confirmadas as nossas esperanças, poderemos desfrutar de intensa satisfação pelo dever cumprido, deixando consolidada uma obra que modelará, em seguras e duradouras fundações, o processo de transformação social, dilatando a todos os horizontes do território cearense a prevalência dos postulados de justiça para autêntica dignificação de nosso homem, contendo o expansionismo dos privilégios, a todos integrando nos benefícios da civilização contemporânea.

Em tendo alcançado o amparo divino suplicado, temos o dever de proclamar reconhecimento, enquanto garantimos a firme disposição de tudo fazermos, a fim de que a Constituição não se torne simples peça de ornato, empenhados os nossos desvelos funcionais, para vê-la integralmente cumprida e persistentemente respeitada.

Não por palavras ou simples gestos, mas por atitudes inabaláveis, temos que fazer pelo nosso homem, o que por ele rogam, pois somente assim fazendo, daremos testemunho do sincero agradecimento a Deus, pela proteção concedida.

Inadmissível proceder de maneira diferente, atento à lição de Vieira de que “o ingrato não só esteriliza os benefícios, senão também o benfeitor; esteriliza os benefícios, porque os paga com ingratidões; esteriliza o benfeitor, porque vendo o benfeitor que se pagam com ingratidões os seus benefícios, cessa, e não os quer continuar”. (Sermões, XV, p.130)

Temos que agradecer, que méritos não tínhamos para realizar um empreendimento de tantas responsabilidades, sem os influxos da proteção divina.

E se a promessa agora se volta para o povo, e não podemos ter Deus por nosso fiador, não poderemos, no entanto, faltar aos nossos compromissos, dentro das próprias reservas humanas, lembrando Abraham Lincoln quando afirmava “que podemos enganar uma parte do povo o tempo todo, ou o povo todo durante algum tempo, mas não todo o povo todo o tempo”.

Vamos, pois, todos, cumprir e fazer cumprir a Constituição, promulgada e jurada, evocando a palavra lapidar de Ruy Barbosa de “que a própria soberania popular necessita limites, e que esses limites vêm a ser as suas constituições, por ela mesma criadas, nas suas horas de inspirações jurídicas, em garantia contra os seus impulsos de paixão desordenada”. (Credo Político)

Agora, é não faltar ao povo, com a finalidade de nossa vigilância, para que receba da Constituição o que se fez em seu nome e para seu benefício.

Antes de encerrar os trabalhos, é executado o Hino do Ceará.

É levantada a Sessão às dezesseis horas e vinte e cinco minutos (16:25).

Achamos de bom alvitre trazer para a história legislativa do Ceará fatos vividos nos bastidores do órgão tão bem trazidos a público pelo presidente Antônio Câmara, em entrevista publicada no jornal *O Povo* do dia 17 de novembro de 2014.

Antônio Câmara, o deputado cearense que a decepção aposentou

Matéria publicada pelo jornal *O Povo*, na sessão Páginas Azuis em 17 de novembro de 2014

As histórias de quem protagonizou uma fase tensa e rica da política cearense

Conheça, pelo relato de um dos protagonistas, os animados bastidores de um dos mais tensos momentos da história política cearense

Durante cinco mandatos consecutivos, entre 1975 e 1995, Antônio Câmara foi uma das vozes mais influentes da Assembleia Legislativa do Ceará. Liderou governo e oposição, presidiu a mesa, brigou e conciliou, fez política, fundamentalmente. Hoje, aposentado, mantém uma certa distância do agitado ambiente, mas sua animação é clara quando provocado a falar sobre o que viveu em sua longa experiência de homem público.

A conversa com o ex-deputado, de 76 anos, flui naturalmente. Há nele uma memória pronta para ser ativada, especialmente relacionada aos bastidores dos duros tempos de relação entre poderes no Ceará quando Tasso Jereissati era governador, na sua primeira gestão, e ele comandava o Legislativo. Boa parte da entrevista trata do assunto, mas há espaço ainda para falar do governo Gonzaga Mota, da Constituinte estadual (que também presidiu) e das perspectivas do novo governo Camilo, dentre outros assuntos.

A entrevista resulta num belo passeio pela história política recente do Ceará, como demonstram os trechos a seguir.

O POVO - *O senhor disputou a última eleição para deputado estadual em 1990. Anunciou que desistia da política, a partir dali, dizendo-se decepcionado. As razões que o levaram a abandonar a vida pública se mantêm inalteradas?*

Antônio Câmara - Eu diria que hoje não são as mesmas razões. Claro que hoje há a idade, as novas lideranças surgidas que não foram contemporâneos meus, mas, em 1990, logo após as eleições, senti uma profunda decepção com a política.

OP - *Em 1990 a decisão já estava tomada, então, embora o senhor ainda tenha disputado a eleição em 1994 como vice de Juraci Magalhães, na tentativa dele de chegar ao governo do Ceará, enfrentando, na época, Tasso Jereissati?*

Câmara - Logo depois da apuração. Após a apuração, quando vi os resultados dos votos que me foram atribuídos, fiquei profundamente decepcionado. Decepcionado porque eu tinha sido presidente da Assembleia, presidente da Constituinte estadual e havia procurado ajudar muitas das entidades que congregam os servidores públicos. Eu me indispus com o governador Tasso Jereissati exatamente na defesa destes servidores, evitei a demissão de pelo menos 40, 50 mil servidores, quando foi encaminhada uma mensagem à Assembleia que criava 60 mil cargos, concedia abono ao invés de salário e, o mais grave, pedia para realizar concurso. Ora, servidores admitidos, na época do governador Plácido Castelo, depois Aduino etc., esse pessoal todo deveria ser submetido a um concurso. Seria um concurso-guilhotina, porque estavam todos afastados dos livros, das atividades culturais, muitos eram servidores modestos etc., e foi então que a Assembleia suprimiu o artigo que criava as vagas, sem as quais não podia haver concurso. Além disso, transformamos o abono em aumento, porque assim incidiriam todas as vantagens dos servidores e o governador, então, ficou extremamente chateado com tudo. Extremamente irritado. E passou a nos tratar como adversários mesmo, ou seja, declarou que a Assembleia era coordenada por forças do atraso, por clientelistas que estavam torpedeando o plano de mudanças dele, governador. Ora, a Assembleia até então tinha aprovado tudo que ele pedira, só não aprovou essa questão dos servidores, porque boa parte dos deputados tinha, inclusive, participado de nomeações, havia interesse deles no sentido de se manter os servidores, até porque a Constituição Federal, que estava sendo elaborada na época, já tinha aprovado um dispositivo considerando estáveis os servidores admitidos há pelo menos cinco nos Estados, nos municípios e na União. O temor do governador era esse, ter que manter o pessoal vindo de muitos governos anteriores. Em função de tudo isso apresentei um projeto de lei que disciplinava o concurso público, era mais ou menos julho de 1988, quando ocorreu esse episódio, e concedia prazo aos servidores para se inscreverem e outro ao governo para iniciar o concurso, noventa dias para inscrições, mais 30 depois de publicado o edital, é que o concurso poderia ser realizado. E este concurso seria efetivado em meados de novembro, quando a Constituição Federal já teria sido outorgada e os servidores ficariam a salvo. O projeto de lei, aprovado pelos deputados, foi à sanção do governador, que vetou. Com isso, criou um grande problema para Assembleia, que necessitaria de 31 votos, de 45 deputados, numa situação que parecia favorável ao governo. Afinal, bastavam 15 votos. A verdade é que a votação era secreta e o veto do governador foi derrubado, com 31 votos, uma grande vitória da Assembleia Legislativa, porque as galerias estavam tomadas de servidores e a expectativa era enorme. Caso o veto fosse aprovado eles teriam que se submeter a concurso porque as regras do governo seriam outras e não aquelas que meu projeto de lei criava. O líder do Governo na

época era o deputado Ciro Gomes, muito fluente, muito combativo, mas não houve alternativa, o veto foi derrubado e a lei entrou em vigor. Isso irritou muito o governador, mais ainda, porque foi uma pá de cal no seu projeto de reduzir.

OP - Foi a declaração de guerra.

Câmara - Foi a declaração de guerra. Nós tínhamos consciência de que o Governo, o Executivo, a estrutura governamental, não ia bem, por falta de recursos, mas não seria um concurso público ou um outro dispositivo que ele introduziu no projeto e nós retiramos, que suspendia o pagamento do 13º salário. Ora, os servidores do Ceará estavam entre os últimos que tinham conseguido o 13º e o Gonzaga (Mota, antecessor de Tasso Jereissati como governador) ainda concedeu em parcelas, de 30 por cento, 30 por cento e a última de 40 por cento. O pagamento da parcela de 40 por cento coincidiu com o fim do primeiro ano do governo de Tasso, não era justo suspender o pagamento. Não era com uma parcela do 13º salário dos servidores que ele iria resolver os problemas financeiros do Estado, mas a proposta iria criar uma defasagem no orçamento de milhares de servidores que contavam já com aquela gratificação. Então, ele irritou-se, passou a hostilizar e agredir o Poder Legislativo onde ia, em qualquer inauguração pelo Interior, havendo deputado no palanque, dizia que ressaltado aqui o amigo fulano a maioria é clientelista, é força do atraso, que estava fazendo muita força para colocar em ação o seu projeto de mudanças. Claro que o grande ideal do povo era ver as mudanças que seriam feitas. E assim a Assembleia foi desenvolvendo seu trabalho, mas sempre encontrando grande dificuldade, o governador nunca convidou o presidente da Assembleia para qualquer conversa, comunicar que estava mandando essa ou aquela proposta...

OP - Nunca houve qualquer tentativa de diálogo?

Câmara - Houve, quando o vice-governador Castelo de Castro não pode mais esconder a doença que lhe tinha acometido, estava fazendo tratamento em São Paulo, se queria manter o assunto..., o governador precisava viajar para Brasília, atrás de recursos, e não tinha como fazê-lo porque precisava passar o cargo para mim...

OP - Evitar o vácuo institucional.

Câmara - É, mas o certo é que lhe passaram uma história de que não era conveniente que viajasse porque eu teria dito que assumindo o governo demitiria alguns secretários seus, Sérgio Machado e outros mais.

OP - Não era verdade?

Câmara - Não, nunca disse isso. O chefe da minha assessoria de Imprensa na época, o jornalista Dorian Sampaio, chegou a mim com esse assunto, essa história. Eu disse a ele que absolutamente, não tinha interesse em assumir, mas, caso viesse a fazê-lo, cumpriria rigorosamente minha função, era uma questão institucional etc. Certo é que houve um encontro, fomos, eu e outros deputados, o Governador começou e tal.

OP - Clima hostil, ambiente carregado?

Câmara - Não, o clima já era menos carregado. Ele, Tasso, disse que tinha sabido disso e eu neguei, falei que não tinha o menor fundamento, não era meu plano mudar nada, mas, aquilo que fosse minha atribuição, iria exercer. Não de maneira atabalhoada. Assim é que ele pode viajar, assumi inúmeras vezes, assumi várias vezes na época do Gonzaga Mota porque o Adauto (Bezerra, vice-governador na época) tinha renunciado antes do final do mandato. No caso do Tasso devido ao fato de o Castelo de Castro ter sido acometido por uma doença grave e, obrigado a fazer tratamento em São Paulo e vinha poucas vezes a Fortaleza. Eu e o governador, então, passamos a ter um relacionamento que você não tem com um amigo, ou seja, se eu puder fazer um favor eu faço. O clímax desse rompimento é que o ministro da Irrigação à época, Vicente Fialho, que é de Tauá, conseguiu implantar junto aos colonos de um perímetro irrigado lá na região uma fábrica de banana, que produzia banana, uva etc, e ligou-me pedindo que eu organizasse um evento lá porque ele não tinha muita vivência política e o prefeito era do PDS, enquanto nós éramos do PMDB. Enfim, organizei o ambiente para o ministro ir inaugurar, inclusive me responsabilizando por palanque, som, cerimonialista era um radialista da rádio AM que nós tínhamos lá etc. Fui lá esperar o governador, que marcou a hora, nesse tempo era campo de pouso, e depois seguimos para a fábrica. Primeiro fomos à fábrica e depois haveria os discursos no palanque montado para o povo que eu também havia ajudado a transportar

até o local, quem tinha transporte eu pedia *pra* ceder um, dois carros, não era longe, eram quatro quilômetros...

OP - *Isso foi em que ano?*

Câmara - Foi em 1987, no final, ou no começo de 1988. Foi 88 mesmo, eu acho. Estávamos visitando a fábrica, parando, o ministro parava, explicava uma coisa ou outra, quando, de repente, um repórter da rádio Cultura, do deputado Júlio Rego, se aproximou e perguntou ao governador...

OP - *O deputado Júlio Rego que era o adversário local do senhor?*

Câmara - Era. Perguntou sobre a questão do projeto que a Assembleia havia derrubado e se os deputados tinham feito cortesia com o chapéu alheio. Ele disse que não, não era uma cortesia com chapéu alheio, a Assembleia tinha sido irresponsável, totalmente irresponsável, que aquela administração do Poder Legislativo queria boicotar seu projeto de mudanças.

OP - *Ao lado do senhor?*

Câmara - Sim, ao meu lado. Sai dali, então. Depois, quando ele passou por mim, disse para eu não censurar a entrevista e eu disse: o senhor enganou-se. A entrevista foi para outra rádio, foi para a rádio do seu adversário na eleição e hoje seu amigo (risos). Disse que se fosse na minha eu colocaria toda a entrevista, mas depois iria comentar. Passou. No palanque fiquei pensando que aquilo tudo não ia dar certo, que estávamos no limite do destempero, eu de um lado, ele do outro, eu dizia que ele era um coronel cibernético, e decidi me aproximar dele, que estava com o Ciro Gomes e o Sérgio Machado. Disse a ele: governador, vi o começo da sua entrevista, muito agressiva, o que gera uma outra da minha parte, também agressiva, o que é ruim para o poder Legislativo e para o poder Executivo. Porque não conversamos como pessoas sensatas e se dá uma parada nisso, vamos ver quem tem razão e quem não tem. Estou disposto a não comentar mais suas declarações e tal. Ele olhou *pra* mim com aqueles olhos azuis dele e disse: não vou parar não! Vou dizer hoje, aqui, para aquela mulher, para aquela senhora com a criança nos braços, que não posso fazer a escola dela porque a Assembleia não deixa. Vou dizer para o povo que não posso melhorar o atendimento médico do hospital daqui porque vocês não deixam, boicotam nossos projetos. Eu disse que tudo bem, não podia fazer nada, a minha parte estava feita, o senhor pode dizer o quiser, mas iria ouvir o que não quer. O senhor quando acabar de falar eu vou falar, dizer que é demagogia de sua parte, que o senhor não vai consertar o Ceará com uma parcela do 13º salário do funcionalismo, demitindo alguns servidores, que tudo aquilo era demagogia para enganar o povo, que não tinha havido mudança nenhuma até aquele momento. Ele queimou ruim, então, e disse que era a maior autoridade naquele palanque...

OP - *Só os quatro ouvindo a conversa, o senhor, ele, Ciro e Sérgio?*

Câmara - Não, em cima do palanque. Tinha jornalistas, inclusive. Enfim, disse que eu não poderia falar depois dele, que era a maior autoridade no palanque, que ninguém poderia falar depois do governador, ainda perguntou se eu não sabia disso. Eu respondi que não entendia de protocolo, de cerimonial, mas estava dizendo que falaria depois dele porque o palanque era meu, o locutor era da minha rádio, o serviço de som era da minha rádio, até o povo que estava ali eu que tinha levado, convidado, o senhor acha que vou sair daqui desmoralizado? Nem pense. A gente já estava falando um pouco alto àquela altura, o Fialho viu que havia um desentendimento e encerrou o discurso. Eu já tinha prevenido o cerimonialista que só me chamasse *pra* falar se eu desse um sinal, quando ele comunicou que estava prevista a fala de um colono, do ministro, do governador e a minha. Avisei que eu iria apenas se desse um sinal, mas, caso desse, podia ser depois do ministro, do governador, de quem fosse, era *pra* ser chamado. O certo é que o Fialho encerrou e ele chamou o governador, que foi ao microfone e não disse nada. Parabenizou o ministro, parabenizou os colonos, vocês estão no caminho certo tal e tal, e desceu. O ministro, já todos lá embaixo, disse que os colonos tinham preparado um almoço, uma galinha caipira não sei o quê, mas ele disse que não queria almoçar. Pediu ao Fialho para ser liberado porque não queria ficar ali mais nem um minuto. Pegou o helicóptero e foi pra Guaramiranga, ele, o Ciro, o Sérgio e o chefe da Casa Militar. Isso foi no sábado, domingo veio para Fortaleza e na segunda-feira demitiu o presidente do Ipec, a pessoa que eu tinha mais estima, que era meu parente, foi quem me lançou na política, inclusive: doutor Domingos Gomes de Aguiar. Era o presidente do Ipec, que o Gonzaga Mota havia nomeado no seu governo e o Tasso manteve. Na reunião que tivemos, no

início do governo, ele perguntou se aquela pessoa era minha, respondi que sim. Com aquele ato (demissão de Domingos Aguiar) vi que era pra valer, porque se fosse com outra pessoa, mas sendo com o Domingos ele me atingiu mesmo no coração, porque, além de ser alguém pelo que qual tinha a melhor estima era um administrador competente, que estava levando o Ipec a novas coberturas, aumentando a eficiência etc. Então, nomeei o Domingos diretor do Serviço Médico da Assembleia, mas disseram que a disposição não seria aprovada, pode ter sido no ímpeto que ele disse que não era para dar, mas acontece que a Constituição garantia, desde que a nomeação seja para cargo de comissão. Ficou um relacionamento esquisito, a inflação naquela época era alta, de forma que os orçamentos estavam quase sempre se defasando rapidamente, era 80 por cento a inflação, e houve o seguinte: o Estado estava com bastante recursos, porque o (José) Sarney começou a ajudar o governador e ele adotou algumas medidas que, de fato, melhoraram a arrecadação. Só que não tinha dotação no Orçamento, que permanecia defasado devido à inflação, e o governador encaminhou mensagem suplementando o Orçamento do Executivo, deixando de fora a Assembleia e o Judiciário. Guardei a mensagem, então, deixei na gaveta. Uns dois dias depois, o Ciro me procurou, perguntando sobre a mensagem que eu tinha recebido do governador, suplementando o Orçamento do Executivo. Confirmei que tinha recebido e disse que estava na minha gaveta. Ele perguntou, então, quando é que ela seria votada. Disse que colocaria a matéria em votação quando chegasse o da Assembleia e o do poder Judiciário, nós votaríamos tudo, não era mais democrático? Ele disse que não sabia, não sabia, mas sabia que eu iria parar o Estado. Eu disse que não tinha culpa, a questão é que estavam querendo parar a Assembleia. Então, vamos parar tudo! Depois disso, me liga o secretário de Planejamento, Antônio Rocha Magalhães, perguntando se eu poderia recebê-lo. Disse que podia, claro, e ele me disse que eu estava criando um grande problema porque o Estado poderia parar, realmente. E que o funcionalismo, aí eu disse que não, não viessem com a história de funcionalismo, porque o pagamento dos servidores não depende de Orçamento, a Constituição não exige empenho etc., tem dinheiro, paga. Reforcei com ele que a questão era encaminhar também mensagem tratando da Assembleia e ele disse que o governador poderia fazer aquilo por decreto, está previsto, o recurso existe. Eu disse, então: querido secretário, o duodécimo da Assembleia, uma imposição constitucional, *pra* conseguir a liberação é através do meu 1º Secretário, deputado Luiz Pontes, mais chegado ao Governo. Ele é que vai na (secretaria da) Fazenda, conversa com o secretário, isso com relação a um repasse constitucional, imagina um recurso dependendo de governo? O certo é que continuou na gaveta, Castelo de Castro me ligou, expliquei tudo para ele, que me pediu, 'Toin não faça isso etc.', mas eu disse que faria, não tinha como ser diferente. O Tasso, então, encontrou um meio de não participar do episódio, não ceder, mas encaminhar uma saída, ou seja, viajou e o próprio Castelo encaminhou a mensagem.

OP - *Ele não fez, mas o governo fez?*

Câmara - O governo fez. Quer dizer, são coisas que se houvesse entendimento, custava nada conversar, explicar que não podia encaminhar a matéria naquele momento...

OP - *De qual maioria dispunha o governo na Assembleia naquele momento?*

Câmara - Era boa, no voto aberto. No voto secreto a coisa era mais apertada. O ambiente ficou assim, então, eu assumi o governo e o (Airton) Angelim (chefe de gabinete do governador na época) me informou que o governador sempre almoçava com os secretários da Casa e tal. Perguntei quem era e ele disse que era o Sérgio Machado, o Assis Machado, ele próprio e eu disse que o considerava gente boa, com ele almoçaria em qualquer lugar, mas com aquela turma não dava. Vou almoçar mesmo em casa, informei. O governador demitiu todo o pessoal ligado a mim, Tauá era sede de uma região administrativa, tinha coordenador de assistência médica, tinha coordenador de não sei o quê...

OP - *O senhor já tinha quantos mandatos, na época?*

Câmara - Era o quarto mandato.

OP - *Era o pior momento do relacionamento entre os poderes que o senhor já tinha vivenciado?*

Câmara - Foi, porque meus líderes eram chamados a Fortaleza para conversar com o Sérgio Machado, muitos deles se desligaram de mim e passaram a apoiar o deputado Júlio Rego, que estava definitivamente aliado ao governo.

OP - *O senhor atribui à situação, portanto, a votação baixa que teria na eleição seguinte, em 1990, apesar de reeleito?*

Câmara - Olha, em 1986 eu tive quase 32 mil votos, dava para eleger um deputado federal na época. Na minha primeira eleição, tinha obtido 14 mil e poucos votos, ficando lá pela 20ª colocação, fiquei entre os 25 primeiros. Pois em 1990 foram 15 mil votos.

OP - *Houve uma ação direcionada contra a candidatura do senhor?*

Câmara - Houve, a partir desse episódio da desaprovação das propostas que prejudicavam os servidores começou o trabalho. Prefeitos que eram da minha coligação, aliados políticos, deixaram de frequentar meu gabinete, só voltaram no final, já perto das eleições, com medo de perseguição. Eu não tinha dinheiro para enfrentar uma eleição comprando voto, graças a Deus fiz um trabalho de ajudar meus municípios, ajudei muito no governo do Virgílio (Távora), no governo do Aduato (Bezerra), do Gonzaga Mota, eles me ajudaram, conseguindo obras, estrada, energia, mas no governo do Tasso não levei nada e nem tinha dinheiro para suprir isso. Pensei, então: se vou vender uma fazenda que herdei, se vou vender apartamento que comprei financiado, para ter um mandato? Não tem sentido!

OP - *O governo seguinte, de Ciro Gomes, permitiu uma reaproximação?*

Câmara - Permitiu não.

OP - *Inclusive por serem perfis muito diferentes, comparando-se Tasso e Cid, não é?*

Câmara - Era, mas havia certos assuntos que o Ciro tinha que cumprir, ou seja, se ele dá uma abertura para mim seria uma tapa na cara do Tasso. Seria um desacato, até, porque ele sabia que nosso relacionamento era péssimo e o Sérgio Machado era o executor disso. Pior é que votei no Expedito (Machado, pai de Sérgio) para deputado federal, porque era muito ligado ao Gonzaga, eu era secretário de Governo, ele ia muito pra lá, nós conversávamos, pedia ajuda e lhe dei quase 10 mil votos.

OP - *Fora da política, observando tudo à distância, hoje, o senhor diria que ele é um político diferente? Percebe isso?*

Câmara - É. Aliás, quando do primeiro mandato de senador ele já estava diferente. Lembro que uma vez o (então) deputado Domingos Filho foi a Brasília resolver uns problemas dos municípios que representava, Tauá, Parambu e tal e precisou de um apoio lá. Procurou o Tasso ou o Tasso se ofereceu, não lembro, o senador Tasso Jereissati, e o Domingos esteve aderindo porque esse contato se transformou num bom relacionamento e o Domingos me disse: olha, o Tasso hoje é uma pessoa que você dialoga com ele, conversa, que lhe ajuda, se puder, então me consultou dizendo que estava pensando na adesão. Perguntou o que é que eu achava e lhe disse que nem batia palmas e nem jogava pedra. Você é quem sabe o que é bom pra você. Ele, então, resolveu ficar no PMDB, onde tinha muito mais espaço. O Tasso é outra pessoa, do ponto de vista político, não tem mais aquela arrogância, aquela impetuosidade, do quero e posso, de afrontar o Legislativo, o Judiciário, é homem que aprendeu.

OP - *Foi a política que melhorou ele?*

Câmara - Foi a política, foi. E acho que esse período em que ele foi senador de oposição lhe permitiu sentir, primeiro, que a oposição é necessária. Segundo, sentiu que destruir a oposição não é tão fácil, o PT não conseguiu destruí-lo, ele também não conseguiu me destruir, porque quando vi que a situação estava muito difícil encontrei uma liderança capaz de continuar meu trabalho, o Domingos Filho, que ficou na oposição durante muito tempo, até a candidatura do Cid (Ferreira Gomes) ao governo. O PMDB era oposição ao Tasso, como ainda hoje é.

OP - *Agora não, considerando a aliança do partido com o PSDB nas eleições majoritárias de 2014.*

Câmara - Essa aliança do Eunício foi uma que, assim, ocorre. O PMDB é assim.

OP - *O senhor fez menção ao governo Gonzaga Mota, do qual foi um dos articuladores principais, chegou a ocupar a secretaria de Governo, inclusive. Foi um período de muitos rompimentos, também, alguns ruído-*

... e começar por aquele inicial com os coronéis, depois no Colégio Eleitoral liderou voto do seu grupo no Tancredo Neves e não no Paulo Maluf. Foi, porém, uma gestão que terminou mal, inclusive, parte dos problemas que o governo Tasso enfrentou foi herança dele. A história faz justiça com Gonzaga Mota, analisando-se o período que governou o Ceará?

Câmara - Não. Costumo dizer, quando nos encontramos, que ele não precisa escrever nada, ele já é história. Ele foi a maior vítima de tudo isso, o governo Gonzaga Mota procurou trabalhar com os coronéis, os deputados tinham acesso, os secretários muitos eram ligados ao César Cals, ao Virgílio, só que o Gonzaga foi também, o que era natural, formando seu grupo. Eu era secretário de Governo no momento mais tumultuado.....

OP - *Na fase em que se deu o rompimento.*

Câmara - Na fase do rompimento. Eu próprio, pra tentar evitar o rompimento com o Virgílio, por quem tinha a maior admiração, fiz um encontro na minha casa, meu apartamento, dele com o Virgílio.

OP - *O acordo entre Gonzaga e os coronéis, garantindo um terço do secretariado para cada um deles, realmente existiu?*

Câmara - Não. Os deputados puseram na cabeça é que tinham direito a indicações por serem ligados ao coronel tal, nem pessoalmente eles tinham atrito. O atrito que havia era na base, era do grupo do Marconi (Alencar) com o grupo dos Bezerra, do Adauto.

OP - *Não era entre os líderes?*

Câmara - Não, não era. O Adauto tinha franco acesso às coisas do governo, era vice-governador, assumia tranquilo, nomeava etc, agora, quando o Gonzaga optou por uma candidatura fora do PDS a nível nacional, quando vinculou-se a Aureliano (Chaves), José Richa, Tancredo (Neves), (Franco) Montoro....

OP - *Numa época que exigia coragem para esse tipo de atitude, não é?*

Câmara - É, mas a situação lhe deu projeção nacional. Uma vez estava no Rio de Janeiro, ele também, e nós fomos caminhar na orla, em Copacabana, de manhã cedo, e fiquei surpreso com as pessoas cumprimentando-o. Ele tornou-se um ícone da coragem política de um governador de romper, mas houve retaliações. A ordem passada pelo ministro Delfim Neto era que não houvesse repasses federais, mas, apesar destas retaliações, ele não mudou de postura. Pelo contrário, foi avançando. Ele não diz, mas foi vítima do Tasso. A imprensa daqui não dava a cobertura que o Tasso gostaria, por motivos óbvios, então ele passou a usar a imprensa do Sul e Sudeste, usou TV Globo, você está assistindo a novela e de repente aparece um noticiário falando de um rombo no Banco do Estado do Ceará etc. e tudo isso esmaeceu a imagem do Gonzaga, depois que ele entregou o governo. Enquanto ele foi governador não, teve total prestígio. Quando o Gonzaga ficou aqui no ostracismo, vítima de noticiários maldosos, porque nunca houve rombo no BEC, desfalque no BEC, o rombo veio depois, na verdade, ele vivia no escritório que o (empresário Júlio) Ventura tinha cedido para ele, onde recebia os amigos. Chamei o Paes de Andrade e pedi a ele que conseguisse uma audiência com o Sarney, que eu levaria uma comissão de deputados para a gente pedir que cumprisse a palavra e entregasse um ministério ao Gonzaga. Não podendo ser um ministério, que fosse um banco desses, era um homem com grande capacidade de trabalho e tal. Ele, Paes, e o (senador) Mauro Benevides conseguiram a audiência e nós fomos, somente não participaram aqueles deputados que dependiam mesmo do Tasso, que tinham medo dele, e fomos recebidos. Para minha surpresa, não sei se foi o Paes ou o Mauro, anunciou que eu falaria em nome da bancada federal e da bancada estadual do Ceará. Eu disse, então, presidente, ele estava no auge, Gonzaga representava para o Ceará o que ele (Sarney) era para o Brasil, representava o retorno à democracia, liberdade, destaquei o trabalho que ele tinha realizado, ao lado do Richa, do Montoro, do Tancredo, e lembrei que ele permanecia em Fortaleza, no Ceará, no ostracismo que o pior adversário não merecia. Destaquei que havia um compromisso, pelo menos se especulava nesse sentido, do aproveitamento dele no governo federal. Sarney disse que nunca tinha saído de sua mente aquele momento em que seguia no avião, junto com o Tancredo, para uma cidade, e o piloto informou haver recebido pelo rádio a informação de que os deputados do Ceará tinham eleito seis representantes para o Colégio Eleitoral e todos comprometidos com a candidatura de Tancredo Neves. Ele disse que aquilo lhe tinha criado na cabeça um pensamento horrível, porque um dia antes havia perdido os seis delegados do Maranhão,

por pressão da Polícia Federal, depois recuperados numa briga judicial, mas, enfim, disse que nós podíamos ficar tranquilos. Porém, nunca fez nada. Quem ouviu aquilo, no entanto, ficou pensando: por que ele não foi? Deve ter sido uma pressão muito grande, só pode, e o Tasso estava ainda vestido naquela personalidade que não admitia pessoas que não eram do seu esquema, não rezavam na sua cartilha. Não foi um processo fácil. Você sabe que o Maluf se elegeu governador sem ter maioria na convenção de São Paulo, não é? Um homem que tinha dinheiro sobrando, não foi fácil. É como ele disse lá na minha casa, no meu apartamento, eu já o conhecia, apresentado pelo Claudio Philomeno, o Virgílio também já tinha me levado até ele... Fui ao Virgílio na época da convenção e lembrei que ele havia me indicado convencional (do PDS), então, queria saber o que era pra fazer. Estava ali para seguir sua orientação e ele informou que era para votar no Maluf, o (Mário) Andreazza não era mais o candidato. Segundo explicou, porque o vice do Maluf era o Flávio Marcílio. Votei na convenção no Maluf, então, mas disse que era o último ato com relação a isso, porque o governador estava trabalhando num outro sentido e eu iria acompanhá-lo. Guardo a ata da convenção até hoje (pega um envelope em cima da mesa e tira de dentro uma folha de papel), feita pelo Osmar Diógenes. Está aqui, às 20 horas do dia 26 de outubro....

OP - *É da reunião do PDS?*

Câmara - É, do PDS. Era o seguinte: a bancada majoritária de cada Assembleia escolhia seis deputados para irem ao Colégio Eleitoral. No Rio de Janeiro era o MDB, aqui, o PDS. Nós fizemos a eleição na Assembleia, com o Virgílio lançando uma chapa, que tinha o Aquiles, Júlio Rego etc., e nós lançamos outra, com três nomes do Adauto e três do Gonzaga, e ganhamos. Em chegando lá a boataria estava no mundo, indicando que quem fosse do PDS e votasse no MDB seria cassado, por infidelidade partidária. Alguém do PDS entrou com uma consulta no Tribunal Superior Eleitoral, o TSE, um dos deputados federais do partido que iria votar no Tancredo, e decidiu-se que não era ato de infidelidade, era uma opção de cada um tal e nós votamos. Por isso é que votei no Aécio agora. Lembro que quando o Maluf foi me visitar, perguntou se eu conhecia o Tancredo e, claro, respondi que não. Ele perguntou como é que deixava de votar nele, que era meu amigo, a quem eu conhecia de tempos, para votar em quem não conhecia? Expliquei que era coisa da vida, uma questão de lealdade ao governador.

OP - *Como o senhor enxerga a política hoje? Lembro que na época em que o senhor e o deputado Júlio Rego disputavam o eleitorado de Tauá uma ocasião praticamente ficaram com todos os votos, mais de 96 por cento deles. Isso não tem mais como acontecer dentro da nova realidade política, não é? É um sinal de avanço ou retrocesso do processo eleitoral? A comunidade local perde?*

Câmara - Perde. Eu ainda tenho fazenda em Tauá e vou sempre lá, ultimamente com a seca até tenho ido menos. Antes, costumava passar uma semana por mês lá e notava, notei sempre, as pessoas do povo reclamando cadê o deputado, fulano, cadê. Eu perguntava: ele não andou aqui, não? Diziam que não, quando ele vem...

OP - *Isso abre espaço para aventuras, para aventureiros?*

Câmara - Quando eu era deputado, eu ia para a casa do Domingos, o velho Domingos Aguiar, sentava na calçada e se fazia aquela fila de cadeiras, todo mundo conversando, uns iam para feira, outros para o bar tomar uma cerveja etc. Conseguia-se, com isso, perceber os problemas que cada um tinha, um reclamava do telefone, outro era um ramal de estrada, outro um ramal de energia, outro era um emprego, por aí seguia. Agora é dinheiro, desde o Tasso pra cá o poder econômico passou a interferir muito nos resultados. Quem não gastou dinheiro nessa eleição, dançou.

OP - *Hoje não é mais possível alguém com esse tipo de comportamento se eleger?*

Câmara - Não. Ou se faz uma oposição ideológica, faz uma oposição *pra* valer, tipo o Heitor Férrer, ou gasta dinheiro; ou é governo mesmo.

OP - *Há a ideia, porém, de que esse tipo antigo de prática configura a imagem do curral eleitoral, dos votos sob controle direto do político.*

Câmara - Não, não, isso aí é uma teoria. É uma forma agressiva de se referir, porque se o vereador mora no distrito e ele é assediado para cuidar de um doente, para resolver um problema, ele vai fazer e é normal

que depois peça o voto. Tauá, por exemplo, tem sete distritos e quando me elegi deputado pela primeira vez apenas um deles tinha energia elétrica, só um. Era 1974. Daí *pra* frente consegui eletrificar todos os distritos, terminei no Gonzaga Mota, quer dizer, isso tinha retorno quando chegava a eleição. Não precisava eu ir lá, oferecer as coisas e tal, era natural.

OP - *Nesse sentido, o voto distrital seria uma boa novidade no processo político-eleitoral brasileiro?*

Câmara - É o mais sadio. O voto distrital vincula o representante à área geográfica e é o mais sadio em termos de política, porque ele tem um trabalho concentrado. Hoje um deputado é votado no Crato, em Camocim, em outras cidades nas quais ele sequer vai e ocorre que para suprir isso só com dinheiro. Eleição dá despesa, dá despesa, no meu tempo era transporte, alimentação.

OP - *O financiamento público é outra ação que o senhor vê com simpatia para mudar o quadro?*

Câmara - Reduziria (os problemas), embora não evitasse totalmente. É muito difícil um sistema que atenda a todos os requisitos, um sistema ideal, não existe. Nos Estados Unidos, por exemplo, diz-se que os candidatos gastam milhões em divulgação, em televisão...

OP - *Vamos olhar um pouco para frente, agora. Antes disso, gostaria de saber se o senhor acompanhou o processo que levou à indicação do candidato governista, numa lista que incluía o nome do ex-deputado Domingos Filho, que o sucedeu na liderança do grupo político de Tauá. O senhor sabe dizer por que ele não foi o escolhido?*

Câmara - Na minha opinião, o Domingos reunia as melhores condições para ser o candidato, não apenas para ele como para o grupo. Ele é uma pessoa de diálogo, que sabe conduzir as discussões políticas e a prova é que, quando foi eleito deputado pela primeira vez, recebeu um colégio eleitoral limitado ali aos Inhamuns e mais alguns votos em Fortaleza, e conseguiu ampliar, tornou-se uma liderança estadual. Então, é um articulador nato. Como vice (governador) ele teria assumido o governo e, primeiro, só poderia ser governador por mais um mandato. Segundo, liberaria o governador Cid Gomes para disputar uma senatória; terceiro, devolveria o Governo ao grupo por não ter mais condição legal de se candidatar. Numa pesquisa que antecedeu a escolha do candidato pelo Cid, Domingos foi citado por 22 por cento dos entrevistados, o Eunício teve 40 e tantos, ele veio depois, em seguida o Roberto (Pessoa), 19, e os outros candidatos ao esquema do Cid ficavam todos abaixo de 15 por cento. Além do mais, demonstrou uma lealdade sem limites ao esquema dos Ferreira Gomes, desde a primeira eleição, quando era presidente da Assembleia e articulou tudo que o governo queria, precisava, para implantar esses mecanismos de progresso que existem no Ceará. Foi eleito presidente da Assembleia por unanimidade, não é fácil. Não entendi muito, mas, também, não participo de questões políticas que definam candidaturas, meu tempo passou. Quando decidi deixar a política foi num momento de reflexão, estava só, numa fazendinha que tinha aqui perto de São Gonçalo do Amarante, vinha de Tauá, após apuração, e com o resultado de 15 mil e poucos votos...

OP - *A decisão que o senhor tomou foi imediata, então, em cima do resultado.*

Câmara - Foi, foi. Quinze mil votos, estava lá numa rede no alpendre, o pessoal já dormindo, ouvindo uma rádio, não lembro qual, mas sei que era tassista, e o locutor abriu o telefone e as pessoas ligavam perguntando a maioria disso, a maioria daquilo, quem é que estava eleito etc. Um mais afoito ligou e perguntou como estava o deputado Barros Pinho e o locutor dizia rodou. E o deputado Nilo Sérgio? Rodou. O deputado Franzé Moraes? Rodou. E o deputado Narcélio Limaverde? Rodou. E foi citando os anti-tassistas até perguntar: e o deputado Antônio Câmara? Tá numa peinha de nada, disse o locutor (risos). Aí disse tá, não me candidato mais. Fui a Tauá, procurei o Domingos e informei que não dava mais e tínhamos quatro anos para a escolha do novo nome. Perguntei se ele queria ser e ele disse que não, alegando que eu, mais novo, estava abrindo... Ele perguntou, então: e o Dominginhos, meu filho? Disse que o considerava bom, mas havia necessidade de começar a trabalhar logo, havia uma estrutura à disposição, carro de som, uma rádio AM, que passei para ele, mas, também, foi a única vez que trabalhei pesado, sem ser candidato.

OP - *Quanto ao governador eleito, Camilo Santana, qual a expectativa do senhor?*

Câmara - Olha, ele não é da minha geração. Conheço bem o pai dele, com quem tenho uma amizade de muitos anos, fomos colegas de colégios, em Baturité, Domingos Sávio, Salesiano, lá por 1950, 51, depois na Assembleia fomos companheiros, ele foi Constituinte...

OP - *Quanto à Constituinte, aproveitando, há uma avaliação que vi feita várias vezes de que a Constituição do Ceará é uma das mais restritivas do Brasil. O deputado ficou com poucas possibilidades de produzir leis, o que seria resultado, também, de interesses manifestos pelo governador da época, Tasso Jereissati. O senhor concorda?*

Câmara - Olha, se houve pressão do governador Tasso Jereissati na época da elaboração da Constituição ela não teve influência nenhuma. O governador tinha uma bancada, ela apresentava emendas, mas desde que a maioria, que atendia meu comando, nunca houve pressão direta para isso. A Constituição não é restritiva, restritiva é a Constituição Federal. Quando um deputado não pode apresentar projeto de lei que resulte em despesa, ele não pode fazer nada. Até um título de Cidadania, se for ao pé da letra, produz despesa porque tem um coquetel etc. etc. Pelo contrário, a Constituição Estadual foi participativa, nós fomos a vários municípios regionais, a Sobral, ao Cariri, ao Inhamuns, Crateús, nos reunimos com entidades de classe, sindicatos, recebemos propostas de Igreja, todo mundo que queria participar fazia sua proposta, que era analisada, adequada à linguagem jurídica, o professor Fávila Ribeiro, um grande constitucionalista, tinha essa missão, e, na verdade, o Governo entrou com inúmeras ações, as chamadas Adins. Em muitos casos o Supremo (Tribunal Federal, STF) concedia uma liminar para depois julgar o mérito, coisa que nunca fez. Ora, basta lhe dizer que a nossa Constituição, até tiraram isso, era tão liberal que permitia ao cidadão apresentar um projeto de lei. Outra coisa é que se criou regiões administrativas, considerando o potencial econômico e não a força política.

OP - *Voltando, então, à expectativa do senhor em relação ao governo Camilo Santana, prestes a começar.*

Câmara - Eu, como disse, sou de uma outra geração, nunca tive contato com ele, mas, espero que tenha apoio do governo federal para dar seguimento ao trabalho feito por Cid, um governador que foi muito operoso nos seus dois mandatos. Embora ele tenha dito que o governador Tasso foi o maior governador de todos os tempos, acho que ele andou perto de superá-lo. Há uma interrogação no ar, isso ninguém pode obscurecer. Uns acham que ele (Camilo) vai ser uma simples marionete, outros acham que ele vai ter independência, mas o que sei é que em governador não se manda. A minha experiência com Gonzaga Mota, Tasso Jereissati mostrou isso, e, além disso, como você pode mandar em quem ocupa o cargo mais importante do Estado sem dispor de um mandato? Deve haver um ambiente de harmonia entre ele e os Ferreira Gomes, pois, do contrário, não vai terminar tudo na lua de mel em que se encontram hoje.

OP - *E o fato dele ser do PT pode gerar alguma tensão a mais?*

Câmara - Bom, os Ferreira Gomes escolheram o PT, num passado recente, para bater. Bateram na Luizianne (Lins, ex-prefeita de Fortaleza e deputada federal eleita), bateram no quadro nacional, o Ciro fez isso. Agora, o saco de pancada é o PMDB, não é?

Para um acompanhamento mais percuciente de período tão significativo de nossa história legislativa, pinçamos trechos da série de entrevistas de deputados concedidas à Rádio FM Assembleia, demorando-nos a membros da Mesa Diretora, lideranças partidárias e relator geral, no capítulo *Entrevistas*, pag. 149.

Valendo-nos de autores consagrados nacionalmente, e voltados aos registros históricos de nossas constituições, os consignamos, na página seguinte para possíveis consultas a interessados.

Sentimo-nos honrados, todos nós, que compomos o quadro de servidores do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Malce), de deixarmos à historiografia legislativa cearense este texto, fruto de um trabalho realizado com a convicção de atendermos à memória de tão ilustres deputados que se somaram a quantos no passado

tiveram presenças significativas pelos seus desempenhos de amor a *res publica*, ao curso de 184 anos de atividades políticas.

Possuído do desejo de homenagear os constituintes estaduais de 1989, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, deputado José Sarto, aprestou-se à solenização de tão relevante evento, enaltecendo assim os deputados que nos deixaram exemplos de um trabalho operoso e de tanta valia à nossa democracia.

Osmar Maia Diógenes

Presidente do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

1º vice-presidente do Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Quadro Cronológico das Constituições Federais e Estaduais

A evolução histórica das Constituições Brasileiras nos revela a profunda ligação entre o direito constitucional e a dimensão política, ou seja, o contexto histórico de cada momento vivido pela política do país teve influência marcante na elaboração das constituições. A cada nova mudança na estrutura do poder político, marcava a necessidade da confecção de uma nova carta magna com o propósito de dar formulação jurídica e legitimidade à nova ordem social.

CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	CONTEXTO HISTÓRICO
1824	1822 – Independência do Brasil
1891	1889 – Proclamação da República
1934	1930 – Revolução de 30
1937	1937 – Estado Novo
1946	1945 – Redemocratização
1967	1964 – Regime Militar
1988	1988 – Redemocratização

CONSTITUIÇÕES CEARENSES	CONTEXTO HISTÓRICO
1891	Proclamação da República
1892	Deposição do governador Clarindo de Queiroz
1921	Novo ciclo político após o fim da Oligarquia Acioly
1925	Promulgada para o aperfeiçoamento da vida republicana no Ceará
1935	Em decorrência da Constituição Federal de 1934
1945	Outorgada pelo Interventor Menezes Pimentel pautada pelo Estado Novo
1947	Redemocratização
1967	Segue a Constituição Federal outorgada pelo Regime Militar
1989	Redemocratização

No conjunto, a Constituição Federal de 1988 se caracteriza por ser amplamente democrática e liberal – no sentido de garantir direitos aos cidadãos. A Constituição Cidadã é considerada por muitos especialistas como uma peça fundamental para a consolidação do Estado democrático de direito no país. Foi nesse clima promissor que os Estados Brasileiros iniciaram, naquele mesmo ano, os trabalhos de elaboração de seus próprios textos constitucionais.

MESA DIRETORA

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA ESTADUAL CONSTITUINTE

Eleita em 18 de outubro de 1988

Presidente	Antônio Câmara
1º Vice-presidente	Antônio dos Santos
2º Vice-presidente	Márcario de Brito
1º Secretário	Narcélio Limaverde
2º Secretário	Ilário Marques
3º Secretário	José Prado*
4º Secretário	Elmo Moreno

*Deputado Geraldo Azevedo é aclamado pela unanimidade dos presentes em plenário, a 18 de maio de 1989, para substituir o deputado José Prado, na 3ª Secretaria, que renunciou ao mandato parlamentar a fim de assumir a Prefeitura de Sobral, eleito que foi em 15 de novembro de 1988.

Composição da Mesa Diretora da Assembleia Estadual Constituinte a partir de 18 de maio de 1989

Presidente	Antônio Câmara
1º Vice-presidente	Antônio dos Santos
2º Vice-presidente	Márcario de Brito
1º Secretário	Narcélio Limaverde
2º Secretário	Ilário Marques
3º Secretário	Geraldo Azevedo
4º Secretário	Elmo Moreno

Presidente



Antônio Câmara

Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB

ANTÔNIO GOMES DA SILVA CÂMARA

Filho do magistrado José Ósimo da Silva Câmara e de Maria Gomes de Oliveira Câmara. Nasceu a 04 de abril de 1938, em Tauá/CE.

Advogado. Vocacionado para a área de Direito, veio para Fortaleza, onde cumpriu as etapas dos cursos ginásial, científico e clássico, ingressando na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, na qual se graduou em Ciências Jurídicas e Sociais. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, exerceu relevantes cargos no Instituto Nacional de Previdência Social – INSS, dentre os quais os de procurador, subsecretário e superintendente adjunto. Foi secretário de Administração no governo Gonzaga Mota.

Sua carreira política foi das mais brilhantes. Representou com grande empenho a região dos Inhamuns. Em seus cinco mandatos como deputado estadual, além dos inúmeros projetos que apresentou, visando sobretudo o desenvolvimento dos municípios que representava, participou como membro efetivo das comissões de: Fiscalização Financeira (1975–76); Educação (1977–78 e 1981–82); Serviço Público (1981–82); Assuntos de Seca (1981–82); Fiscalização e Tomada de Contas (1981–82); Economia, Indústria e Comércio (1983–84); Viação, Obras Públicas, Transporte e Comunicação (1987–88).

Como vice-presidente, atuou nas comissões de: Orçamento e Finanças (1979–80); Constituição e Justiça (1983–84); Assuntos de Seca (1978–88) e Serviço Público (1989–90). Foi presidente das Comissões de Orçamento e Finanças e de Economia, Indústria e Comércio (1991–92).

Exerceu no Parlamento as funções de presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa no biênio 1987–88; presidente da Assembleia Constituinte em 1988; vice-líder do Governo (1979–81); líder do Governo (1983–84) e líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1991 a 1994). Representando o Poder Legislativo estadual cearense, fez parte do Colégio Eleitoral que escolheu o presidente da República, em 15 de janeiro de 1985. Na ocasião, apoiou os dissidentes do Partido Democrático Social (PDS), discrepando da orientação de seu partido, e sufragou o nome do presidente Tancredo Neves. A partir daí, desligou-se oficialmente do PDS, filiando-se ao PMDB, onde militou até o fim de sua atividade pública.

Antônio Câmara, ao longo dos sucessivos mandatos cumpridos e no exercício das elevadas funções que desempenhou na Casa do Povo, revelou um comportamento exemplar em toda sua trajetória política.

1º Vice-Presidente



Antônio dos Santos

Partido da Frente Liberal - PFL

ANTÔNIO DOS SANTOS SOARES CAVALCANTE

Filho de João Melo Cavalcante e de Leonor Soares Cavalcante. Nasceu em Cra­teús/CE a 1º de novembro de 1943.

Advogado. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Tornando-se político militante, tendo por bandeira partidária a sigla da Arena (Aliança Renovadora Nacional), foi eleito deputado estadual nas legislaturas de 1971, 1975 e 1979; pelo Partido Democrático Social (PDS), em 1983; pelo Partido da Frente Liberal (PFL) – Constituinte de 1988; deputado federal pelo PFL nas legislaturas de 1991 e 1995.

Líder da Arena na Assembleia Legislativa, nos governos César Cals e Adauto Bezerra, de 1971 a 1978; líder do governo Virgílio Távora, pelo PDS. Eleito presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 1981–1982. Como presidente do Poder Legislativo, dignificou o exercício do cargo diante de ameaças à imunidade de parlamentares e à independência do Legislativo. Foi vice-presidente da Mesa Diretora em 1988–1989. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, de 1989 a 1990; secretário de Administração, de 1991 a 1995.

Comenda/Medalhas/Placa/Título:

01. Comenda: da Ordem do Ipiranga, Grau de Grande Oficial, pelo Governo de São Paulo (1982).

02. Medalhas: do Mérito Policial, da Polícia Militar do Ceará (1982); da Cidade de Fortaleza, da Câmara Municipal de Fortaleza (1984).

03. Placa: de Prata, da Câmara Municipal de Fortaleza (1986).

04. Título: Sócio Honorário do Instituto de Ciência Política de São Paulo (1984).

2º Vice-Presidente



Macário de Brito

Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB

HUMBERTO MACÁRIO DE BRITO

Filho do agropecuarista Pedro Macário de Brito e de Tereza Norões Brito, de tradicionais famílias cratenses, nasceu em Campos Sales/CE, a 13 de julho de 1929.

Médico. Formado em 1958 pela Faculdade de Medicina da Bahia, retornou ao Cariri logo após a formatura, fixando residência em Crato, exercendo de forma plena seu ofício de médico, voltando-se sobretudo ao atendimento às camadas mais carentes da população do município e adjacências.

Foi professor de biologia educacional da Faculdade de Filosofia do Crato por vários anos, contribuindo para a formação de centenas de jovens cratenses, participando e ministrando, inclusive, vários seminários e eventos educativos na área.

Levado para a política por um grupo de amigos e incentivadores dos quais faziam parte o coronel Fernandes Teles, José Horácio Pequeno, Virgílio Távora e Manoel de Castro, teve trajetória das mais positivas, tanto através de pronunciamentos consistentes da Tribuna do Legislativo, quanto de proposições, projetos e intervenções, que trouxeram benefícios de vulto à região do Cariri, que representou no Parlamento. Foi titular das comissões de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente, de Saúde e Assistência Social e 2º vice-presidente da Assembleia Constituinte.

No âmbito do Executivo, como prefeito de Crato, eleito por expressiva votação, centrou sua administração (1967–1971) na assistência à população menos favorecida e na execução de obras públicas até hoje importantes, para a municipalidade.

Foi secretário de Saúde do Estado e posteriormente Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (Sudec).

Como médico benemérito, atuou como cirurgião e criou o Hospital Regional Manoel de Abreu, dedicado à tisiologia. Com a evolução das políticas de saúde do país, incidentes sobre a área da tuberculose, o citado organismo público passou a denominar-se Hospital Geral, atendendo, inclusive, aos setores de cirurgia, clínica e obstetrícia.

Em 1998, retornou definitivamente ao Crato, voltando à sua atividade de médico humanitário, até deixar seu consultório em 2006, com o sentimento pleno do dever cumprido.

1º Secretário



Narcélio Limaverde

Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB

NARCÉLIO SOBREIRA LIMAVERDE

Nasceu em Fortaleza/CE, a 08 de agosto de 1931, filho de José Limaverde Sobrinho e de Leda Sobreira Limaverde.

Radialista, jornalista e publicitário. Cumpriu seus estudos básicos e secundários no Colégio Cearense. Prestou vestibular na Unifor (Universidade de Fortaleza) para o curso de Administração de Empresas. Aprovado, não chegou a concluir a citada graduação.

Radialista, há mais de cinquenta anos é um dos mais queridos e acreditados profissionais dessa área, componente de um clã que obteve destaque incomum nos nossos meios de comunicação, a partir de José Limaverde, seu pai, legenda do nosso rádio, e seu irmão, Paulo Limaverde, igualmente consagrado na radiofonia cearense.

Narcélio Limaverde atuou em todas as emissoras de Fortaleza. Foi dirigente das rádios Assunção, Dragão do Mar e Jornal do Comércio, de Recife. Igualmente dirigiu a Rádio e TV Verdes Mares e a Norton Publicidade. Foi o primeiro apresentador do telejornal da TV Ceará, canal 2, dos Diários Associados, ocorrido em 1960.

Funcionário estadual da Secretaria do Interior e Justiça durante 20 anos. Assessor de Relações Públicas e Diretor da Teleceará, onde trabalhou 28 anos, aposentando-se em 1994.

Sua carreira política, embora breve, foi um autêntico sucesso de realizações para a comunidade e bom desempenho na Casa do Povo. Fenômeno de votos, foi eleito deputado estadual em 1986, pelo PMDB, com 36.450 sufrágios, sendo 32.000 em Fortaleza.

Foi grande batalhador do funcionalismo estadual durante todo seu mandato parlamentar. Primeiro secretário da Constituinte estadual, entre outros benefícios, conseguiu introduzir na nossa Constituição, artigo determinando o Estado a pagar seus aposentados e pensionistas, o mesmo de quando recebiam, quando estavam em atividade.

Foi de sua autoria, também, artigo incluindo nas Disposições Transitórias, a obrigatoriedade da realização de estudos visando a mudança de local do Aeroporto de Fortaleza. Assinou, em primeiro lugar, a proposição da lei que acabou com a aposentadoria dos deputados estaduais, então vigente. Promoveu cerca de 50 audiências públicas sobre temas de interesse das comunidades e classes trabalhadoras. Foi escolhido duas vezes “Melhor Deputado Estadual”, pelo Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa.

Encontra-se em plena atividade como jornalista e atuando no rádio FM Assembleia, sua grande paixão.

2º Secretário



Ilário Marques

Partido dos Trabalhadores - PT

JOSÉ ILÁRIO GONÇALVES MARQUES

Nasceu em Quixadá/CE, a 13 de janeiro de 1961. Filho de José Marques da Silva e de Maura Gonçalves Marques.

Advogado. Iniciou sua vida estudantil em 1968, na Escola Pública José Jucá, em Quixadá. Em sua terra natal concluiu seus estudos secundários no Colégio Estadual Cel. Virgílio Távora, no ano de 1976.

Mudou-se para Fortaleza para cursar Direito, na Universidade Federal do Ceará, graduando-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Engajou-se no movimento estudantil, sendo eleito presidente do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, da UFC, em 1981. Sua militância política teve continuidade com sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), em 1982, com forte atuação, sobretudo, junto aos sindicatos rurais.

Em 1986, com apenas 25 anos, foi eleito deputado estadual. Neste seu primeiro mandato, foi membro da Mesa Diretora da Assembleia, defendeu com grande afinco a causa dos trabalhadores e teve uma atuação marcante na Constituição Estadual, com ênfase nas questões voltadas à liberdade de expressão, reforma agrária, democracia e direitos humanos. Neste período exerceu, também, a presidência regional do PT.

Numa jornada cívica histórica chegou à Prefeitura de Quixadá, conseguindo derrotar tradicionais forças políticas até então dominantes naquele município. Sua gestão foi marcada por investimentos sociais de vulto, através de ações que favoreciam à geração de emprego e renda, iniciativas essas reconhecidas pelo Prêmio Nacional da Fundação Ford. A educação, igualmente, mereceu grande empenho de sua parte. Foi dado um grande impulso a essa importante área e uma das marcas de suas administrações executivas.

Em 1998, conquistou novo mandato no Parlamento Estadual, onde ocupou o cargo de Terceiro Secretário da Mesa Diretora da Casa do Povo e continuou sua trajetória de defesa dos trabalhadores, em prol das causas populares e das liberdades democráticas.

Em 2001, foi reeleito Prefeito de Quixadá investindo, de maneira sistemática, no desenvolvimento sustentável e na construção de um município saudável, com destaque para obras estruturantes promotoras da Justiça Social e da melhoria da qualidade de vida dos quixadaenses.

Essas ações resultaram em premiações como o “Quality Regional” destaque da Administração Pública no Brasil, em 2002, em São Paulo. Também, em todos os anos, como gestor de Quixadá, Ilário foi escolhido um dos melhores prefeitos do Ceará. Com uma maioria relevante, conquistou seu terceiro mandato de Prefeito de Quixadá, em 2005. Esse mandato foi caracterizado pela intensa participação popular e por investimen-

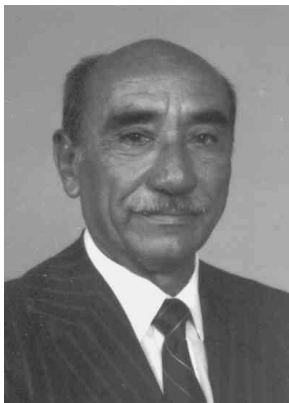
tos inovadores como a instalação, em Quixadá, da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Centro Federal de Ensino Tecnológico (Cefet), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), e o projeto de instalação da Refinaria de Biodiesel da Petrobrás, que ampliará a geração de trabalho no semiárido cearense. Nesse mandato, Ilário foi novamente escolhido entre os melhores gestores municipais do Estado, em 2005 e 2006.

Foi coordenador da campanha de Lula à presidência da república no Ceará. Durante viagem de helicóptero para realização campanha na região do Cariri sofreu acidente que o obrigou a pedir licença da prefeitura. Retornou ao cargo em 2007.

Em dezembro de 2007, foi eleito para assumir a presidência regional do Partido dos Trabalhadores para um mandato de dois anos.

Em 2010, foi candidato a deputado federal e obteve 58.156 votos, assumindo a vaga em 2011. Em 2016, voltou a ser candidato a prefeito de Quixadá e venceu a eleição, com quase 57% dos votos (56,94%).

3º Secretário



Geraldo Azevedo

Partido da Frente Liberal - PFL

GERALDO GOMES DE AZEVEDO

Nasceu em Itapajé/CE, a 25 de novembro de 1925, filho de Antônio Américo de Azevedo e de Raimunda Gomes de Azevedo. Faleceu em Fortaleza a 30 de dezembro de 1995.

Médico. Fez seus primeiros estudos e secundários no Colégio Farias Brito, o científico no Colégio São João e graduou-se em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1952.

Suas atividades acadêmicas foram bastante aprofundadas, através de cursos e atividades docentes de Pós-Graduação, dentre os quais poderemos destacar: curso da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Superior (CADES), como professor de Ciências Físicas e Biológicas, registro nº 23.173 do Ministério da Educação e Cultura; curso de Cirurgia na Clínica Professor Romero Marques, em Recife (1960); curso de atualização em Pediatria e Puericultura pela Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, em 1964; curso de atualização em Ginecologia, pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, em 1971; curso de Ginecologia e Obstetrícia pela Faculdade de Medicina da UFC, em 1976; curso de Administração Pública Municipal pela UFC, em 1980 e curso de Novos Métodos de Diagnóstico, pelo Centro Médico Cearense, em 1983.

Bem-sucedido profissional da área de saúde, teve grande destaque atuando como médico benemérito e dedicado aos seus inúmeros pacientes, sobretudo aqueles que possuíam menor poder aquisitivo, aos quais tratava de forma gratuita e na condição de Mestre e Professor de ensino de 2º grau.

Exerceu as funções de médico na Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba e na Superintendência de Campanhas de Saúde Pública no Ministério da Saúde (Sucam). Foi professor de Anatomia e Fisiologia Humana – curso normal, no Colégio Estadual Joaquim Magalhães, em Itapipoca. Igualmente lecionou a matéria Ciências Físicas e Biológicas no mesmo educandário.

Membro efetivo do Centro Médico Cearense, da Sociedade de Cirurgia do Estado do Ceará e da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Estado do Ceará. Ocupou, finalmente, a Presidência da Regional 12ª do Centro Médico Cearense, de 1980 a 1983.

Na vida pública, destacou-se pela integridade e dedicação com que desempenhou os mandatos que lhe foram concedidos por seus municípios. Foi prefeito de Itapipoca por duas vezes (administrações de 1967–1971 e 1977–1982), onde deixou inúmeras obras, até hoje beneficiando a população da cidade e distritos.

Na Assembleia Legislativa, apesar de haver alcançado duas vezes a suplência, em 1975 e 1983, não chegou, entretanto, a assumir cadeira no Parlamento. Em 1986 foi eleito deputado estadual e cumpriu a legislatura de 1987–90, desenvolvendo um trabalho de grande alcance, em favor do município que representou na Casa do Povo.

4º Secretário



Elmo Moreno

Partido Democrático Social - PDS

JOÃO ELMO MORENO CAVALCANTE

Nasceu em Iguatu/CE a 25 de outubro de 1925, filho de Antônio Moreno de Melo e de Francisca Moreno Cavalcante. Faleceu em 07 de março de 2018.

Fez seus primeiros estudos no distrito de Suassurana, Iguatu, concluindo seu ciclo de 1º e 2º graus, respectivamente, nos Colégios Lourenço Filho e Liceu, nesta capital. Ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, não chegando, entretanto, a concluí-lo face à sua dedicação e empenho aos trabalhos que desenvolvia, paralelamente, para sua afirmação profissional.

Na iniciativa privada foi funcionário da Companhia Sousa Cruz, do London Bank e prestou concurso público para o Banco do Brasil, logrando aprovação. Lá fez carreira brilhante e ao encerrá-la, voltou para Iguatu, sua querida cidade natal.

Candidatou-se a Prefeito do seu município, tendo sido eleito com expressiva votação, cumprindo mandato no período de 1976–1982, à frente de uma administração consistente e de profunda dedicação às camadas mais carentes da população.

Foi deputado estadual constituinte de 1988, atuando com destaque naquela histórica legislatura, tanto nas Comissões Técnicas quanto na 4ª Secretaria da Mesa Diretora da Casa do Povo.

Presidiu o Grupo A. Moreno Indústria e Comércio Ltda., em Iguatu, constituído das empresas Asa Branca Implementos e Máquinas Agrícolas e Agropecuária Chapada do Moura Ltda.

Presente na vida pública contemporânea, atuou eficientemente junto à comunidade iguatense, na defesa da democracia e da cidadania, presidindo, inclusive, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em sua amada terra.

Relator Geral



Everardo Silveira

Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB

JOSÉ EVERARDO SILVEIRA

Nasceu a 03 de abril de 1935, na cidade de Baturité/CE. Filho de João Ricardo Silveira e de Maria Elisa Silveira.

Seus primeiros estudos foram realizados na Escola de 1º Grau José Jucá, em Quixadá. Fez o curso ginásial no Colégio Salesiano Domingos Sávio, em Baturité, no Colégio Castelo Branco, em Fortaleza, e o científico no Liceu do Ceará. Graduiu-se em Medicina na Universidade Federal do Ceará, em 1961.

Foi prefeito de Quixadá, no período de 1971–72 e deixou obras de grande significado, notadamente dirigidas às áreas de educação e saúde.

Na Assembleia Legislativa do Estado, cumpriu mandato parlamentar nas legislaturas de 1979–82; 1983–86; 1987–90 e 1991–94. Como deputado estadual foi membro das comissões de Educação, Saúde e Justiça, e apresentou projetos de relevância do interesse da região centro-leste do estado. Exerceu em legislaturas distintas, os cargos de 2º vice-presidente (1987–88) e de 3º secretário da Assembleia Legislativa.

Por ocasião dos trabalhos de elaboração da Constituição do Estado do Ceará, em 1989, atuou como Relator Geral e presidiu a Comissão de Sondagem e Proposições.

Everardo Silveira exerceu o cargo de vice-prefeito de Ibaretama/CE em 2001 a 2004.

LÍDERES PARTIDÁRIOS

COLÉGIO DE LÍDERES

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB
Alexandre Figueiredo

Partido da Frente Liberal – PFL
Erivano Cruz

Partido Democrático Social – PDS
Nilo Sérgio

Partido Democrático Trabalhista – PDT
Paulo Quezado

Partido Trabalhista Brasileiro – PTB
Franzé Moraes

Partido dos Trabalhadores – PT
João Alfredo

Partido Municipalista Brasileiro – PMB
Bitu dos Santos

Partido Social Democrático – PSD
Marcos Cals

Do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)



Alexandre Figueiredo

LUÍS ALEXANDRE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO DE PAULA PESSOA

Nasceu em Sobral/CE, a 23 de março de 1958. Filho do ex-deputado estadual Francisco Figueiredo de Paula Pessoa e de Benedita (Didita) Maria Albuquerque de Paula Pessoa.

Engenheiro Agrônomo e Bacharel em Direito. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e professor de Direito Administrativo da Universidade de Fortaleza (Unifor). Recebeu as primeiras letras de sua tia-avó Maria Carolina Figueiredo de Paula Pessoa, onde morava, no famoso sobradão dos Figueiredos, hoje Casa de Cultura de Sobral. Iniciou seus estudos formais no Instituto Santo Antônio. Fez o curso primário no Colégio Sobralense, onde foi um dos fundadores do Grupo de Escoteiros de Sobral; cursou o ginásio e o colegial no Colégio Christus, em Fortaleza, onde deitou as raízes da Gráfica Christus e participou da instalação do observatório astronômico. Concluiu o curso secundário na Spaulding High School, em Rochester, New Hampshire (EUA), como participante do programa de intercâmbio estudantil da Internacional Fellowship.

Foi aprovado em todos os exames vestibulares que prestou na UFC, Unifor, Uece e Fafifor. Diplomou-se Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Ceará, tendo sido orador da sua turma, e, mais tarde, bacharelou-se em Direito e pós-graduou-se em Direito Constitucional pela Unifor, onde é professor de Direito Administrativo, tendo ainda cursado dois anos e meio de Administração na Unifor e na Universidade Estadual do Ceará – Uece.

Iniciou suas atividades políticas e empresariais aos 16 anos ao lado do pai, coordenando e participando de campanhas políticas, fundando e dirigindo empresas agropecuárias da família ao longo de quase duas décadas, quando afastou-se da iniciativa privada para exercer intensamente seu primeiro mandato parlamentar na Assembleia Legislativa.

Impulsionado pelo pai, Chico Figueiredo, Alexandre deslançou as campanhas para emancipar Eusébio (de Aquiraz), Paraipaba (de Paracuru) e Senador Catunda (de Santa Quitéria), velha aspiração de tais comunidades. Eusébio foi emancipado em segundo plebiscito sem sua participação. Entretanto, teve definitiva influência no desmembramento de Paraipaba e, como deputado, logrou êxito na independência de Catunda e envidou esforços para dotá-la da infraestrutura necessária junto ao Governo Estadual. Teve participação expressiva na consecução do açude Serrote, situado em Santa Quitéria, antiga luta de seu pai, homenageado pelo Presidente da República no dia da inauguração. Foi ele quem sugeriu a denominação de açude Edson Queiroz para homenagear esse ilustre cearense, que muito contribuiu para a viabilização da obra.

Em 1986, recebeu a terceira maior votação do Estado para deputado estadual, sendo o quarto mais jovem e marcando sua atuação como líder da bancada majoritária na Constituinte Estadual de 1989. Foi o deputado constituinte brasileiro que mais aprovou emendas, o único que é autor de um capítulo completo – Da Política Agrícola e Fundiária – contendo 19 artigos.

Reeleito, Alexandre Figueiredo foi 1º secretário da Mesa Diretora (1991–1993), quando foram implementadas profundas reformas no Poder Legislativo cearense, que foi a primeira Casa Legislativa a implantar painel eletrônico, conferindo plena transparência nas votações.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação sob sua presidência passou, pioneiramente, a se reunir ordinária e semanalmente em reuniões gravadas, abertas ao público. Foi relator do novo Código de Organização do Poder Judiciário até terminar seu mandato (1994).

É autor da Lei de Recursos Hídricos do Ceará, sancionada pelo então governador Ciro Gomes, em cujo governo foi Secretário de Recursos Hídricos e, como tal, um dos negociadores em Washington (EUA), junto ao Banco Mundial, do financiamento de US\$ 240 milhões para a execução do Plano Estadual de Recursos Hídricos, de cuja elaboração e aprovação participou decisivamente desde sua concepção no governo Tasso Jereissati. Deixou iniciadas diversas grandes obras de açudagem e transferência hidráulica, principalmente a barragem vertedoura Canoas, em Assaré, sonho do poeta Patativa, única no estado e a segunda no Brasil feita com a nova tecnologia de concreto rolado. Concluiu a primeira e maior etapa das Adutoras da Ibiapaba; implantou o primeiro Comitê de Bacias (Jaguaribe), experiência piloto observada pelo Banco Mundial em que a própria comunidade, democraticamente, decide como usar os recursos hídricos, no caso, as reservas do Açude Orós. Foi quando a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogehr) iniciou de fato suas atividades. Ainda como secretário de Recursos Hídricos, negociou com o então ministro Aluísio Alves, da Integração Nacional, os primeiros recursos para a construção do açude Castanhão e iniciou os entendimentos para a transposição das águas do rio São Francisco.

Em palestra na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), evento programado sobre o tema, com a presença dos governadores do Nordeste, defendeu com veemência a transposição das águas do São Francisco e do Tocantins, demonstrando a viabilidade técnica, com base em estudo do dr. José Cândido de Paula Pessoa, autor do primeiro projeto da transposição e do projeto do Canal do Trabalhador.

Deixou, na Secretaria de Recursos Hídricos, estudos para solucionar o déficit hídrico do açude do Cedro, em Quixadá, a partir da transposição da bacia do rio Pirabibu, a construção do açude Pirabibu, ainda não cogitada (hoje realidade), e a extinção da transferência de águas sobre rodas (carros-pipa), tendo como piloto o município de Canindé – o de maior demanda- iniciando a produção de fontes hídricas a partir das extremidades de rotas de entrega, com solução viável, através da perfuração de poços, dessalinização e implementação de barramentos tipo zero (no nível da calha dos cursos hídricos naturais) e cisternas de porte familiar. Iniciou a negociação com a Espanha e o Japão para a escalada de implantação de dessalinizadores de baixo custo e o gerenciamento das águas subterrâneas de forma científica e a aquisição de US\$ 100 milhões de máquinas perfuradoras que perfuram um poço profundo a cada nove horas, ou seja, um por dia.

Em 1994, vice-presidente do PSDB cearense, juntamente com seu irmão, Tomás Figueiredo, prefeito de Santa Quitéria, indicou sua cunhada, Cândida Figueiredo, para sua vaga na Assembleia, eleita com a quinta maior votação do estado, à época.

Em 1995, foi o único ex-deputado a ocupar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas. Indicado por 10 partidos para uma vaga no Tribunal de Contas do Estado, assumiu a primeira vaga de indicação pela Assembleia Legislativa que aprovou seu nome sem

votos contrários, com referência notável do deputado Mário Mamede (PT) que conduziu sabatina separada pelos partidos de esquerda.

No Tribunal de Contas, foi vice-presidente e o mais jovem presidente da história das cortes de contas brasileiras, mais uma vez pautando sua atuação por iniciativas inovadoras, promovendo as maiores reformas no âmbito da instituição. Organizou e presidiu (1999) o XX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, evento marcado por ter sido a primeira Conferência Internacional de Tribunais de Contas, com a participação de instituições latino-americanas e europeias – homenagem aos 150 anos de nascimento de Rui Barbosa, instituidor do Tribunal de Contas brasileiro em 1891, recebendo, posteriormente, homenagens das comitivas argentina, espanhola e portuguesa.

Escreve artigos e ministra palestras sobre temas variados de Direito Administrativo, notadamente sobre o Controle Externo da Administração Pública.

Do Partido da Frente Liberal (PFL)



Erivano Cruz

FRANCISCO ERIVANO CRUZ

Nasceu em Barbalha/CE a 13 de abril de 1942, filho de João Conrado da Cruz e de Maria Jovem da Cruz. Faleceu a 02 de junho de 1997.

Advogado. Fez seus estudos primários e secundários nos colégios Santo Antônio, em Barbalha, Salesiano e Centro Educacional Moreira de Sousa, em Juazeiro do Norte. Formou-se pela Academia de Polícia General Edgar Facó, em Fortaleza, no ano de 1963. Em 1988, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Na vida pública ocupou relevantes funções, tais como: secretário para Assuntos Municipais no Governo Gonzaga Mota, interventor de Juazeiro do Norte no período de 1975 a 1977; delegado do Departamento do Patrimônio da União, em 1991; deputado estadual por duas legislaturas (1979–1982 e 1987–1990). No Parlamento estadual foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça e vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Destacou-se como representante da região do Cariri no Parlamento estadual, carreado recursos, apresentando projetos e defendendo com grande empenho os interesses de seus conterrâneos e correligionários.

Do Partido Democrático Social (PDS)



Nilo Sérgio

NILO SÉRGIO VIANA BEZERRA

Nasceu em Várzea Alegre/CE, a 16 de julho de 1948, filho de Francisco Bezerra Lima e de Maria Iracema de Lima.

Engenheiro. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará, em 1972. Possui diversos cursos de especialização na área de telecomunicações e processamento de dados. Domina fluentemente o inglês, com seis anos de estudos nos Estados Unidos, na área de línguas e ciências da computação, atuando como “*chairman*” na empresa Speed, Import & Export Inc.

Sua vasta experiência profissional abrange a ocupação dos cargos e funções a seguir especificadas: técnico em telecomunicações da Embratel (jan/1969 a dez/1972); analista de sistemas da IBM (jan/1973 a set/1975); professor auxiliar de ensino da Escola de Engenharia da UFC (set/1975 a dez/1978); gerente do centro de processamento de dados da rede de supermercados Mercantil São José S/A (out/1975 a dez/1977); diretor técnico da Processa – Processamento, Contabilidade e Consultoria Ltda. (jan/1977 a mar/1978); diretor de operações da Digital – Processamento e Serviços Ltda. (abr/1978 – mar/1979); diretor presidente do Serviço de Processamento de Dados do Estado do Ceará – Seproce (mar/1979 a abr/1982); membro conselheiro do Conselho Estadual de Ciências e Tecnologia do Estado do Ceará (mar/1979 a abr/1982); membro conselheiro da Associação Brasileira de Processamento de Dados – ABEP (mar/1979 a abr/1982); chefe de gabinete da Secretaria de Educação (mar/1983 a dez/1984); assessor parlamentar da liderança do PDS, na Assembleia Legislativa (jan/1985 a dez/1986); diretor econômico financeiro da Teleceará (abr/1991 a set/1994) e gerente geral da BWS – Serviço de Telefonia Ltda., a partir de dezembro de 1994.

Ocupou o cargo de Assessor Técnico do Senado Federal. Desempenhou as funções de Coordenador de Articulação Política da Secretaria do Governo do Estado do Ceará, na administração do governador Lúcio Alcântara.

No Parlamento Estadual, como deputado na legislatura 1987–1990, teve participação das mais dinâmicas e produtivas. Atuou em várias Comissões Técnicas, apresentou projetos de lei e fez inúmeros pronunciamentos em prol dos municípios que representava na Casa do Povo e da comunidade cearense como um todo.

Foi chefe de Gabinete do deputado estadual Guaracy Aguiar. (ago/2009–jun/2010). Atuou como assessor parlamentar no gabinete do vice-governador Domingos Filho (jan/2011–dez/2012) e foi secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Pacatuba/CE (jan/2013–dez/2016).

Do Partido Democrático Trabalhista (PDT)



Paulo Quezado

PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO

Nasceu em Aurora/CE a 05 de setembro de 1955. Filho de José Pinto Quezado e de Leopoldina Gonçalves Quezado.

Advogado e Bacharel em História. Iniciou seus estudos em sua cidade natal, transferindo-se para Fortaleza onde cursou o ensino secundário nos Colégios João Pontes e Gregório Mendel. Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e em História pela Universidade Estadual do Ceará (Uece).

Enquanto cursava a faculdade, foi professor de história nos Colégios 7 de Setembro, Santa Cecília, Dorotéias, São João e Castelo. É advogado militante desde 1979, tendo lecionado na Universidade Federal do Ceará no período de 1979 a 1981 e no curso de Direito da Universidade de Fortaleza (Unifor), entre 1994 e 1995. Foi também professor do Curso de História da Uece de 1980 até 2004.

Descendente de tradicional família política na região do Cariri, foi eleito deputado estadual para a legislatura de 1987–90 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo sido 4º secretário da Assembleia Legislativa no biênio 1987–88. Como parlamentar, teve atuação política intensa. Foi presidente do PDT no Ceará. Entre 1985 e 1988, foi conselheiro estadual da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/CE e conselheiro federal de 1989 a 1990.

Eleito presidente da OAB/CE para o triênio 1998–2000 e reeleito para a gestão 2001–2003. Em sua gestão, a OAB/CE defendeu ativamente os interesses dos advogados, criando diversas Comissões e fazendo-as funcionar efetivamente.

Construiu as sedes da OAB em Sobral, Crato e Iguatu, instalando nova sede para a OAB de Juazeiro do Norte. Inaugurou várias salas para advogados nos Fóruns de diversas Comarcas do interior cearense e na capital, equipando-as com computadores e minibibliotecas.

Criou o transporte do advogado na capital, instituindo gratuitamente algumas “vans” para o transporte dos advogados do Centro até o Tribunal de Justiça e de Juazeiro do Norte a Crato. Inaugurou o estacionamento do advogado no Fórum Clóvis Beviláqua. Em Fortaleza, criou o Centro de Pesquisa da OAB.

Sua gestão notabilizou-se também pela defesa de interesses coletivos da sociedade, como no ingresso de ações de inconstitucionalidade contra o aumento do IPTU, contra a taxa do lixo e outras.

Encerrada sua gestão como presidente do Conselho Estadual da OAB, foi eleito conselheiro federal para o triênio 2004–2007. Autor dos seguintes livros: Usucapião, Sigilo Bancário, Crimes contra a Ordem Tributária e Lei do Mandado de Segurança.

Do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)



Franzé Moraes

FRANCISCO FRANZÉ LEITE MORAES

Nasceu em Fortaleza/CE, no dia 28 de abril de 1944. Filho de Elesbão Leonardo de Moraes e de Maria Leite de Moraes.

Contabilista. Fez seus estudos iniciais no Centro Estudantal Cearense e no Colégio Rui Barbosa. Cumpriu a etapa de 2º grau nos colégios Fênix Caixeiral, Liceu do Ceará e Rui Barbosa. Formou-se em Contabilidade na Escola Técnica Carlos de Carvalho. Possui cursos ligados à área de administração, tais como: gerenciamento de pessoal, relações humanas, *marketing* e *merchandising* e administração de empresas.

Deputado estadual de 1983 a 1990. No Parlamento, foi vice-líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ocupando por várias vezes a liderança do partido. Como membro da Mesa Diretora da Casa, ocupou as funções de 2º vice-presidente e 1º vice-presidente, chegando a presidir a Assembleia Legislativa, interinamente, em algumas ocasiões. Nessa condição exerceu a Governadoria do estado, em fevereiro de 1987.

Foi um dos incentivadores da criação da Comissão de Esporte e Turismo, da Assembleia Legislativa, e seu primeiro presidente, desenvolvendo intenso trabalho nessa área.

Sua atuação no esporte foi de grande êxito. No Ceará Sporting Clube foi vice-presidente por quatro anos e Presidente, durante seis anos. Em sua gestão, foi alcançado o maior número de títulos já conquistado pelo Clube, considerado o mais popular do estado.

Do Partido dos Trabalhadores (PT)



João Alfredo

JOÃO ALFREDO TELLES MELO

Nasceu em Fortaleza/CE, a 20 de novembro de 1958, filho do ex-deputado estadual Antônio Fernando Melo e de Thereza Maria Telles Melo.

Advogado. Fez seus primeiros estudos e concluiu seu ciclo básico no Colégio Santo Inácio. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Direito Público, igualmente pela UFC.

Iniciou sua militância política na Pastoral da Juventude. Participou intensamente do Movimento Estudantil, liderando a reabertura do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua de sua faculdade, fechado pelo movimento militar de 1964. Foi membro da Pastoral Universitária e atuou como advogado sindical de trabalhadores rurais e da Comissão Pastoral da Terra, em Tianguá.

Um dos primeiros filiados do Partido dos Trabalhadores no Ceará (PT), João Alfredo assumiu seu primeiro mandato de deputado estadual em 1987. Durante esse período, dedicou-se à luta por justiça no campo e à defesa da agricultura familiar. Presidiu a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa e atuou junto ao Movimento Ambientalista, coordenando o S.O.S. Litoral – movimento que denunciou a especulação imobiliária e a expulsão de moradores das comunidades nativas do litoral. Participou da elaboração da atual Constituição Estadual. De 1987 a 1991, João Alfredo presidiu o PT do Ceará.

Concorreu ao Governo do Ceará em 1990, não logrando êxito. No período em que esteve sem mandato parlamentar (1991–1994), fundou o Instituto Ambiental de Estudos e Assessoria, voltado às ações de defesa do meio ambiente. Nessa época também fez Mestrado em Direito Público pela UFC e presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/CE, de grande importância no resgate da justiça social e vigilância no trato da questão do acompanhamento dos atingidos pelas ações do regime militar.

A trajetória pública de João Alfredo revela um dos políticos mais atuantes das nossas Casas Legislativas, tanto em nível local, na Assembleia Legislativa do Estado, quanto no âmbito federal, no Congresso Nacional. Como parlamentar sempre atuou fortemente junto aos movimentos sociais urbanos e rurais, especialmente no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e pugnou obsessivamente pelo respeito e observância aos direitos humanos, com um trabalho de grande consistência, sobretudo junto aos setores mais carentes e marginalizados das populações desassistidas. Com esse intuito, fundou, em junho de 2000, o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Popular Frei Tito de Alencar.

Destaque-se, também, sua atuação pela moralização do Judiciário, propondo, inclusive, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar

denúncias de corrupção, envolvendo integrantes daquele Poder e carências na prestação jurisdicional. Essa CPI, entretanto, não conseguiu viabilizar-se, devido à retirada de assinaturas de sete parlamentares, antes favoráveis àquele procedimento.

Foi de sua autoria a criação do Observatório do Judiciário, uma espécie de rede informal de controle externo do Judiciário, que gerou centenas de denúncias, todas elas encaminhadas às instâncias cabíveis para a devida apuração.

Na Assembleia Legislativa, deixou como realizações, durante três mandatos (1987–1990, 1995–1998 e 1999–2002): a Lei de Prevenção à Violência na Escola; o substitutivo prevendo a oficialização e implantação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), na rede pública de ensino, beneficiando a comunicação com deficientes auditivos; e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de Declaração de Bens, que obriga os membros dos três Poderes que exerçam funções de responsabilidade, a enviar anualmente ao Tribunal de Justiça, suas declarações de bens.

Eleito deputado federal em 2003, teve forte participação na Câmara dos Deputados. Integrou as Comissões Permanentes de: Constituição e Justiça e de Cidadania – suplente; Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias – titular; Direitos Humanos – suplente; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – titular e Vice-Presidente. As Comissões Especiais de: Inspeção Técnica Veicular – titular; Escolha Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) – titular; Biossegurança – suplente; Projeto de Lei da Câmara Complementar (PLP) nº 76/03 – suplente; Reforma do Judiciário – titular e 1º vice-presidente; Reforma Política – titular e suplente; CPI do Extermínio no Nordeste – titular. Comissões Externas de: Enchentes no Nordeste – titular. Conselhos, Frentes e Grupos Parlamentares: Grupo de Trabalho Mata Atlântica II – titular.

No campo da literatura, publicou as seguintes obras: Solitude: poemas à flor da pele; (Re)versos amorosos; Cidadania e segurança: violência em questão e Manual da cidadania e dos direitos humanos.

Em 2005, rompeu com o PT e filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em 2007, ingressou na Faculdade 7 de Setembro como professor de Direito Ambiental e é consultor de políticas públicas do Greenpeace, organização não governamental ambiental.

Em 2008, foi eleito vereador pelo PSOL, sendo o mais votado de Fortaleza, com 14.917 votos. Reeleito em 2012, terceiro mais votado, com 20.222 sufrágios. Candidato à Prefeitura de Fortaleza, nas eleições de 2016, não logrou êxito.

Do Partido Municipalista Brasileiro (PMB)



Bitu dos Santos

ANTÔNIO BITU DOS SANTOS

Nasceu em Crato/CE, a 14 de janeiro de 1932, filho de Álvaro Alves dos Santos e de Raimunda Bitu de Brito.

Médico e Professor. Fez seus estudos iniciais na Escola de 1º Grau Coronel Gabriel Diniz, em sua cidade natal; o 1º grau e séries terminais no Colégio Diocesano do Crato e o curso superior de Medicina, na Universidade Federal do Pernambuco, em Recife, de 1953 a 1958.

Na sua área de especialização participou dos seguintes cursos e vivenciou diversas experiências profissionais, a saber:

- ◆ Acadêmico Residente da Maternidade Bandeira Filho, em Recife, de 1956 a 1958;
- ◆ Clínica Médica – Hospital Pedro II – Recife (PE);
- ◆ Médico do Corpo Clínico do Hospital Maternidade Zulmira Cedrim de Aguiar, em Cedro (CE), de 1965 a 1966;
- ◆ Médico do INSS, de 1959 a 1993;
- ◆ Médico da Secretaria da Saúde, de 1970 a 1997;
- ◆ Coordenador de Saúde e Bem-Estar Social da Fundação de Saúde do Estado do Ceará, de 1983 a 1984;
- ◆ Secretário de Saúde de Cedro, em 1996;
- ◆ Professor de Anatomia, Higiene e Ciências Físicas, Químicas e Biológicas do Colégio São João Batista – Cedro, de 1959 a 1984;

Com vitoriosa e consistente participação na área política, registre-se igualmente sua intensa atuação na ação partidária, na vida comunitária estudantil e na vivência cidadã, expressas no exercício dos seguintes cargos e funções:

- ◆ Representante de turma da Faculdade de Medicina da UFP, em 1954 e 1955;
- ◆ Secretário Geral da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), em 1957;
- ◆ Presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), no mesmo ano;
- ◆ Prefeito municipal de Cedro, de 1963 a 1967 e de 1977 a 1983;
- ◆ Deputado estadual constituinte, de 1987 a 1990.

Foi presidente fundador do Clube Recreativo Cedrense, presidente fundador do Lions Clube de Cedro, presidente da Cooperativa Agrícola e Industrial de Cedro e da Companhia Telefônica daquele município.

Ao município de Cedro, seu berço natal, do qual foi um dos líderes políticos mais proeminentes, dedica toda sua profícua e exitosa vida pública.

Do Partido Social Democrático (PSD)



Marcos Cals

MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA

Nasceu em Recife/PE, no dia 11 de janeiro de 1964. De tradicional família política, filho do ex-ministro de Minas e Energia, César Cals de Oliveira Filho – ex-governador do Ceará e senador da República; neto do ex-prefeito de Fortaleza, ex-deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará e da Constituinte de 1925 e de 1935, dr. César Cals de Oliveira, e irmão do ex-deputado federal e ex-prefeito de Fortaleza, César Cals Neto. Sua mãe, Marieta Cals, foi portadora de excelsas virtudes, inclusive com presença marcante no seio da família e devotamento ao povo do Ceará.

Sociólogo. O envolvimento da família com o mundo político foi o principal incentivo para que Marcos Cals também ingressasse na política partidária. No início dos anos 80, fundou, ao lado do irmão César Neto, o Partido Social Democrático (PSD), legenda pela qual disputou a Prefeitura de Fortaleza. Marcos Cals, à época, foi secretário da Executiva Estadual da agremiação.

Em 1986, com apenas 22 anos, conquistou sua primeira vitória nas urnas, pelo extinto PDS, eleito, naquela ocasião, o mais jovem deputado estadual do país. Filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) desde 1997, onde ocupou a segunda presidência da Executiva Estadual do partido.

Durante os mandatos, teve atuação importante nas comissões de Agropecuária e de Recursos Hídricos, e de Orçamento e Finanças, tendo sido relator do Orçamento do Estado por quatro vezes. Ocupou ainda a presidência da Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Deputado estadual constituinte em 1989, relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sub-relator da Reforma do Judiciário, vice-presidente da Comissão de Orçamento e Finanças; primeiro corregedor da Assembleia Legislativa e vogal da Mesa Diretora.

Político de centro-esquerda, entusiasta do uso do gás natural no transporte coletivo. Sua atuação esteve sempre voltada às pessoas humildes do interior do estado e das pequenas comunidades. Demonstrou, logo no início da vida parlamentar, grande capacidade de articulação, e sempre soube ouvir e ponderar diante das situações mais conflituosas do Poder Legislativo.

O bom trânsito com os parlamentares e o senso administrativo levaram-no a ocupar por duas vezes o cargo de primeiro-secretário do Poder Legislativo (janeiro de 1999 a janeiro de 2003). Em fevereiro de 2003, mediante consenso, foi eleito presidente da Mesa Diretora para o biênio 2003–2004, e reconduzido por unanimidade dos parlamentares da Casa à presidência da Mesa Diretora para o biênio 2005–2006.

O deputado Marcos Cals procurou sempre exercer seus mandatos mantendo contato direto com a sociedade, estreitando permanente parceria da Mesa Diretora com os parlamentares e o povo. Para isso, vários projetos foram colocados em prática. Entre e-

les, o programa “Conhecendo o Legislativo Cearense”, responsável por levar à Assembleia, a cada semana, universitários, estudantes secundaristas e representantes de comunidades para acompanharem o dia-a-dia dos deputados estaduais.

Durante seu mandato à frente do Legislativo, a Assembleia desenvolveu várias atividades voltadas à cidadania. Semanalmente, uma equipe de técnicos do Legislativo e deputados estaduais visitavam escolas, explicando aos alunos a importância do Poder, através do projeto “Cidadania em Destaque nas Escolas”. Nesse período, o “Programa de Prevenção ao Uso de Drogas”, também desenvolvido pela Assembleia, alertava os estudantes e a sociedade, sobre os prejuízos ocasionados pelas drogas.

Outra ação de destaque foi a aprovação do Projeto de Iniciativa Compartilhada, permitindo a qualquer instituição, legalmente organizada, apresentar projetos junto à Assembleia, que, depois de cumprir os trâmites legais, poderiam ser aprovados e transformados em lei.

No ano de 2006, a Assembleia Legislativa do Ceará deu mais um passo importante para a transparência de suas ações e a interação com a sociedade. No dia 7 de abril, foi inaugurada a TV Assembleia – Canal 30. A primeira TV aberta do Brasil pertencente ao Poder Legislativo.

Marcos Cals ofereceu grande incentivo ao Memorial Deputado Pontes Neto, com um acervo de duas mil peças, entre documentos, fotos e objetos dos deputados estaduais, a partir de 1947. Outro feito relevante, nessa área, foi a edição de 22 livros, tratando da história e cultura do Ceará, como a publicação do livro *A História de Nossa Gente* e reedição de todas as Constituições do Estado.

Condecorado com títulos de cidadania dos municípios de Boa Viagem, Capistrano, Cedro, Madalena, Novo Oriente e Pires Ferreira.

A partir de uma postura voltada ao diálogo, tornou possível a criação do comitê cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, em parceria com o Unicef e a União dos Dirigentes Municipais em Educação, seção do Ceará (Undime/CE). Durante nove meses foi feita uma pesquisa nas escolas públicas de 49 municípios cearenses entre crianças das séries iniciais para avaliar o aprendizado da leitura e da escrita. Ao final, um relatório com diagnóstico e dados foi entregue aos gestores municipais com sugestões para que fossem possibilitadas mudanças no perfil do aprendizado das crianças do Ceará.

O espírito empreendedor de Marcos Cals também pode ser comprovado com as diversas ações tomadas para a melhoria das condições físicas do Palácio Deputado Aduauto Bezerra. Além de importantes reformas no antigo prédio, construiu em tempo recorde um edifício de cinco andares, inaugurado em janeiro de 2007, para abrigar vários departamentos do Legislativo que funcionavam em imóvel alugado. Este fato demonstrou sua indiscutível capacidade de gestão e marcou, na passagem pela presidência da Casa, sua imagem como um dinâmico e competente administrador.

Com determinação e espírito democrático, Marcos Cals implementou um novo modelo de gestão, em que a sociedade é vista como o vetor principal da atividade política, tornando a cidadania a palavra de ordem do exercício democrático.

Reeleito em 2006 para Legislatura de 2007–2010, como o deputado mais votado, com 104.350 votos. Assumiu a Secretaria de Justiça e Cidadania do Governo do Estado do Ceará no dia 2 de fevereiro de 2007, onde atuou até 31 de março de 2010, quando retornou à Assembleia Legislativa.

Em 2010, candidatou-se ao Governo do Estado, obtendo 775.852 votos. Em 2012, foi candidato à Prefeitura de Fortaleza com apoio apenas do seu partido não coligado, ficando em 6º lugar entre os dez candidatos.

Em 2013, saiu do PSDB e ingressou ao recém-criado, à época, Solidariedade (SD). Filiado ao Progressista, é o presidente municipal do partido em Fortaleza.

Em 2016, foi nomeado superintendente do INCRA, no Ceará, onde permaneceu até o início de 2019, quando foi nomeado Secretário Executivo da Secretaria das Cidades em 18 de fevereiro.

PARLAMENTARES

FRANCISCO PINHEIRO LANDIM

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu a 20 de novembro de 1943, em Solonópole/CE. Filho de Joaquim Antenor Pinheiro Landim e de Maria Araci Pinheiro Landim.

Empresário. Fez seus primeiros estudos em escolas do Município de Milhã e os cursos secundário e complementares nos Colégios Cearense do Sagrado Coração e São José, de Fortaleza.

Sua vida pública foi desenvolvida ao longo de três décadas, através de mandatos eletivos que lhe foram outorgados por votos oriundos de várias regiões do estado do Ceará. Vereador (1966–1970), por Fortaleza, MDB; vice-prefeito (1973–1977), Solonópole, MDB; deputado estadual, (1983–1987), PMDB; deputado estadual constituinte (1987–1991), PMDB; governador interino, (1989–1991), PMDB; deputado federal - Congresso Revisor (1991–1995), PMDB; deputado federal (1995–999), PMDB; deputado federal (1999–2003) PMDB.

Sua atuação partidária, sempre pautada por uma linha de coerência ideológica, teve o seguinte desenvolvimento:

- ◆ 1º vice-presidente do PMDB do Ceará;
- ◆ Líder do PMDB na Assembleia;
- ◆ Coordenador da Bancada do Nordeste de todos os partidos na Câmara dos Deputados;
- ◆ Vice-líder durante 10 anos do PMDB na mesma Casa Legislativa;
- ◆ Presidente da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara Federal (2001 e 2002);
- ◆ Membro da Executiva Regional do PMDB;
- ◆ Membro do Diretório Nacional do PMDB;
- ◆ Vice-líder do PMDB (1987–1988 e 1999);
- ◆ Líder do PMDB (1988–1989);
- ◆ Vice-líder do Bloco PMDB/PRONA (1996–1999);
- ◆ Vice-líder do PMDB/PTN (2000–2001).

Na Assembleia Legislativa do Ceará, fez parte das Comissões abaixo:

- ◆ Comissão da Seca: presidente (1985–1988);

- ◆ Comissão de Constituição e Justiça: suplente (1985–1987), e titular (1988);
- ◆ Comissão de Economia, Indústria e Comércio: titular, (1985–1988);
- ◆ Comissão de Esporte e Turismo: vice-presidente (1985–1987);
- ◆ Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas: titular (1985–1987), e suplente (1988);
- ◆ Comissão de Mineração e Recursos Hídricos: titular (1985–1987), e suplente (1988);
- ◆ Presidente da Mesa Diretora da Casa do Povo no biênio 1989–1991.

No Congresso Nacional, desenvolveu um trabalho de grande vulto, quer através de pronunciamentos, apresentação de projetos, proposições, participação em Comissões Mistas, Permanentes e Especiais, como titular ou suplente, as quais passamos a mencionar abaixo:

Participação em Comissões:

- ◆ Mista de Aplicação TJPL sobre Empréstimos de Fundos Regionais como Titular e Presidente (1995);
- ◆ Mista de Criação do Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC), do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES): suplente (1997);
- ◆ Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: suplente (1994–1995 e 1998–1999), e titular (1995–1996);
- ◆ Mista Especial Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro: titular (1992);
- ◆ Mista MP nº 541: suplente (1994);
- ◆ CPI Mista TV Jovem Pan: suplente (1993);
- ◆ CPI Mista Companhia Nacional de Abastecimento: suplente (1992);
- ◆ Agricultura e Política Rural: titular (1991–1992), e suplente (1994 e 1999–2001);
- ◆ Amazônia e de Desenvolvimento Regional: 1º vice-presidente (1997–1998), e titular (1997–1998);
- ◆ Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: 1º vice-presidente (1992), 2º vice-presidente (1993), titular (1994) e (1995–2002), e suplente (1997 e 2002);
- ◆ Constituição e Justiça e de Redação: suplente (1991-1992);
- ◆ Defesa do Consumidor e Meio Ambiente e Minorias: titular e presidente (2002);
- ◆ Defesa Nacional: suplente (1991–1993 e 1995–1997);
- ◆ Economia, Indústria e Comércio: suplente (1996);
- ◆ Finanças e Tributação: suplente (1992–1993 e 1995–1997);
- ◆ Trabalho, Administração e Serviço Público: titular (1997) e suplente (1997–2000);
- ◆ Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior: suplente (1991–1992);
- ◆ Cassinos no Brasil: suplente (1995–1999);
- ◆ Combate à Violência: titular (1999–2001);
- ◆ Legalidade do Jogo: titular (1994);
- ◆ Legislação Eleitoral e Partidária: suplente (1992);
- ◆ Embarcação Nacional, Navegação de Cabotagem e de Interior: titular (1995);
- ◆ Modificação da Estrutura Policial: suplente (1992 e 1995–1999);
- ◆ Antecipação do Plebiscito: suplente (1992);
- ◆ Ajuste Fiscal: suplente (1992);
- ◆ Recursos da Seguridade Social ao SUS: titular (1988–1999);
- ◆ De Legislação sobre Direitos Autorais: suplente (1997);
- ◆ Genoma: titular (2001);
- ◆ Seca no Nordeste e Atendimento às Populações Atingidas: relator (1993);
- ◆ Viabilização dos Projetos Públicos Federais de Irrigação e Recursos Hídricos: suplente (1995).

Comissões Externas:

- ◆ Conferência Mundial de Combate ao Racismo: Presidente, 2000;
- ◆ Exploração e Comercialização Ilegal de plantas e Material Genético na Amazônia: Suplente, 1997.

Participou de Conselhos, Frentes e Grupos Parlamentares, tais como:

- ◆ Grupo de Trabalho Transposição do Rio São Francisco: Titular, 2000;
- ◆ Relator do Projeto de Lei que proíbe a propaganda de cigarros;
- ◆ Relator da Medida Provisória que cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (A-dene) em substituição à Sudene;
- ◆ Emenda para designar recursos orçamentários para a Funai.

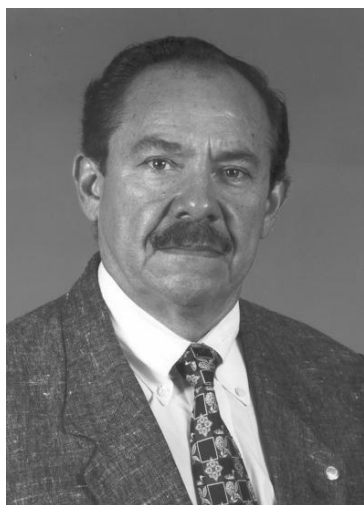
Foi presidente da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara Federal (2001 e 2002).

Ao interromper o mandato de deputado federal, deixou em pauta, para apreciação do Parlamento, várias proposições de interesse público.

Pinheiro Landim exerceu várias vezes, na condição de presidente da Assembleia Legislativa, a governadoria do Estado do Ceará.

MANOEL DUCA DA SILVEIRA NETO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Manoel Duca nasceu em 24 de fevereiro de 1942 em Fortaleza, mas viveu sua infância e adolescência no município de Acaraú/CE. Filho de Amadeu Ferreira Gomes e de Francisca Ferreira Gomes.

Sua origem política iniciou-se com seu avô materno, Manoel Duca da Silveira, prefeito de Acaraú, do qual herdou o nome. Seu tio, Geraldo Benone da Silveira, também foi prefeito do referido município, além de seu irmão Aníbal Ferreira Gomes, que exerceu o cargo entre os anos de 1989 a 1992.

Duquinha, como é conhecido, estreou na política como vereador do município de Acaraú, no ano de 1967. Foi prefeito desse município por duas vezes, de 1978 a 1983, com mandato de seis anos, e entre 2005 e 2008.

No Parlamento cearense, foi eleito por seis mandatos a deputado estadual e mais duas suplências, como descrito abaixo:

- ◆ Eleições de 1986, eleito com 23.910 votos, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB);
- ◆ Eleições de 1990, eleito com 24.513 votos, pelo PMDB;
- ◆ Eleições de 1994, eleito com 20.274 votos, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB);
- ◆ Eleições de 1998, eleito com 22.368 votos, pelo PSDB;
- ◆ Eleições de 2002, assumiu como suplente (25.670 votos), pelo PMDB;
- ◆ Eleições de 2010, eleito com 48.445 votos, pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB);
- ◆ Eleições de 2014, eleito com 64.414 votos, pelo PRB;
- ◆ Eleições de 2018, assumiu como suplente (42.437 votos), pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

O deputado Duquinha tem trabalhado intensamente em prol da sociedade cearense, buscando promover a revisão do Estatuto do Desarmamento e a redução da maioridade penal.

Foi membro da Comissão Especial da Seca, da Assembleia Legislativa, onde labutou para minimizar e extinguir o sofrimento dos irmãos cearenses, causado pela seca.

Presidiu a Subcomissão da Cajucultura na Assembleia Legislativa, e foi o 2º vice-presidente da Mesa Diretora.

Foi autor da Lei Nº 15.050 que reconhece o município de Acaraú como a capital do Camarão da Costa Negra do estado do Ceará, da Lei Nº 15.042, que instituiu o Dia do Caju no estado do Ceará, e do projeto para alterar a Lei Nº 13.096, incluindo o caju na merenda escolar de todos os alunos do ensino na rede pública do estado.

Nas eleições de 2018, Duquinha ficou na 1ª suplência do seu partido. Em 2019, encontra-se no exercício do mandato, convocado para a 30ª legislatura. Atualmente, encontra-se filiado às hostes do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Ressaltamos que o deputado Manoel Duca vem marcando sua presença no Legislativo cearense desde 1987 até a presente data, sendo o único remanescente dos constituintes de 1989 que mantém mandato eletivo na Casa do Povo.

ALCEU VIEIRA COUTINHO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Filho de João Gomes Coutinho e de Rita Vieira Coutinho. Nasceu a 03 de julho de 1924, em Independência/CE. Faleceu em 15 de maio de 2008.

Agropecuaria. Deputado estadual nas legislaturas de 1963 (suplente), pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); 1967, 1971 e 1975, eleito pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e 1987. Segundo Secretário do Poder Legislativo em 1966, 1967 e 1970. Primeiro Secretário no biênio 1973–1974. Presidente da Mesa Diretora em 1975–1976, assumindo o cargo de Governador, interinamente, por duas vezes.

Prefeito de Independência de 1948 a 1951; conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, do qual foi vice-presidente; secretário para Assuntos Municipais (no Governo Virgílio Távora); diretor da Casa de Detenção de Fortaleza, de 1951 a 1955; secretário do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer); fundador e 1º presidente da Cooperativa Mista e da Associação Assistencial de Independência.

ANTÔNIO DE ALMEIDA JACÓ

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL



Nasceu em 13 de junho de 1939, em uma família com tradição política na região do maciço de Baturité. Natural de Acarape, à época distrito do município de Redenção/CE. Filho do advogado e ex-prefeito de Redenção dr. Brunilo Jacó de Castro e Silva e de Maria Carmélia de Almeida Jacó.

Concluiu o estudo secundário no Ginásio 7 de Setembro e o científico no Colégio São João em Fortaleza. Coursou Economia na Universidade Federal do Ceará (UFC) e o curso de Matemática na Universidade Estadual do Ceará (Uece). Lecionou em diversos colégios da capital. Em 1973, assumiu a direção administrativa da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece).

Iniciou sua carreira política como vereador em Redenção, no período de 1967 a 1970. Foi prefeito do município de Redenção em 1971. Eleito deputado estadual pela primeira vez em 1974, obteve expressiva votação e tendo sido sufragado por mais de 70% do eleitorado de seu município. Reconduzido sucessivamente à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará nos pleitos de 1978, 1982, 1986 e 1990 e em 2001 encerrou sua atividade parlamentar.

Em 1986, foi eleito deputado estadual constituinte. Durante seus mandatos teve marcante atuação, integrando diversas Comissões Técnicas, apresentando inúmeros projetos de interesse público e fazendo parte da Mesa Diretora, exercendo as funções de 2º secretário (1983–1984) e 1º Secretário (1989–1990).

Em 1997, foi nomeado secretário de Educação do município de Redenção e sua gestão foi marcada pela construção de escolas, elevação sensível do número de alunos matriculados, redução da evasão escolar, qualificação dos professores da rede de ensino municipal e criação do Museu da Abolição.

Líder político, atuante e respeitado, participou de todas as fases do grupo liderado pelo governador Virgílio Távora, o que lhe possibilitou viabilizar inúmeras obras e serviços para os municípios que representava no Parlamento estadual.

Durante sua longa carreira política permaneceu somente em um partido. Filiou-se à antiga Arena e seguiu nos partidos sucedâneos.

ANTÔNIO LEITE TAVARES

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Barro/CE a 11 de junho de 1944. Filho de João Leite Tavares e de Joana Benício de Luna.

Advogado/Magistrado. Fez seus estudos primários na Escola Apostólica de São Boa Ventura, em Triunfo/PE, da ordem franciscana, em regime de internato. Kursou o ciclo ginasial no período de 1958–1961 no seminário franciscano de Ipuarana, em Campina Grande/PB e o segundo grau no Liceu do Ceará, de 1962 a 1964. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1969.

Exerce a advocacia com atuação desde o ano de 1969. Desempenhou ainda as funções de chefe da Assessoria Jurídica do Bradesco durante os anos de 1980 a 1982; advogado do Banco Brasileiro e Comercial S/A, do Banco Meridional do Brasil S/A; assessor jurídico das prefeituras de Boa Viagem, Iguatu e Quixadá. Na iniciativa privada, foi sócio e diretor gerente da Ceará Aços S/A (indústria de trefilaria e galvanização), sócio cotista majoritário da Comercial Mendonça Ltda. (Milagres/CE), da Rádio Boa Esperança Ltda. (Barro/CE), da firma Boa Esperança Comércio e Transporte Ltda. (Barro/CE) e da Sociedade de Advogados TMS, Advogados Associados.

Eleito deputado para as legislaturas de 1983–1986, 1987–1990, 1991–1994 e 1995–1998, sendo constituinte em 1989. Eleito prefeito para o município de Barro em 1988, renunciou ao mandato e assumiu o cargo de secretário de Justiça do Estado em 15 de março de 1991.

No Parlamento cearense, ocupou a 3ª Secretaria da Mesa Diretora no biênio 1985–1986. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça de 1987 a 1990, vice-presidente da mesma Comissão de 1995 a 1998 e presidente da Comissão de Fiscalização e Controle de 1997 a 1998.

Exerceu as elevadas funções de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, nomeado pelo então governador Tasso Jereissati, em julho de 1998.

No decorrer de sua vida pública, foi agraciado com inúmeras homenagens, materializadas algumas delas através do recebimento de comendas, títulos de cidadania e honrarias diversas, entre as quais podemos destacar:

- ◆ Cidadão Honorário do Município de Umari/CE, título concedido em 1993;
- ◆ Cidadão Honorário do Município de Capistrano/CE, título concedido em 1994;
- ◆ Cidadão Honorário do Município de Jaguaratama/CE; título concedido em 1995;
- ◆ Cidadão Honorário do Município de Tarrafas/CE, título concedido em 1997;
- ◆ Homenageado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará com a denominação do edifício-sede do Fórum da Comarca do Barro com o seu nome;
- ◆ Homenageado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará com a denominação de uma das salas do Fórum de Capistrano com o seu nome;
- ◆ Homenageado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará com a denominação do Fórum da comarca de Tarrafas, com o seu nome;
- ◆ Agraciado com a condecoração e medalha, no grau de Comendador, pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Maranhão, em 1993;
- ◆ Agraciado com a comenda Deputado Antônio Alencar Araripe, pelo cinquentenário da Escola Técnica Federal do Crato;
- ◆ Agraciado com o título de Honra ao Mérito, conferido pelo Rotary Clube de Mauriti/CE, pelos relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento da Palestina do Cariri.

CLÁUDIO AUGUSTO FERNANDES PINHO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Filho do Coronel de Bombeiros João Batista Pinho e de Aline Fernandes Pinho, nasceu em Fortaleza/CE, a 25 de setembro de 1951.

Empresário. Educador da área de formação e capacitação de motoristas e instrutores do trânsito. Fez seus primeiros estudos em escola pública do distrito de Capuan, concluindo seu ciclo básico na Escola Luzardo Viana, igualmente no município de Caucaia. Chegou a iniciar o curso universitário de Letras, na Universidade do Vale do Acaraú, não chegando a concluí-lo, pois ingressou muito jovem na vida pública e na atividade privada.

Foi instrutor e diretor de ensino de autoescola, com atuação decisiva na estruturação do atual Código Brasileiro de Trânsito. Fundou o primeiro curso de legislação teórica para habilitação de motoristas, dando ao nosso estado a primazia de implantar o treinamento pioneiro do gênero, no país.

Iniciou sua vida pública através do trabalho desenvolvido com sua sogra, a então vereadora Ivone Melo. Nessa época assumiu o Departamento de Vigilância da Prefeitura de Fortaleza, ocasião em que promoveu um completo cadastramento de todos os ambulantes em ação na capital.

Em 1984, coordenou a campanha do deputado Paes de Andrade à Prefeitura de Fortaleza. Em 1986, candidatou-se a deputado estadual, tendo sido eleito com expressiva votação, atuando como deputado constituinte. Foi militante entusiasta do movimento “Diretas-Já”, e adepto da campanha de Tancredo Neves à Presidência da República.

No governo Gonzaga Mota, atuou como assessor especial, com trabalho voltado, preferencialmente à área social, desenvolvendo programas conhecidos, como Ação nas Comunidades Carentes (ACC) e Missão Asa Branca, patrocinados pela ex-primeira dama Miriam Mota, que marcaram sua parceria com a comunidade carente de todo o estado.

Como parlamentar, lutou para que os jovens tivessem acesso aos equipamentos públicos em atividades de esporte, cultura e lazer. Fundou escolas e creches, muitas delas mantidas com recursos próprios e participação da comunidade. Foi criador e mentor do primeiro curso pré-vestibular do município de Pentecoste. Apresentou projeto ligando a educação de trânsito à preservação do meio ambiente e fortalecimento ecológico regional.

Fez parte da aliança de apoio ao então candidato a governador Tasso Jereissati na implantação do projeto “Governo das Mudanças”, rompendo com o mesmo em 1997, por não concordar com a política implantada pelo Governo, principalmente com a extinção da ACC e Asa Branca, consideradas como base das comunidades carentes. Deixou o PMDB, ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo um dos artífices da reconstrução do referido partido, no Estado. Foi um dos grandes apoiadores de Edson Silva à Prefeitura de Fortaleza.

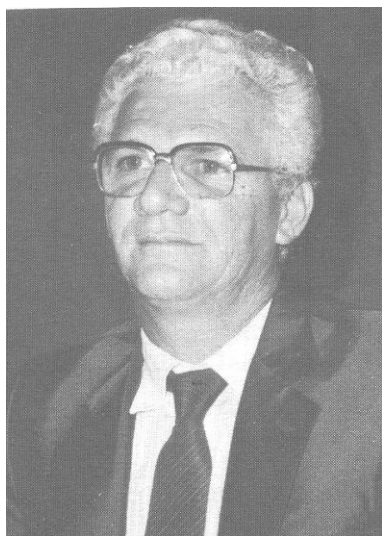
Manteve no bairro Barra do Ceará, nesta capital, no Clube de Regatas, um grupo de idosos para convivência saudável denominado “Vida não tem idade”.

Em 1990, disputou reeleição ao Parlamento estadual. Embora tenha tido expressiva votação na capital, não logrou reeleição. Abandonou a vida pública e passou a se dedicar, integralmente, à área de educação de trânsito.

No dia 24 de novembro de 2011, trabalhando na cidade de Russas, na atividade que era a sua grande paixão profissional, passou mal e foi conduzido para Fortaleza, falecendo às 15 horas daquele mesmo dia, de parada cardíaca, no Hospital Prontocárdio, de Fortaleza, aos 50 anos de idade.

DOMINGOS JOSÉ CARVALHO ARAÚJO DE HOLANDA FONTES

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL



Nascido em Fortaleza/CE a 21 de maio de 1937. Filho de Domingos José Carvalho de Araújo Fontes e de Maria Augusta de Holanda Fontes. Faleceu em 20 de janeiro de 1996.

Empresário/Agropecuário. Fez seus primeiros estudos no Colégio Salesiano de Baturité, completando-os no Colégio São João, em Fortaleza. Ingressou no Exército Brasileiro formando-se Oficial da Reserva pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR).

Inicialmente dedicou-se às atividades empresariais, voltando-se ao desenvolvimento da atividade pesqueira na região norte do estado.

Ingressou na política partidária filiando-se ao Partido Democrático Social (PDS), pelo qual candidatou-se ao Parlamento estadual, tendo sido eleito para a legislatura de 1983–1986. Sua base eleitoral era formada, principalmente, pelos municípios de Fortaleza, Acaraú, Acopiara, Crato, Cruz, General Sampaio, Ipueiras, Itarema e Paramoti.

Sua atuação como deputado estadual foi inteiramente dedicada à defesa dos interesses de seus munícipes, carreando benefícios para as localidades que representava na Casa do Povo.

Foi um dos mais fortes baluartes na vitoriosa batalha pela emancipação dos municípios de Itarema e Cruz.

Em 1986, novamente candidatou-se ao Parlamento, agora pelo Partido da Frente Liberal (PFL), e reeleito, prosseguiu sua trajetória política como representante do povo, na Assembleia Legislativa.

EDSON DA SILVA

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA



Nasceu em Fortaleza/CE a 09 de maio de 1949. Filho de Francisco de Sousa Melo e de Francisca Rosa da Silva.

Jornalista e Radialista. Fez seus estudos básicos e secundários, respectivamente, na Escola da Previdência da Santa Casa de Misericórdia (primeiras letras); Grupo Escolar Moura Brasil; Colégio Estadual Liceu do Ceará; Escola de Comércio Fênix Caixeiral e Ginásio D. Bosco.

Sua verdadeira vocação profissional foi a área de comunicação, em suas mais diversas vertentes, destacando-se intensamente no jornalismo, no rádio e na televisão.

O rádio foi um palco constante de sua atuação. Iniciou suas atividades aos 16 anos, na Rádio Iracema de Fortaleza. A partir daí, todas as suas energias foram canalizadas para este importante veículo, criando estilo próprio e conquistando milhares de ouvintes, multiplicados ao longo dos anos, fiéis e amigos, com muitos deles mantendo contato pessoal até hoje.

Em sua carreira radiofônica, trabalhou em praticamente todas as emissoras da capital, dentre elas as rádios Uirapuru, Verdes Mares, Dragão do Mar e Cidade.

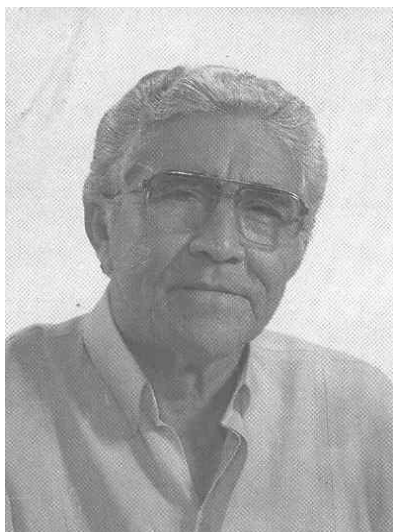
Incentivado pelos seus ouvintes, foi estimulado a pleitear uma cadeira na Assembleia Legislativa, recebendo expressiva votação, tendo desempenhado funções parlamentares, na legislatura 1987–1990. Foi reconduzido ao cargo para o quadriênio 2007–2010.

Em 1988, foi candidato à Prefeitura de Fortaleza. Sua votação foi consagrada, não tendo sido eleito por uma diferença de apenas 0,2%.

Posteriormente, foi escolhido pelo povo para representá-lo na Câmara dos Deputados, nas legislaturas de 1991–1994; 1995–1998 e 2011–2014.

ERASMO RODOVALHO DE ALENCAR

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Catolé do Rocha/PB a 18 de março de 1933. Filho de Antônio Rodovalho de Alencar e de Maria Rosalina de Alencar Oliveira. Faleceu em Fortaleza a 25 de maio de 2015.

Advogado. Iniciou os estudos em sua cidade natal. Primeiro e segundo graus feitos em Cajazeiras (PB) e Crato, no Ceará. Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor), em 1982.

Professor do 2º grau na Escola Aduino Bezerra, em Iguatu. Presidente do Rotary Clube de Iguatu. Diretor de Registro e Fiscalização do Departamento Nacional de Trânsito (Detran).

Eleito vereador de Iguatu para o período de 1955 a 1958. Vice-prefeito do referido município de 1959 a 1962. Prefeito de Iguatu nos anos de 1971 a 1973.

Deputado estadual eleito para os mandatos de 1963, 1983 e 1987. Segundo secretário da Assembleia Legislativa em 1985.

EUDORO WALTER DE SANTANA

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu a 06 de outubro de 1936, em Quixeramobim/CE, filho de Walter Batista de Santana e de Maria do Rosário de Albuquerque Santana.

Engenheiro Civil. Fez seus estudos iniciais no Grupo Escolar Assis Bezerra, em sua cidade natal. Cumpriu seu ciclo secundário respectivamente no Ginásio Domingos Sávio, de Baturité e Colégio São João, em Fortaleza. Gradou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará. Sua vida política foi iniciada nas lides estudantis. Foi vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE); diretor do Centro Acadêmico da Escola de Engenharia; presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da UFC, além de primeiro representante dos estudantes no Conselho Universitário da UFC.

Desenvolveu atividades como docente. Foi professor de física e matemática do Colégio Estadual Justiniano de Serpa e monitor da Escola de Engenharia da UFC, na cadeira de resistência de materiais.

Na Assembleia Legislativa, como deputado estadual, atuou nas legislaturas de 1987 e 1991, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). De 1995 e de 1999, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Concorreu ao cargo de Senador da República, igualmente pelo PSB, no pleito de 2002.

Entre suas atividades parlamentares, dentre outras, destacam-se as seguintes ações:

- ◆ Autor do Projeto de Lei nº 39/90 – cria o Fundo de Eletrificação Rural de Irrigação (FER-PI), Lei nº 11.728, publicada em 04/09/90 (D.O.).
- ◆ Lei nº 11.991, publicada em 15/07/92 (D.O.) – dispõe sobre o papel do estado do Ceará no tocante à realização de pesquisa, experiências ou atividades na área de biotecnologia e engenharia genética desenvolvidas por entidades privadas nacionais ou estrangeiras ou ainda cientistas isoladas.
- ◆ Autor do Projeto de Lei nº 79/92 – autoriza a participação das micro e pequenas empresas nas licitações abertas por órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual.
- ◆ Autor do primeiro Projeto de Lei Agrícola para o Estado do Ceará, integralmente elaborado e discutido pela sociedade civil, fato inédito na história do Ceará.

- ◆ Coordenador do Seminário Internacional “O Mercosul, a Alca e a Dívida Externa”, promovido pela Assembleia Legislativa do Ceará – março de 2002.

Foi membro das Comissões Técnicas de Ciência e Tecnologia; Constituição, Justiça e Redação; Fiscalização e Controle; Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido e Orçamento, Finanças e Tributação.

Ocupou a 3ª Secretaria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, no período de 2001 a 2002.

Atividades Profissionais – Setor Privado:

- ◆ Diretor Industrial da Cerâmica do Cariri S/A (1965 a 1976);
- ◆ Diretor de Planejamento da Cerâmica do Cariri S/A (1977 a 1985);
- ◆ Diretor Industrial da Cerâmica Norguaçu (1982 a 1984);
- ◆ Diretor Presidente da Luna S/A (1982 a 1985).

Atividades Profissionais – Setor Público:

- ◆ Engenheiro de Manutenção da Refinaria Landulfo Alves da Petrobrás (1963 a 1964);
- ◆ Superintendente Regional do INCRA (1985 a 1986);
- ◆ Secretário de Agricultura e Reforma Agrária do Estado do Ceará (1987 a 1989);
- ◆ Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas Sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp (1995–1996);
- ◆ Secretário Geral do PMDB/CE (1982 a 1986) e Presidente do PSB (1996 a 2000);
- ◆ Membro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Realizações como Secretário de Agricultura do Estado:

- ◆ Criou o programa “Arrancada da Produção”, pioneiro no incentivo à utilização de sementes fiscalizadas, totalmente voltado para o pequeno produtor;
- ◆ Criou o GERA – Grupo Estadual de Reforma Agrária, composto por técnicos da Secretaria de Agricultura, INCRA, Ministério da Agricultura e por trabalhadores rurais, com o objetivo de otimizar e integrar todas as ações de Reforma Agrária no Ceará;
- ◆ Foi articulador da vinda da Embrapa para o Ceará, através do Centro do Caju;
- ◆ Foi o grande incentivador para o fortalecimento da fruticultura e da floricultura no Ceará.

Funções, Missões e Delegações das quais participou durante vida pública:

- ◆ Representante do Estado do Ceará na missão de Intercâmbio Uzbequistão (União Soviética – 1988);
- ◆ Visita Oficial, a convite do Governo Cubano para intercâmbio de tecnologia nas áreas de agricultura e pesca;
- ◆ Representante do Estado do Ceará na reunião do Comitê Internacional para o Desenvolvimento da Mandioca (Colômbia – 1988);
- ◆ Representante da Assembleia Legislativa na Comitativa Cearense que visitou a 11ª Feira Internacional da Agricultura – AGRITECH (Israel – 1999);
- ◆ Representante do Parlamento Estadual no II Encontro de Las Águas (Montevideu – Uruguai);
- ◆ Viagem científica à região semiárida da Espanha para conhecer a experiência de irrigação de cítricos em condomínio;
- ◆ Visita Técnica à empresa de gerenciamento de recursos hídricos, Águas de Portugal (Lisboa – 2001).

Título, Troféus e Distinções recebidas:

- ◆ Título de melhor Deputado do ano, por cinco vezes;

- ◆ Cidadão Honorário dos municípios de Barbalha, Farias Brito, Jardim, Jaguaratama, Maranguape e Santana do Acaraú, todos no Estado do Ceará;
- ◆ Escolhido o 2º deputado mais influente da Assembleia Legislativa em 2002, à sua frente, somente para o deputado Wellington Landim, presidente da Assembleia;
- ◆ Certificado Amigo da Diferença, concedido pela Casa da Esperança, no ano de 1997;
- ◆ Título “Os Melhores da Administração Pública Federal” no Estado do Ceará, em 2003;
- ◆ Mérito Frutal 2001, conferido pelo Sindfruta e Instituto Frutal por sua atuação política no desenvolvimento do agronegócio de fruticultura no Estado do Ceará;
- ◆ Placa de reconhecimento da Petrobrás/Asfor, pelo inestimável apoio ao crescimento da Petrobrás no Ceará – 1997;
- ◆ Comenda Mérito Comunitário conferido pela Federação das Entidades Comunitárias do Estado do Ceará (Fecece) – 1988;
- ◆ Placa de reconhecimento pela sua participação na luta pela Reforma Agrária, concedida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST;
- ◆ Comenda Deputado Antônio Alencar Araripe, como reconhecimento da Escola Agrotécnica Federal do Crato;
- ◆ Medalha Américo Barreira, concedida pela Prefeitura Municipal de Quixadá.

Livros Publicados:

- ◆ Órfãos da Abolição;
- ◆ De Terras e de Esperanças – O Caminho de Israel.

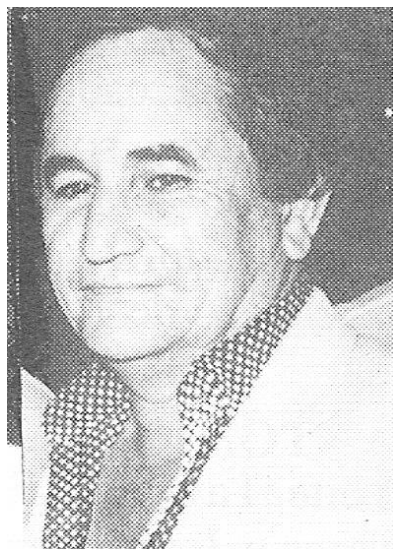
Ocupou a Diretoria Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), por oito anos, com marcante atuação no soerguimento das ações próprias daquele importante e tradicional órgão público federal, no desenvolvimento do Nordeste.

Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), secretário executivo do Conselho de Altos Estudos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Coordenou o Plano de Governo da campanha do prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, e a equipe de transição.

Em 2013, assumiu a Superintendência do Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), na gestão do prefeito Roberto Cláudio.

FRANCISCO AGACI FERNANDES DA SILVA

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Russas/CE, no sítio Boa Vista, a 26 de julho de 1940. Filho de Francisco Alexandre da Silva e de Maria de Jesus da Silva. Faleceu em Fortaleza a 22 de outubro de 2016.

Empresário. Fez seus primeiros estudos em sua cidade natal. Logo cedo começou a trabalhar, adquirindo experiências para no futuro tornar-se empreendedor e líder político.

Agropecuário e industrial com larga experiência nos setores primários e secundários, destacou-se no ramo algodoeiro e na produção, beneficiamento e exportação da castanha de caju.

Destacou-se também na área da produção de cerâmica, carreando com suas atividades empresariais centenas de empregos para o município de Russas e adjacências.

Eleito deputado estadual, atuou na legislatura de 1987–1990, centrando seus esforços, principalmente, na luta pela inclusão dos programas de eletrificação rural e de irrigação, no Vale do Jaguaribe, região que defendeu tenazmente no Parlamento estadual.

Exerceu o mandato de prefeito de Russas, de 1992 a 1995. Candidatou-se à Câmara Municipal de Russas, tendo sido eleito para a legislatura 2005–2008.

FRANCISCO CÉSAR PIERRE BARRETO LIMA

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL



Nasceu em Sobral/CE, a 13 de setembro de 1954, filho de Cesário Barreto Lima e de Maria Tamar Pierre Barreto Lima.

Engenheiro Civil. Cumpriu seus estudos primários no Colégio Sobralense. Sua formação ginásial e colegial foi feita no Colégio Cearense em Fortaleza. Graduiu-se em Engenharia Civil na Universidade de Brasília.

Sua trajetória pública abrange o exercício de cargos de importante relevância. Foi assessor parlamentar da Câmara dos Deputados, em Brasília (1980). Foi engenheiro de obras na Superintendência de Obras do Estado do Ceará – Soec (1981), assessor técnico do Governo do Estado (1981–1982) e diretor de Expansão e Ampliação do Interior, na Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece (1983–1986).

Na legislatura 1987–1990, assumiu cadeira de deputado estadual, na condição de suplente. Cumpriu no Parlamento consistente trabalho na defesa da região norte, particularmente o município de Sobral, sua cidade de origem.

Sua atuação no Parlamento teve intenso destaque. Foi membro titular da Comissão de Economia e vice-presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, em 1990.

Na vida pública, ocupou ainda as funções de: secretário de Governo da Prefeitura Municipal de Sobral (1993); superintendente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Fortaleza (1992); assessor técnico, gestor de informação e gerente de articulação do Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (Dert).

Faz parte da Academia Cearense de Engenharia (ACE). É escritor e poeta, autor de 20 livros, entre os quais: “O príncipe do norte – A lenda Chagas Barreto Lima”; “Virgílio Távora: o estadista cearense”; “Guarany de Sobral, o glorioso cacique do vale, em coautoria com o sociólogo Saulo Barreto Lima; e “Nas Ondas da Tupinambá”, com várias crônicas sobre personalidades e histórias do rádio sobralense.

FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Filho de Murilo Rocha Aguiar (deputado constituinte de 1947) e de Maria Stela Rocha Aguiar. Nasceu a 04 de novembro de 1947, em Fortaleza/CE.

Fez seus estudos no Colégio São João, em Fortaleza/CE. Curso de Administração de Empresas não concluído. Sua vida profissional está relacionada às seguintes atividades:

- ◆ Gerente administrativo-financeiro do Grupo Financeiro Aplitec (1970–1973);
- ◆ Gerente administrativo-financeiro do grupo Sul-América Seguros (1974–1977);
- ◆ Membro administrativo da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece (1983–1984);
- ◆ Membro do conselho superior administrativo da Companhia de Habitação – Cohab, Ceará (1985);
- ◆ Diretor de operações da Imprensa Oficial do Ceará – Iocce (1986).

Na Assembleia Legislativa, elegeu-se deputado para cinco legislaturas, a saber:

1º Mandato: de 01.02.1987 a 31.01.1991.

- ◆ Deputado constituinte. Exerceu o cargo de 2º secretário da Mesa Diretora no período de 1987–1988;
- ◆ 1988–1989, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
- ◆ 1989, líder do PMDB;
- ◆ 1989–1990, presidente da Comissão Redação de Leis;
- ◆ Apresentou 23 emendas na elaboração da Constituição de 1989;
- ◆ Membro titular da Comissão de Sondagens e Proposições na Constituinte de 1989.

2º Mandato: de 01.02.1991 a 31.01.1995.

- ◆ 1991–1992, vice-presidente da Comissão de Orçamento e Finanças;
- ◆ De 1993 a 1994, presidente da Assembleia;
- ◆ De 08.10 a 31.12.1994, governador do Estado do Ceará, quando, como presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o governador Ciro Gomes renunciou ao cargo para assumir o Ministério da Fazenda no Governo do presidente Itamar Franco;

- ◆ De fevereiro a abril de 1995, líder do PSDB.
- 3º Mandato: de 01.02.1995 a 31.01.1999.
- ◆ De 1995 a 1998, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
 - ◆ De 1995 a 1998, vice-presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;
 - ◆ De 1997 a 1998, líder do PPS;
 - ◆ Em 1998, participou da CPI das Carteiras de Estudantes e de CPI destinada a apurar irregularidades no pagamento dos benefícios dos aposentados rurais, ordenada pela Justiça.

4º Mandato: de 01.02.1999 a 31.01.2003.

- ◆ De 1999 a 2003, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
- ◆ Em 2002, membro titular da CPI destinada a apurar fraudes contra beneficiários do seguro obrigatório – DPVAT; e indicado pela Presidência da Casa para integrar, como membro titular, o Conselho de Ética Parlamentar.

5º Mandato: de 01.02.2003 a 31.01.2007.

- ◆ De 2003 a 31.01.2007, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
- ◆ De 2003 a 01.2007, membro titular da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público;
- ◆ De 2003 a 01.2007, vice-líder do Governo;
- ◆ Em 2006, presidente da CPI do Desmonte para apurar a dilapidação do patrimônio público nas prefeituras municipais do estado do Ceará.

Exerceu, como governador do Ceará, a missão de assinar, juntamente com o presidente da República, o contrato de financiamento do Prodetur e o contrato de financiamento, com o Banco Mundial, do Projeto Sanear.

Comendas/Medalhas/Títulos

- ◆ Comendas: diploma de Amigo da Marinha (1987); Outorga de Ordem Estadual do Mérito de Renascença do Piauí, no Grau de Grão-Mestre (1993); diploma especial comemorativo dos 140 anos da banda de música da Polícia Militar do Ceará (1994).
- ◆ Medalhas: do Mérito Policial Militar (1993); Machadinha Simbólica do Corpo de Bombeiros (1993); do Mérito Bombeiro Militar (1994).
- ◆ Títulos de Cidadão Honorário das seguintes cidades: Barroquinha, Bela Cruz, Chaval, Ipu e Uruoca.

Francisco Aguiar teve seu nome aprovado pelo Legislativo cearense ao Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, onde exerce a função de Conselheiro, desde 18 de julho de 2006. Presidente daquela egrégia Corte de janeiro de 2013 a dezembro de 2016.

FRANCISCO FONSECA COELHO

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL



Nasceu em Tamboril/CE, a 09 de fevereiro de 1925, filho de Joaquim Percílio Coelho e de Domitila Fonseca Coelho. Faleceu em 17 de março de 2013.

Contabilista/Industrial/Agropecuaria. Fez os primeiros estudos no Liceu do Ceará e posteriormente no Colégio Cearense. Graduiu-se em Contabilidade, na Escola Técnica Carlos de Carvalho. Do mundo empresarial, ingressou na vida pública em 1970, elegendo-se deputado estadual. Participou sucessivamente, a partir daí, de todas as legislaturas até o ano de 1990, tendo sido quatro vezes eleito para o Parlamento estadual, com expressivas votações, representando municípios do Sertão Central, notadamente Senador Pompeu, sua terra de adoção. Teve brilhante atuação em sua trajetória política. Fez parte da Mesa Diretora da Casa em várias oportunidades, tendo sido 1º vice-presidente na administração do presidente Castelo de Castro (1985–1986); 1º e 3º Secretário (1983–1984 e 1979–1980, respectivamente); líder do Partido da Frente Liberal (PFL); vice-líder do Governo César Cals. Diretor Geral da Assembleia Legislativa.

Autodidata, paciente, tolerante, amável e polido, navegou nas procelas das disputas políticas e nos meandros da administração com a tranquila segurança dos timoneiros capazes e experientes.

Em sua vida pública foi agraciado com inúmeros títulos e honrarias, tais como: Cidadão Honorário dos municípios de Camocim e Senador Pompeu; contabilista pela Escola Técnica Carlos de Carvalho e reconhecido em nível superior pela Universidade Federal do Ceará. Diploma de Incentivador da Cultura conferido pela Academia Antero de Quental, de São Paulo; Grande Colaborador da Cultura Cearense, outorgado pelo Instituto Lusíadas de Fortaleza; membro debatedor do I Curso de Ciência Política e sócio honorário da Academia Antero de Quental.

FRANCISCO JARBAS NÉRI BEZERRA DE MENEZES

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL



Nasceu em Juazeiro do Norte/CE, a 06 de maio de 1958, filho do ex-parlamentar Orlando Bezerra de Menezes e de Doralice Neri Bezerra. Faleceu em 14 de maio de 2015.

Médico. Fez seus estudos primários e de 2º grau no Colégio Salesiano de Juazeiro do Norte, concluindo-os no Colégio Cearense, em Fortaleza. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, especializando-se em ultrassonografia em Ribeirão Preto/SP.

Iniciou sua carreira política na região do Cariri, área de tradicional atuação pública de sua família, elegendendo-se deputado estadual em 1982 e novamente em 1986. Participou ativamente, como deputado, das legislaturas de 1983–86 e 1987–91.

No Parlamento estadual, foi presidente da Comissão de Saúde, vice-líder do Partido da Frente Liberal (PFL), e relator da Constituinte estadual.

No Congresso Nacional, como membro do Colégio Eleitoral que elegeu o então presidente da República Tancredo Neves, foi o mais jovem participante daquele conclave.

JOÃO LUIZ RAMALHO DE OLIVEIRA FILHO

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL



Nasceu em Fortaleza/CE, a 23 de setembro de 1947. Filho de João Luiz Ramalho de Oliveira e de Heloísa de Castro Ramalho.

Engenheiro Civil. Fez seus primeiros estudos em Fortaleza, nos Colégios Christus e Cearense e graduou-se na Universidade Federal do Ceará – UFC.

Iniciou sua vida profissional muito cedo, desenvolvendo, a partir de 1971, as seguintes atividades: estagiou na firma Hidrel – Hidráulica e Elétrica Ltda., no setor de instalação elétrica e hidro-sanitária (1970 a 1971); estagiou na firma Arcoli – Artur Coutinho de Oliveira Engenharia e Comércio Ltda., no setor de construção civil (1971 a 1972). Fez o curso de Aplicação do Plástico na Construção Civil, patrocinado pela Escola de Engenharia (dezembro de 1973); participou do curso intensivo de solo – cimento, patrocinado pela Associação de Cimento Portland, em convênio com o Centro de Tecnologia da UFC (outubro de 1973); participou do 1º Encontro Nacional de Especialização Escolar, patrocinado pelo Premen (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino) realizado no Rio de Janeiro (maio de 1973); participou do 2º Simpósio de Urbanismo, realizado em Fortaleza/CE (janeiro de 1975). Obteve diploma de conclusão do Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG (1976); participou do III Encontro de Qualidade e Tecnologia dos Pavimentos (novembro de 1999).

Sua participação na área pública engloba o exercício das atividades ora relacionadas: engenheiro da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (março a setembro de 1973); diretor da Divisão de Obras da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (outubro de 1973 a março de 1975); diretor Técnico da firma CIBRAL – Construtora Comercial, Imobiliária Brasileira Ltda.; engenheiro da Superintendência Municipal de Obras e Viação (Sumov); superintendente da Sumov (março de 1975 a março de 1979); diretor de Operações da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece (março de 1979 a julho de 1981); diretor Técnico da firma Piloto – Construtora e Imobiliária Ltda.; diretor Geral do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (Daer) do Estado do Ceará (março de 1983 a janeiro de 1986); diretor Regional da 2ª DR DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (setembro de 1991 a outubro de 1995); chefe da equipe de obras

e serviços urbanos – Secretaria Executiva Regional IV – Prefeitura Municipal de Fortaleza (abril de 1998 a março de 2000) e chefe da equipe de obras e serviços urbanos – Secretaria Executiva Regional I – Prefeitura de Fortaleza (abril a dezembro de 2000).

No Parlamento estadual, foi eleito deputado nas eleições de 1986, tendo se destacado no Plenário da Casa do Povo por seus pronunciamentos consistentes e suas intervenções seguras, em defesa do interesse público.

Em plena atividade como cidadão participante das boas causas comunitárias, integra diversas associações, das quais podemos destacar:

- ◆ Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- ◆ Sindicato dos Engenheiros do Ceará;
- ◆ Clube de Engenharia do Ceará;
- ◆ Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura – 9ª Região;
- ◆ Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES;
- ◆ Associação Brasileira de Departamentos Estaduais Rodoviários – ABDER;
- ◆ Sociedade dos Amigos da Marinha – SOMAR/CE.

JOÃO VIANA DE ARAÚJO

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL



Nasceu em Cedro/CE a 12 de agosto de 1930. Filho de Celso Alves de Araújo e Silva e de Francisca Alves de Araújo.

Advogado. Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, e em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia de Fortaleza. Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado.

Descendente de família ligada tradicionalmente ao meio político e às atividades rurais, manteve-se sempre voltado às lides agropastoris já exercidas por seus antepassados, incluindo-se entre os defensores de buscas alternativas de modernização para a agricultura e a pecuária.

João Viana foi sempre fiel à ideologia partidária desde seu ingresso na política. Candidatou-se a Vice-prefeito de Cedro pela União Democrática Nacional (UDN) em 1958, não logrando êxito na eleição. Com a extinção do Partido, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), exercendo o cargo de Secretário Geral no Estado do Ceará. Participou ainda do Partido Democrático Social (PDS), sigla em que veio a transformar-se o citado partido. Foi também filiado ao Partido Progressista Brasileiro (PPB).

Disputou pela primeira vez uma cadeira na Assembleia Legislativa em 1962. Reeleito para as legislaturas de 1967, 1971, 1975, 1979, 1983 e 1995. Nas legislaturas de 1963, 1987 e 1991, assumiu como suplente. Terceiro Secretário da Mesa Diretora em 1968 e 1971–1972 e Primeiro Secretário em 1977–1978. Primeiro vice-presidente em 1983–1984. Como vice-presidente da Assembleia Legislativa no Governo Gonzaga Mota, assumindo várias vezes a Presidência da Casa e o Governo do Estado, tendo sido, também, em 1979, secretário do Interior e Justiça.

Um dos pioneiros na fundação das cooperativas Central e do Cedro, e apontado como uma das figuras mais probas do mundo político cearense. Um cidadão.

Foi prefeito de Cedro por diversas vezes, tendo sua última gestão ocorrido em 2009 a 2012.

JOSÉ HENRIQUE AZEVEDO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Trairi/CE, a 10 de agosto de 1946. Filho de Jonas Henrique B. Azevedo e de Maria Eremita de Azevedo.

Engenheiro de Produção. Graduado em 1978, pela Universidade de Fortaleza – Unifor. Anteriormente havia se formado em Contabilidade Comercial na Escola Fênix Caixeiral no ano de 1972. Possui formação em informática pela Unifor e inglês, pelo Instituto de Línguas Yazigi.

Sua atuação na Assembleia Legislativa do Estado, das mais profícuas, como veremos a seguir, teve a seguinte trajetória cronológica:

- ◆ Legislatura 1987–1990: 1º suplente pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Exerceu mandato parlamentar a partir de 17.03.1987, sendo deputado constituinte com forte e produtiva participação em nossa Carta Magna;
- ◆ Legislatura 1991–1994: suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Exerceu mandato parlamentar a partir de 20.03.1991;
- ◆ Legislatura 1995–1998: suplente pelo PSDB. Exerceu mandato a partir de 20.02.1997.

Entre outras ações, lutou pela criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), hoje consolidado. Batalhou pela instalação de uma Escola Agrícola no município de Itapipoca e pelo asfaltamento de estradas importantes, como: Umirim–Itapipoca; Trairi–Itapipoca; Barrento e Itapipoca–Baleia; além da ponte do Barrento, no Rio Mundaú.

Foi defensor da interiorização do setor industrial da pesca e do turismo; da Agropecuária e Recursos Hídricos; Educação, Direitos Humanos e Cidadania; Defesa Social e das Finanças e Tributação. Para isso, trabalhou com grande afinco através de projetos, proposições e participação em Comissões Técnicas.

Sua atuação, abrangeu um expressivo leque de benefícios para os municípios que representou ao longo de uma década, levando obras e benefícios indispensáveis ao seu desenvolvimento, tais como: estradas, energia elétrica, comunicações, poços profundos e artesianos, chafarizes, escolas, creches, habitação popular e açudagem.

Como deputado constituinte de 1989, sugeriu a inclusão de artigo na Constituição estadual, instituindo a “Gestão Democrática do Ensino” e um outro, determinando que juizes e promotores residam em suas Comarcas, ambos aprovados.

Foi de sua autoria o projeto de lei que isenta os maiores de 65 anos de pagarem passagens em ônibus intermunicipais. Pioneiro na defesa da instalação de um Polo de Cinema no Ceará, que se tornou embrião da indústria audiovisual ora existente no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, hoje referência cultural do Nordeste e do País.

Em Trairi, é reconhecido como benemérito e contribuiu determinantemente para que seus conterrâneos desfrutassem, dentre outros, dos seguintes benefícios: Colégio de 2º Grau Jonas Henrique; estádio de futebol; Clube Municipal; Matadouro Público Municipal; duas quadras esportivas; Praça José Edson Filho; sistema telefônico DDD; completo saneamento básico do município (sete quilômetros de rede, duas elevatórias e estações de tratamento); polo de lazer da localidade “Carrapicho”; lavanderia pública; avenida iluminada Governador César Cals; fixação das dunas da praia do Mundaú, evitando a obstrução da via de acesso; paredão de pedra em Mundaú; instalação da Comarca do município e da Creche Criança Feliz.

A expressividade do trabalho desenvolvido pelo deputado Henrique Azevedo, mostrado em linhas gerais neste breve perfil biográfico, apontam-no como um dos maiores benfeitores de seu município e de toda a região do Vale do Curu, que tão bem representou na Casa do Povo.

JOSÉ MARIA BARROS DE PINHO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Teresina/PI, a 25 de maio de 1939. Filho de Antônio Bezerra Pinho e de Ana Barros de Pinho. Faleceu em 28 de abril de 2012.

Fez seus estudos primários no Grupo Escolar Barão de Gurguéia, em Teresina, ali cumprindo, também, seu curso ginásial no Ginásio Desembargador Antônio Costa. Seu ciclo colegial foi realizado, respectivamente, nos Colégios Diocesano e São Luís, igualmente em Teresina, e concluído no Colégio Lourenço Filho, em Fortaleza. Graduiu-se em Administração de Empresas na Escola de Administração do Ceará, da Universidade Estadual do Ceará – Uece, na capital cearense.

Exerceu atividades profissionais como educador e empresário, tendo fundado o Colégio Oliveira Paiva, de grande tradição na área educacional do nosso Estado. Foi Secretário de Cultura, Turismo e Desporto do Ceará, em 1987; Presidente do Instituto de Previdência do Município, de 1992 a 1994. Presidiu a Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza (Funcet), de 1998 a 2004, desenvolvendo um intenso e reconhecido trabalho nesse importante campo da administração pública municipal.

Sua vida política alcançou grande destaque a partir de sua eleição como vereador de Fortaleza em 1978 e deputado estadual nas legislaturas de 1983–1986, 1987–1990 e de 1995–1998. No ano de 1985, foi prefeito da capital cearense, sempre abrigado pela legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Funções, Missões e Delegações:

- ◆ Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Fortaleza (1980);
- ◆ Membro da Comissão de Legislação da Câmara Municipal de Fortaleza (1981);
- ◆ Líder do MDB na Câmara de Fortaleza (1981);
- ◆ Vice-líder na Assembleia Legislativa (1984);
- ◆ Membro das comissões de Constituição e Justiça, de Orçamento e Finanças, de Educação e Cultura, de Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa e presidente da Comissão de Municípios;

- ◆ Líder do PMDB na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (1989 e de 1997 a 1998);
- ◆ Presidente do Instituto de Estudos Políticos do PMDB (Instituto Pedroso Horta);

Títulos:

- ◆ Melhor Vereador de Fortaleza (1979–82);
- ◆ Melhor Deputado Estadual (1984–1986 e 1996–1997) – Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa;
- ◆ Destaque Especial como Prefeito de Fortaleza (1985);
- ◆ Melhor Secretário Municipal (1992) – Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa;
- ◆ Título de Cidadão Cearense outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (1998), por iniciativa do deputado Osmar Diógenes.

Livros Publicados:

- ◆ Planisfério – Imprensa Universitária (1969);
- ◆ Natal de Barro Lunar e Quatro Figuras no Céu – Edições Projeto (1970);
- ◆ Circo Encantado – Gráfica Editorial Cearense;
- ◆ Natal do Castelo Azul (1986);
- ◆ Pedras do Arco-íris ou a Invenção do Azul no Edital do Rio – 1998;
- ◆ Planisfério – 2ª edição 2001;
- ◆ A Escritura da Solidão (poesia);
- ◆ Araçás do Mestre Rosa (contos);
- ◆ Os Corredores do Coronel Zeca Belarmino;
- ◆ Sesmarias das Águas;
- ◆ A Viúva do Vestido Encantado.

Destaques Literários e outros:

- ◆ Integrante do Grupo SIN de Literatura;
- ◆ Acadêmico Titular da cadeira nº 14 da Academia Cearense de Letras;
- ◆ Acadêmico Titular da cadeira nº 28 da Academia de Retórica;
- ◆ Integrante do Grupo Poesia Plural;
- ◆ Integrante da Antologia de Contistas Novos do Brasil, organizada pelo escritor Moacir C. Lopes – Instituto Nacional do Livro;
- ◆ Integrante da Antologia de Poesia do Século XX;
- ◆ Premiada no Concurso de Poesia Norte e Nordeste, patrocinada pela Universidade Federal de Sergipe;
- ◆ Premiada por ocasião do Concurso Literário de Fortaleza, na categoria conto, promovido pela Fundação Cultural de Fortaleza (1997);
- ◆ Menção Honrosa pelos “relevantes serviços prestados” como membro da Comissão Julgadora do Concurso Literário “Conhecendo o Parlamento”, promovido pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;
- ◆ Orador convidado pelo Instituto Antropológico e Geográfico do Ceará, por ocasião do Dia da Cultura e da Ciência (1999);
- ◆ Sócio contribuinte da Associação Cearense de Imprensa.

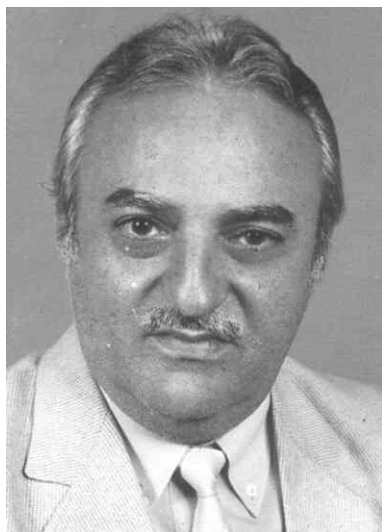
Outorgas, Troféus e Comendas:

- ◆ Medalha do Educador Edilson Brasil Soares;
- ◆ Incentivador da Cultura (Academia Antero de Quental);
- ◆ XVII Prêmio Robalo de Ouro (Programa Sérgio Bacarat – SP);
- ◆ Homenagem pelo Dia da Cultura e da Ciência (1991);

- ◆ Troféu de Honra ao Mérito da XX Festa da Personalidades Destaques de 1999, outorgado pela Rádio Metropolitana de Fortaleza;
- ◆ Troféu Clóvis Matias, do I Festival de Novos Humoristas (1999);
- ◆ Placa de Ouro do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em face do relevante apoio ao desenvolvimento cultural do Ceará (2000);
- ◆ Placa do Conservatório de Música Alberto Nepomuceno (2001);
- ◆ Troféu da Agência Brasileira de Inteligência, empreendedorismo cultural 2001;
- ◆ Troféu Barros Pinho – Mérito Esportivo (2001);
- ◆ Placa de Prata conferida pelo Maracatu Vozes D'África;
- ◆ Troféu Amigo do Montese;
- ◆ Troféu Deputado Jonas Carlos, uma promoção do jornalista Flávio Torres (2001);
- ◆ Troféu Jangada de Ouro do Ceará, Astros e Estrelas, homenagem menção honrosa (2001);
- ◆ Troféu Natal Solidário do SESC (2001);
- ◆ Troféu Amigo da Barra do Ceará (2002);
- ◆ Homenagem Especial da Associação Cearense Atletas Veterinários (2002);
- ◆ Troféu Fortaleza 273 Anos, conferido pelo Departamento de Correios e Telégrafos.

JOSÉ TARCÍSIO CAMPOS MONTEIRO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Icó/CE, a 21 de dezembro de 1937. Filho de Walfrido Monteiro Sobrinho e de Josefa Campos Monteiro. Irmão do ex-Deputado José Walfrido Monteiro, prematuramente desaparecido. Tarcísio Monteiro faleceu em Fortaleza a 08 de outubro de 1992.

Graduado em Enfermagem. Fez o curso primário no Seminário Diocesano São José, em Crato. O Ginásial no Seminário Arquidiocesano de Fortaleza e o Científico no Colégio Fortaleza. Formou-se na área de saúde, na especialidade de enfermagem, em nível superior.

Participou de vários cursos, seminários e congressos, entre os quais se destacam: Encontro de Enfermagem, realizado na Fundação Universidade Regional do Nordeste; eventos no Hospital Alcides Carneiro (Simpósio de Ginecologia e Obstetrícia); no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (Curso no Departamento de Enfermagem e Obstetrícia); na Sociedade Médica de Campina Grande/PB (Curso de Primeiros Socorros de Paradas Cardíacas na Sociedade Grande).

Foi membro especial da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEM; do Diretório Regional dos Estudantes; Diretor da Clínica Walfrido Monteiro Sobrinho, em Icó; professor de Biologia do Colégio e Escola Normal Senhor do Bonfim, em Icó; e Diretor do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, no Governo Ciro Gomes.

Foi um tenaz lutador na defesa dos interesses do seu município, tendo participado diretamente da viabilização das seguintes obras públicas até hoje trazendo benefícios à comunidade:

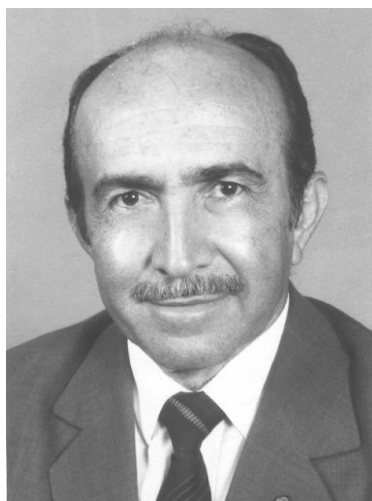
- ◆ Construção de Unidades de Saúde Regional, entre os quais o Hospital Regional Walfrido Monteiro Sobrinho, numa justa homenagem a seu pai, um dos maiores líderes políticos da Região;
- ◆ Construção da rede de estabelecimento de água na periferia;
- ◆ Transformação da unidade sanitária de Serviço Especial de Saúde – SSP;
- ◆ Recuperação do trecho Icó a Iguatu;
- ◆ Construção de linhas de energias rurais, possibilitando a irrigação, no Alto da Várzea e Baixo da Roncadeira;
- ◆ Construção de grupos escolares em toda comunidade rural;

- ◆ Extensão de repetidora em Alto da Várzea e Icozinho;
- ◆ Construção de estradas ligando Icó-Fazenda Icó-Pedrinhas;
- ◆ Interferiu e desenvolveu ações junto ao DNOCS, visando o atendimento dos pleitos de interesse do seu município, em especial, os direcionados à construção de açudes e estradas.

Deputado constituinte na histórica legislatura de 1987–1990, exerceu com dedicação e tenacidade suas atividades parlamentares. Foi o Voto de Minerva para liberação do 13º salário dos servidores estaduais, em 1987.

JÚLIO GONÇALVES REGO

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL



Nasceu a 28 de dezembro de 1932, em Tauá/CE. Filho de José Waldemar Rego e de Elisabete Gonçalves Rego.

Médico. Formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Recife/PE, em 1956. Pós-graduado, com nível de Especialização em Medicina do Trabalho pela Universidade Federal do Ceará, em 1974. Acadêmico interno do Serviço de Assistência a Psicopatas do Hospital Correia Picanço (Recife, de 1952 a 1953), do Serviço de Saúde do 3º Distrito Naval (de 1954 a 1956), do Pronto Socorro do Recife (urgentista, de 1955 a 1956), da Maternidade de Afogados (Recife – obstetrícia e ginecologia – de 1955 a 1956), da SAMDU, por concurso (Recife - transfusionista, 1956); Médico do Departamento Estadual de Saúde do Ceará (admitido em 1958); Médico-chefe do Posto de Saúde de Tauá (de 1958 a 1962); Médico do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra Secas) em 1958.

Eleito Prefeito de Tauá em 1962, pelo PSD (Partido Social Democrático). Deputado Estadual nas legislaturas de 1967, 1971, 1975, 1979, 1983, 1987 e 1991; Vice-Presidente da Assembleia Legislativa em dois períodos (em 1971–1972 e 1981–1982). Assumiu o Governo do Estado por várias vezes, quando Presidente da Assembleia Legislativa nos Governos: César Cals, Virgílio Távora, Tasso Jereissati e Ciro Ferreira Gomes; Presidente da Assembleia Legislativa no período de 01.02.1991 a 01.02.1993. Líder do Governo na administração Ciro Gomes.

Secretário de Saúde no Governo César Cals (de abril de 1973 a maio de 1974); Membro do Diretório Regional da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e da Executiva Regional (eleito em 1975); tesoureiro do Partido da Frente Liberal (PFL) até 1979; membro da Executiva Estadual do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), do qual foi 1º vice-presidente em 1993. Conselheiro Efetivo do Tribunal de Contas do Estado (nomeado a 06.09.1994, pelo governador Ciro Gomes); foi presidente do Tribunal de Contas do Estado no biênio 1996–1997.

Foi membro fundador do Lions Club de Tauá; membro benemérito da Academia Cearense de Medicina (honraria recebida em 1996); honorário da Academia de Letras e Ciências de São Lourenço (MG), cadeira nº 29, recebida em 16.05.1992. Recebeu Título de Ami-

go do Corpo de Bombeiros, que lhe conferiu a “Machadinha Simbólica da Corporação”, em 02.07.1992. Título de Cidadão dos municípios de Aiuaba, Quiterianópolis e Parambu.

Comendas/Medalhas:

01. Comendas: Troféu Governador César Cals – “Personalidades Destaques”, da Rádio Dragão do Mar (1982 e 1992); Honra ao Mérito - Programa Armando Vasconcelos; Mérito Judicial do Trabalho, Grau de Comendador (concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho - 7ª Região).

02. Medalhas: Vermeil, da Integração de Ciências da Saúde (concedida pela Academia de Medicina Militar); Comemorativa do VI Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas (realizado em Fortaleza, de 24 a 28 de setembro de 1972); Comemorativa do Sesquicentenário de Fortaleza e do Sesquicentenário de Santos Dumont (conferida pela Academia Brasileira de Medicina Militar); Comemorativa aos 10 anos do jornal Diário do Nordeste (em 1991); do Mérito Policial Militar (junho de 1992).

LIADERSON PONTES FILHO

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL



Nasceu em São Gonçalo do Amarante/CE, filho de Liaderson Oliveira Pontes e de Rita de Cássia Brasileiro Pontes, em 10 de maio de 1949. Faleceu em Fortaleza a 1º de maio de 2019.

Engenheiro Civil e Engenheiro Econômico. Iniciou seus estudos básicos no Colégio São João em Fortaleza, concluindo o secundário no Colégio Castelo Branco, igualmente nesta capital.

Graduou-se em Engenharia Civil, na Universidade Federal do Ceará, em 1973; em Engenharia de Segurança do Trabalho, na Escola de Engenharia Kennedy, em Minas Gerais, em 1976 e em Engenharia Econômica, na Universidade Católica de Minas Gerais, em 1977.

Participou dos seguintes cursos e seminários:

- ◆ Ação Gerencial como Fato de Desenvolvimento e Organização – Senai – Departamento Regional do Distrito Federal (03.10.1974);
- ◆ 1º Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, realizado pela Comissão do Distrito Federal – convidado oficial (21.08.1974);
- ◆ Curso Intensivo de Especialização em Administração, patrocinado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais e ministrado pelo Centro de Desenvolvimento em Administração da Fundação João Pinheiro, em conjunto com a Graduate School of Business – Columbia University (26.03.1976);
- ◆ Curso “Administração do Capital de Giro”, promovido pelo Centro de Desenvolvimento em Administração Paulo Camillo de Oliveira Penna da Fundação Pinheiro – Minas Gerais (15.09.1977).

Sua experiência profissional, de grande relevo na área de engenharia e obras, abrange entre outros o exercício das funções abaixo:

- ◆ Responsável técnico sob o regime de administração direta, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), em Brasília/DF, no período de 11.04.1974 a 04.03.1975;

- ◆ Engenheiro da firma Tecno Engenharia Ltda. – Minas Gerais, no período de 05.05.1975 a 14.05.1976;
- ◆ Responsável Técnico pela firma Saneamento, Construção Ltda. (Sancol) – Minas Gerais (02.01.1977 a 05.04.1979);
- ◆ Diretor Técnico da firma Tecno Engenharia Ltda.;
- ◆ Engenheiro da firma CEMPLA – Construção, Engenharia e Planejamento Ltda. (01.02.1980 a 31.01.1981);
- ◆ Responsável Técnico da firma GAMA Indústria e Comércio Ltda.;
- ◆ Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Caucaia/CE (1980 a 1985);
- ◆ Diretor Presidente da firma SOMA Comércio, Construção Ltda.;
- ◆ Delegado dos extintos Ministérios da Infraestrutura e transportes e Comunicações (22.12.1991 a 24.03.1993).

Na vida pública, atuou como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, na legislatura de 1987. Foi 4º secretário da Mesa Diretora da Casa do Povo, no período de 1989 a 1990.

Exerceu o cargo de engenheiro da Secretaria de Controle Urbano e Meio Ambiente.

LUIZ ALBERTO VIDAL PONTES

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Fortaleza/CE em 22 de janeiro de 1956. Filho de Ozires Pontes e de Dagmar Vidal Pontes. Casado com Karísia Pontes e pai de Ozires, Lucas e Gustavo. Ingressou na Universidade de Fortaleza – Unifor em 1977 para cursar Economia e graduou-se em Marketing. Hoje continua suas atividades empresariais nas áreas de distribuição de gás, indústria de embalagens, construção civil e telecomunicações. Mesmo não exercendo, no momento, mandato eletivo, não deixou de lado a política partidária, sua paixão de família.

Luiz Pontes é descendente de tradicional família de políticos oriundos da Zona Norte do estado do Ceará, que registra figuras como seu avô, o coronel João Pontes, que foi prefeito de Massapê, em 1925, e elegeu-se Deputado Estadual, em 1929. Seu pai, Ozíres Pontes, continuou a trajetória política da família. Foi deputado constituinte em 1947, pelo antigo PSD, e elegeu-se deputado federal por quatro mandatos consecutivos. Foi também senador e candidato a vice-governador. Compõem ainda a lista de políticos da família seus tios Vilmar Pontes, Aurimar Pontes e Pontes Neto, todos ex-deputados estaduais. Este último, cassado pela revolução de 1964 e de brilhante atuação parlamentar, foi homenageado pela Assembleia Legislativa com a criação do Memorial Deputado Pontes Neto.

Ingressou na política aos 27 anos quando foi eleito deputado estadual pelo PMDB em 1982 (legislatura 1983–1986). Membro da Comissão de Agricultura e Pecuária e da Comissão para Assuntos da Seca, além de vice-líder da bancada do PMDB. Reelegeu-se, em 1986, para Legislatura de 1987–1990. Nesse mandato, foi primeiro secretário da Mesa Diretora, vice-presidente do Diretório Regional do partido e líder do Governo Tasso Jereissati. Participou das Comissões de Orçamento e Finanças e a de Fiscalização.

Em 1990, já filiado ao PSDB, foi eleito deputado federal, quando ocupou o cargo de vice-líder nacional do partido e membro da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Orçamento.

Em 1994, voltou à Assembleia Legislativa e, no período de 1995 a 1996, foi líder do Governo no segundo mandato do governador Tasso Jereissati. No biênio 1997–1998, foi eleito presidente da Mesa Diretora. Entre suas ações como presidente do Parlamento

cearense, criou canais para maior aproximação da Assembleia Legislativa com a população, fortaleceu os trabalhos das Comissões Técnicas, dando condições e construindo espaços físicos destinados às reuniões dos parlamentares integrantes desses grupos de debates e trabalho.

Adotou, com esse pensamento, a compreensão de que as Comissões Técnicas representam o pulmão do Parlamento, de onde saem decisões importantes para a vida do cidadão, daí a necessidade de salas específicas para as reuniões.

A interiorização das atividades do próprio Legislativo foi marca da gestão de Luiz Pontes como presidente da Mesa Diretora. Sob o seu comando, a Assembleia criou uma agenda de encontros no interior do estado para ouvir as lideranças políticas, comunitárias, moradores dos vários municípios e distritos sobre os problemas que afetavam no dia-a-dia e as medidas que poderiam ser adotadas pelos governos estadual e federal.

Com essa iniciativa, a Assembleia Legislativa ganhou mais identificação com os cearenses, criando um elo permanente com os cidadãos por meio de suas Comissões Técnicas e, especialmente, da Comissão de Defesa do Consumidor. Uma equipe de técnicos e funcionários do Legislativo foi designada para atender, por meio de uma linha direta, as demandas de consumidores e beneficiários da Previdência Social.

Na defesa dos direitos do consumidor, uma das suas iniciativas foi a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar fraudes no pagamento do Seguro DPVAT (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres) aos familiares de vítimas fatais em acidentes de trânsito e que acabaram sendo enganados por uma máfia denunciada por desvio desses recursos.

Outra iniciativa de seu mandato como presidente, foi a criação do Memorial Pontes Neto através da Portaria nº 45/97, de 21 de março de 1997, homenageando um dos mais destacados parlamentares cearenses, tanto no exercício de suas funções políticas, quanto profissionais e humanitárias.

O espaço surgiu para atrair e receber informações, documentos, peças e publicações sobre a história política do Ceará e, principalmente, do Parlamento estadual.

Com a ideia do Memorial Pontes Neto, na visão de Luiz Pontes, a Assembleia ultrapassou o conceito de um espaço meramente informativo, promocional e de exposições, e abriu-se para promover, pelo estímulo ao debate, a formação política dos cidadãos, além de fazer justiça aos homens e às mulheres que construíram o Parlamento, cada um trazendo, a seu tempo e a sua hora, não apenas a representação dada pelo voto, mas todo o acervo humano que, no conjunto, forma o rico caldo de cultura em que prosperou a representação política em nosso Estado.

O então deputado Luiz Pontes foi ainda membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. E presidente da Executiva Regional do PSDB.

Em 1998, foi eleito senador da República com 1.433.020 sufrágios (63,43% dos votos válidos), um reconhecimento dos cearenses pelo trabalho desenvolvido como presidente da Assembleia Legislativa. Assumiu o mandato no dia primeiro de janeiro de 1999.

Como senador, integrou diferentes Comissões Técnicas, como, por exemplo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Comissão de Assuntos Econômicos; Comissão de Educação, Cultura e Esporte; Comissão de Assuntos Sociais; Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e Comissão de Transporte e Infraestrutura.

A apresentação e aprovação de projetos de lei para melhorar a saúde, educação e combater as desigualdades regionais, ganharam, também, destaque no mandato de Luiz Pontes no Senado. Destacamos a criação do Fundo de Apoio à Cajucultura (Funca-

ju), transformado em lei no ano de 2014, por um projeto substitutivo do senador Eunício Oliveira (PMDB).

O Projeto do Funcaju surgiu a partir das reuniões da Assembleia Legislativa no Interior do Ceará, das visitas a campos de cultivo do caju e encontros com os representantes da cajucultura - pequenos, médios e grandes produtores, trabalhadores e industriais.

A proposta autorizava o Governo Federal a criar um fundo com a finalidade de financiar a modernização da agroindústria do setor, fortalecer a exportação, promover a defesa do preço no mercado interno e externo, garantir os direitos e melhorias para o trabalhador rural, incentivar o aumento da produtividade, bem como o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à qualificação e aumento da produção do caju.

Outra propositura do senador acrescentou parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto. Pontes apresentou, ainda, projeto de lei instituindo a gratuidade na emissão do documento CPF (Cadastro de Pessoas Físicas).

Luiz Pontes foi indicado relator de, pelo menos, 113 proposições nas Comissões Técnicas do Senado. Os projetos e matérias abordavam diferentes assuntos e tinham repercussão na vida dos brasileiros e, especialmente, dos nordestinos.

Dentre as várias propostas relatadas pelo senador, uma das matérias tratava do pedido de autorização da União para contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos). Os recursos, com origem do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), eram destinados ao Banco do Nordeste do Brasil S/A para o financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas (PEM). Segundo Luiz Pontes, naquele momento o País precisava fortalecer as ações e estimular a ampliação dos pequenos negócios e, nesse aspecto, o Senado deu a sua contribuição ao segmento que mais emprega no Brasil.

Outra matéria importante relatada foi a que dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo. Relatou ainda o projeto que dispõe sobre a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara, autoria do então deputado federal Adolfo Marinho; e projeto regulamentando a profissão do Corretor de Imóveis, autoria do senador Ney Suassuna.

Ao longo de quatro anos de mandato (1999–2002), Luiz Pontes relatou 51 projetos de Decreto Legislativo, 31 Projetos de Lei do Senado, 14 Projetos de Lei da Câmara Federal e 07 Propostas de Emenda à Constituição Federal.

Em 2003, convidado pelo então governador Lúcio Alcântara, Luiz Pontes licenciou-se do mandato de senador para ocupar o cargo de secretário de Governo do Ceará, quando empunhou, ao lado do governador, bandeiras importantes em defesa dos interesses do Ceará, como o fortalecimento da cajucultura e a liberação de recursos destinados a importantes obras de infraestrutura, como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, melhoria da malha rodoviária e ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins.

Em 2007, Luiz Pontes assumiu novamente mandato de deputado estadual na 27ª Legislatura da Assembleia Legislativa e, em 2010, decidiu afastar-se da disputa eleitoral e passou a dedicar-se às atividades empresariais. Mesmo assim, não deixou de lado a vida política partidária.

Voltou à Presidência do PSDB no período de 2013 a 2017 e no dia 31 de maio de 2019, foi eleito para quarto mandato no comando da executiva estadual da agremiação.

MARIA DIAS CAVALCANTE VIEIRA

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Filha de Valdemar Dias Cavalcante e de Josefa Costa Cavalcante. Nasceu em Monsenhor Tabosa/CE, a 31 de maio de 1947.

Professora Universitária. Iniciou seus estudos em sua cidade natal, nas Escolas Isoladas e Escolas Reunidas Padre Inácio Américo Bezerra. Fez o Curso Ginásial no Ginásio Virgem Poderosa, em São Benedito e o Curso Normal no Colégio Rui Barbosa. Graduou-se em Economia Doméstica na Escola Doméstica São Rafael, ambos em Fortaleza. Bacharelou-se na Universidade Estadual do Ceará em 1978, e especializou-se posteriormente no Centro de Estudos Sociais Aplicados da mesma Universidade, em 1992/93, na área de Administração de Recursos Humanos. Tem Mestrado em Gestão Pública e Modernização Administrativa da Universidade do Vale do Acaraú, e Universidade Internacional de Lisboa (1999–2002).

Possui formação em Inteligência Emocional, cumprido no Instituto Mário Kozinner, em 1999, em Fortaleza/CE, e participou dos seguintes eventos socioculturais: seminário estadual de mão-de-obra (1975); encontro de representantes municipais de educação (1976); seminário de integração docente assistencial do Centro de Ciências da Saúde – UFC (1978); IV e VIII encontros nacionais de supervisores educacionais (1981 e 1985); seminário de ação e bem-estar social (1985); seminário internacional de parlamentares de língua francesa (1986); seminário de marketing política e propaganda eleitoral (1986); seminário de informática em governos estaduais (1987); encontro nacional de secretários de administração (1987); seminário interdisciplinar de metodologia da resolução criativa e desenvolvimento (1987); encontro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, representando o Governo Estadual (1988); membro da Associação dos Supervisores de Educação do Estado do Ceará – ASSECE – a partir de 1978; presidente fundadora da Associação das Primeiras Damas Municipais do Ceará (1985–88); membro do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, de 1986 a 1994; presidente do movimento de promoção social de Boa Viagem/CE (1983–88); encontro nacional de profissionais de recursos humanos na administração pública – Paraná (1988); IV seminário de interiorização de atividades promocionais (1989); encontro de diretores de hospitais do Norte e Nordeste (1974); encontro extraordinário de secretários estaduais de administração – FESP/RJ (1989).

Detém, ainda, treinamento em nível de extensão cultural nas seguintes áreas: dinâmica de grupo (1973); estrutura, funcionamento e doutrina do ensino supletivo (1975); organização de secretaria – IBAM/Rio de Janeiro (1974); treinamento de pessoal técnico e administrativo (1976); curso integrado de liderança e processo decisório (1980); curso prático de orientação administrativa – UFC; curso de administração hospitalar – Escola de Administração do Ceará (1972); e curso de administração – MEC/DESU/CETEB (1978).

Compõe seu currículo profissional o desempenho das seguintes funções abaixo:

- ◆ Professora da Escola Vicente Ribeiro do Amaral, em Monsenhor Tabosa/CE (1968), da Escola Normal Dr. José Vieira Filho, em Boa Viagem/CE (1969–1972) e da Escola Padre Antônio Correia Sá, em Boa Viagem (1973–1974);
- ◆ Secretária de Educação e Cultura do Município de Monsenhor Tabosa (1968);
- ◆ Secretária de Educação, Saúde e Bem-estar Social de Boa Viagem (1969–1974);
- ◆ Secretária de Administração do Estado do Ceará (1987–1989);
- ◆ Diretora Superintendente do Serviço de Assistência Médica de Boa Viagem (1973–1975);
- ◆ Diretora de Aprendizagem e Qualificação DESU/Secretaria de Educação do Estado do Ceará (1975–1976);
- ◆ Presidente da Comissão do Mobral no Município de Boa Viagem (1971–1974) e Assessora Administrativa da Prefeitura de Boa Viagem (1976–1978);
- ◆ Supervisora Escolar da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (1978–1982) e da TV Educativa (1982);
- ◆ Consultora do Governo do Estado de Mato Grosso para fins de reforma administrativa (1991–1992);
- ◆ Sócia gerente do Instituto de Desenvolvimento Pessoal e Criatividade (1991–1997) e Consultora de Organização Administrativa e Recursos Humanos (1991–1999);
- ◆ Professora de estrutura e funcionamento do ensino básico, política educacional, didática e ação docente supervisionada nos cursos especiais de formação de professores de ensino fundamental (1999–2002); professora de metodologia do trabalho científico, curso de pedagogia em regime especial (1999–2002); e professora orientadora de ação docente supervisionada de cursos especiais da Universidade Estadual do Ceará, nos municípios de Aracoiaba, Caucaia e Fortim (1999–2002).

Deputada estadual por duas legislaturas: 1983–1986, como suplente, e 1987–1990, eleita pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No Poder Legislativo cearense, ocupou a vice-presidência da Comissão de Serviço Público, foi membro das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, além de vice-líder do Governo. Diretora Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no biênio 1993–1994.

MARIA LÚCIA MAGALHÃES CORRÊA

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Senador Pompeu/CE, a 20 de maio de 1931. Filha de Adalberto Benevides de Magalhães e Perpétua Sá Benevides de Magalhães.

Educadora. Sua formação escolar foi feita nos colégios Lourenço Filho e Liceu do Ceará, e sua graduação em Filosofia Pura pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, em 1951. Professora por vocação e formação, lecionou nos colégios Rui Barbosa, Farias Brito e Janusa Corrêa, onde foi Diretora Geral por 17 anos.

Seu ingresso na vida pública se deu na administração do engenheiro Danilo Dalmo da Rocha Corrêa, seu esposo, na Prefeitura Municipal de Caucaia, onde, na condição de Secretária de Educação, desenvolveu um trabalho de grande avanço na educação municipal do Estado.

Seu primeiro mandato parlamentar, com expressiva votação popular levou-a à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará onde, sob a orientação do seu sogro, o grande político cearense deputado Edson da Mota Corrêa, desenvolveu um relevante trabalho na área de educação e de infraestrutura, inclusive a construção de dezenas de escolas que possibilitaram o aumento dos níveis educacionais da população do município de Caucaia.

Em 1986, retornou ao Parlamento estadual onde exerceu, por dois anos a Presidência da Comissão de Educação e a 3ª Secretaria da Mesa Diretora da Casa do Povo. Nessa legislatura, atuou como deputada constituinte, participando intensamente das propostas e da redação dos artigos que compõem a atual Constituição estadual, sobretudo as referentes à educação e ciência e tecnologia, com o apoio da Universidade Estadual do Ceará. Foi articuladora, junto ao governador Tasso Jereissati, na implantação da Escola da Fundação Bradesco, em Caucaia.

Seu terceiro mandato parlamentar, iniciado em 1990, deu-lhe a oportunidade de ocupar, novamente, a Presidência da Comissão de Educação, onde promoveu o 1º Fórum da Educação na Constituição, participando também como membro das Comissões de Meio Ambiente e de Direitos Humanos e vice-presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços.

Em 1º de setembro de 1998, retornou à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Sob sua iniciativa foi realizada uma sessão solene em homenagem ao centenário do deputado Edson da Mota Corrêa, que dignificou o Parlamento por sete mandatos consecutivos.

Maria Lúcia teve o privilégio de passar o legado de sua carreira política à sua filha Inês, eleita deputada estadual no último pleito, com a maior votação do estado do Ceará assegurando, assim, a continuidade do compromisso da família com o povo e o município de Caucaia.

Entre os cargos e funções desempenhados em sua extensa e profícua carreira pública a deputada Maria Lúcia Corrêa exerceu:

- ◆ a Presidência do Conselho Estadual de Apoio à Pessoas Portadoras de Deficiências, em 1984;
- ◆ a Direção do Departamento de Ensino (DEN) e a Chefia do Gabinete do Secretário de Educação do Estado do Ceará, Prof. Irapuan Aguiar, em 1983;
- ◆ a Presidência da Associação Cristã Feminina de Caucaia, da qual foi fundadora;
- ◆ a Presidência do Movimento Social de Caucaia;
- ◆ a Presidência do PSDB de Caucaia.

Pelos relevantes serviços prestados ao município de Caucaia, recebeu o título de Cidadã Caucaense, outorgado pelo prefeito Domingos Pontes, através da Lei nº 465, de 12 de abril de 1988.

PEDRO JOSÉ PHILOMENO GOMES FIGUEIREDO

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL



Nasceu em Fortaleza/CE, a 22 de abril de 1947. Filho de Francisco Leite Figueiredo e de Maria Isabel Gomes Figueiredo.

Empresário/Contabilista. Fez seus primeiros estudos no Colégio Cristo Rei, em seguida foi para o Colégio Cearense do Sagrado Coração. Formou-se em Contabilidade Técnica pelo Colégio Fênix Caixeiral.

Ainda muito jovem, assumiu a Diretoria Administrativa da Caju do Brasil S/A – CAJUBRÁS. Exerceu as funções de conselheiro administrativo da Guarautos Veículos e Peças S/A; diretor de F. Figueiredo, Comércio, Administração e Participação Ltda.; fundador e diretor da Rádio Guarany Ltda.

Apreciador dos esportes, tendo como admiração principal a equitação, também foi presidente do Jockey Clube do Ceará.

Como político, exerceu com grande eficiência dois mandatos parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, respectivamente nas legislaturas de 1983–1986 e 1987–1990. Foi presidente do Partido Democrático Social (PDS), e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em Pacajus.

Em 2008, foi eleito à Prefeitura de Pacajus para o quadriênio 2009–2012, pelo PSDB.

RAIMUNDO GOMES FARIAS

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Ipu/CE, a 23 de março de 1937, filho de Bernardo Afonso de Farias e de Maria Celestina de Farias.

Advogado. Iniciou sua vida escolar com a professora Carmosita Xerez, em sua cidade natal. Transferiu-se para a Escola Apostólica de Baturité e posteriormente para o Colégio dos Jesuítas, igualmente naquele município. Em seguida estudou no Colégio Sobralense, passando para o Liceu do Ceará, em Fortaleza, onde concluiu os cursos ginasial e científico.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFC. Atuou com destaque na área criminalista. Jornalista, membro da Associação Cearense de Imprensa (ACI), e radialista de imensa popularidade. Construiu, com sucesso, carreira na imprensa escrita, falada e televisionada do nosso Estado, além de desenvolver, igualmente, atividades empresariais no setor publicitário.

Como profissional do rádio, cobriu vários eventos esportivos, entre os quais algumas Copas do Mundo, tendo atuação destacada na Copa Mundial da França, distinguindo-se como um dos melhores narradores desse acontecimento esportivo internacional.

A conquista de sua expressiva popularidade junto ao grande público levou-o a ingressar na vida política. Elegeu-se pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1982, deputado estadual, obtendo consagradora votação, sobretudo em Fortaleza, onde recebeu cerca de 5% dos sufrágios da capital cearense. Reeleito em 1986, pelo PSDB deu continuidade ao seu trabalho no Parlamento estadual, apresentando diversos projetos importantes, mormente direcionados à educação, saúde e desporto.

Nas eleições de 2002, foi reconduzido à Casa do Povo pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST), com 18.104 votos. Cumpriu seu terceiro mandato de deputado estadual entre 2003–2006. Em 2010, assumiu como suplente pela legenda do Partido Social Democrata Cristão (PSDC).

RAIMUNDO NONATO PRADO DE AGUIAR

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL



Nasceu em Aires de Sousa, Sobral/CE a 18 de setembro de 1941. Filho de Sebastião Parente Aguiar e de Maria da Conceição Prado de Aguiar.

Industrial/Empresário. Autodidata, fez seus primeiros estudos na fazenda onde foi criado, em Camocim Atá, no município de Sobral, em companhia dos seus avós, sob a orientação de uma professora particular. Com o auxílio de outra mestra, continuou sua formação escolar em Sobral, ingressando em seguida na Escola Técnica de Comércio D. José, de onde foi para a Universidade Vale do Acaraú, frequentando o curso de Filosofia, não chegando a concluí-lo.

Menino inteligente e vontadoso, com facilidade para fazer amizades, sua vocação e tino comercial foram despertados com muita força, precocemente. Seu primeiro emprego foi o de vendedor, numa casa de miudezas, onde permaneceu por dois anos. Sua atuação foi sobremodo convincente que, pouco tempo depois, seu patrão Orion Ferreira o promoveu a sócio participativo, com 30% nos lucros. Esse foi o primeiro e grande impulso de sua vida.

Nonato Prado, em 1967, resolveu estabelecer-se em Fortaleza, passando a atender clientela específica, composta por mais de 500 comerciantes que mantinham negócios com sua empresa, do ramo de miudezas em geral. Em 1985, no auge de suas atividades empresariais fundou a Construtora Prado Empreendimentos Imobiliários Ltda., que teve uma existência bastante profícua, construindo vários edifícios e participando de inúmeros empreendimentos, como comercialização e produção na indústria pesqueira de 1974 a 1990, com exportações de lagosta e camarão para os Estados Unidos e Europa.

Sua vida política teve início em 1978, como candidato a deputado estadual, ficando na 10ª suplência. Em 1982, novamente candidato, logrou a 7ª suplência, chegando a assumir o seu mandato, em 1984. Em 1986, candidatou-se pela terceira vez, dessa feita conquistou a 2ª suplência e assumiu por várias vezes a cadeira de deputado. Com o falecimento prematuro do então deputado Teófilo Girão e devido à saída de outros parlamentares eleitos para administração de seus municípios, efetivou-se na legislatura, até o final do mandato.

Eleito no pleito de 1990 com expressiva votação e entre os primeiros do Partido Democrático Social (PDS), assumiu como titular a cadeira de deputado estadual, cumprindo integralmente seu mandato na legislatura de 1991–1994.

Desligou-se das atividades políticas, retornando às lides empresariais com bastante sucesso, dedicando-se por inteiro a esta nova etapa de sua vida.

TEODORICO JOSÉ DE MENEZES NETO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Pacajus/CE a 28 de abril de 1948. Filho de Teodorico de Menezes Filho (ex-vereador e ex-prefeito de Pacajus) e de Naíde Costa Menezes (influyente liderança política daquele município).

Contador e Advogado. Iniciou os estudos no Colégio Farias Brito, em Fortaleza, tendo completado o 2º grau no Colégio Sobralense. Bacharel em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal do Ceará (1975), com curso de especialização em Administração de Empresas. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Fortaleza – Unifor.

Ingressou no serviço público municipal nas funções de Agente de Arrecadação, em 1963, em Pacajus. Concursado para as funções de processador de dados do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), em 1966. Em abril de 1969, assumiu as funções de agente administrativo e, em abril de 1980, através de concurso, foi promovido para as funções de nível superior como contador.

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Ibra, em Sobral (1966); em maio de 1977 assumiu a chefia do Serviço Executivo de Finanças; chefe da Seção Contábil da Coordenadoria Regional do Nordeste Setentrional (março de 1978); diretor executivo de Finanças da Coordenadoria Regional do Nordeste Setentrional, com jurisdição nos estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão (julho de 1978); assessor do superintendente da Coordenadoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/CE, com jurisdição nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte (1981).

Participou dos seguintes cursos e eventos: curso de supervisão administrativa – Serviço Nacional de Aprendizado (1969); curso de extensão cultural sobre os problemas do desenvolvimento brasileiro (1972); seminário de estudos sobre a integração da Amazônia – Universidade Federal do Ceará (1972); III encontro do sistema financeiro do Incra – Secretaria Nacional de Finanças do Incra (Rio de Janeiro/1974); IV encontro do sistema financeiro do Incra – Secretaria Nacional de Finanças do Incra (Rio de Janeiro/1974); curso de chefia e liderança – Ministério da Agricultura e Incra (Fortaleza/1976); curso de contabilidade pública – Secretaria de Pessoal do Incra (Brasília/1977); curso de administração financeira, contabilidade e auditoria – Ministério da Agricultura (Rio de Janeiro/1977);

curso de administração financeira, contabilidade e auditoria – Secretaria de Pessoal do Inkra (Curitiba/1977); curso sobre orçamento público – Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Associação Brasileira do Orçamento Público (Porto Alegre/1978); seminário de desenvolvimento de administração e gerência – Inkra/CE (1980); ciclo de estudos sobre segurança e desenvolvimento – Associação da Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro/1980); curso de administração financeira – Ministério da Agricultura – Inkra (Fortaleza/1981); curso sobre sistema de arrecadação de Receitas – Ministério da Agricultura – Inkra (Brasília/1983); congresso de Direito Comparado – Direito Brasileiro e Espanhol – La Facultad de Derecho de La Universidad Complutense de Madrid (Madri, Espanha/1997); Conferência Parlamentar das Américas (Quebec, Canadá/1997) e Jornada de Integração Jurídico-Parlamentar (Buenos Aires, Argentina/1998).

Ingressou na política quando eleito suplente de deputado estadual, pelo Partido Popular Socialista (PPS), em 1982. Eleito deputado estadual nas legislaturas de 1987 (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), 1991, 1995 e 1999, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Durante os anos de sua atuação parlamentar, foi presidente das comissões de Defesa do Consumidor (1988); de Constituição, Justiça e Redação (1994); do Trabalho, Administração e Serviço Público. Vice-líder do Governo Ciro Gomes (1993); líder do Governo Francisco Aguiar (1994); vice-líder (1995) e líder (1996) do PSDB; membro da Executiva Regional e delegado à Convenção Nacional do PSDB; presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apurar irregularidades nos pagamentos de diferenças aos aposentados rurais do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no estado do Ceará; presidente da Comissão Especial de Inquérito (CEI), criada para substituir a citada CPI; 1º vice-presidente da Assembleia Legislativa em 1996–1997. Assumiu a presidência da Assembleia Legislativa em janeiro de 1999, permanecendo até fevereiro, quando presidiu a eleição da Mesa Diretora (1999–2000) e a posse dos novos deputados para o quadriênio 1999–2002.

Dentre os mais de 50 Projetos de Lei apresentados pelo deputado Teodorico Menezes, destacam-se:

- ◆ N° 39/87 – define a aglomeração urbana do caju, estabelecendo normas complementares sobre o parcelamento do solo urbano em sua área, e dá outras providências;
- ◆ N° 88/87 – proíbe no território cearense o depósito de lixo radioativo;
- ◆ N° 20/91 – dispõe sobre os critérios de distribuição percentual de 25% do Imposto sobre operação relativo à Circulação de Mercadorias e sobre a prestação de Serviços do transporte interestadual e intermunicipal de comunicação (ICMS) pertencentes aos municípios;
- ◆ N° 10/93 – dispõe sobre terras públicas e particulares, disciplina sua ocupação e dá outras providências;
- ◆ N° 10/95 – dispõe sobre a destinação específica aos não-fumantes da área reservada dos lugares de restaurantes, lanchonetes, pizzarias e assemelhados no Estado do Ceará;
- ◆ N° 13/95 – dispõe sobre a política agrícola para o Estado do Ceará e institui o Conselho Estadual de Política Agrária e dá outras providências;
- ◆ N° 156/95 – cria a Delegacia do Idoso no Estado do Ceará e dá outras providências;
- ◆ N° 26/96 – cria na estrutura organizacional da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, a Defensoria Pública do Idoso e dá outras providências;
- ◆ N° 27/96 – cria na estrutura organizacional do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, um Juizado de Pequenas Causas, para funcionar nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;

- ◆ N° 78/96 – estabelece tópicos para a programação de atividades escolares da Rede Pública Estadual e dá outras providências;
- ◆ N° 83/96 – dispõe sobre a política agrícola do Estado do Ceará e institui o Conselho Estadual de Política - CEPAG, e dá outras providências.

Promoveu, também, diversas audiências públicas à frente da Comissão de Trabalho e Serviço Público, com destaque para as seguintes: Debate sobre o Conselho de Contas dos Municípios; discussão do Projeto de Lei que torna obrigatória a instalação de portas de segurança nas agências bancárias; discussão sobre a licitação de obras de duplicação da BR-116, no trecho Fortaleza–Pacajus; debate sobre a implantação de nova política salarial dos Serviços Públicos Estaduais; debate sobre a elaboração do novo mapeamento do estado do Ceará e sobre a situação da Ematerce e da Polícia Civil do Estado do Ceará.

Foi nomeado Conselheiro efetivo do Tribunal de Contas do Estado, em outubro de 1999, em vaga indicada pela Assembleia Legislativa, por unanimidade de votos. Presidiu o Tribunal de Contas do Estado no biênio 2000 a 2002.

TOMAZ ANTÔNIO BRANDÃO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Crateús/CE a 13 de abril de 1942. Filho de João Batista Brandão e de Ana Filizola Brandão. Faleceu em 18 de março de 2015.

Iniciou seus estudos no Ginásio São Benedito. Transferiu-se posteriormente para Fortaleza e concluiu seu curso secundário no Liceu do Ceará. Graduiu-se em Odontologia pela Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará, em 1968. Foi escrivão de Polícia antes de formar-se e entrar na política.

Seu tio Coronel Francisco Júlio Filizola, ex-prefeito de São Benedito, ex-deputado estadual e chefe político de grande prestígio em São Benedito, incentivou-o a ingressar nas lides políticas.

Naquele município desenvolveu um consistente trabalho voltado às populações carentes da região da Ibiapaba, o que veio a credenciar-lhe a se tornar, em curto prazo, numa forte liderança local e regional.

Com efeito, já em 1967, aos 25 anos, foi eleito o vereador mais votado de São Benedito. Naquela ocasião, foi escolhido, também, secretário e presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal. Em 1972, foi eleito prefeito de São Benedito, tendo realizado uma administração eficiente e de grande aceitação popular.

Em 1978, concorreu pela primeira vez a uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, ficando como suplente. Em 10 de outubro de 1980, foi efetivado na Casa do Povo, cumprindo mandato até o final da legislatura.

A partir daí, foi reeleito sucessivamente por seis legislaturas. Ocupou por várias vezes posições na Mesa Diretora do Legislativo, nos cargos de 4º secretário (1993–1994), 2º vice-presidente (1989–1990) e, interinamente, a Presidência da Assembleia.

Foi membro titular das Comissões Técnicas de Constituição e Justiça; Economia, Indústria e Comércio; Direitos Humanos; Viação, Obras Públicas, Transporte e Comunicação; Assuntos Municipais; Fiscalização Financeira e Tomada de Contas; Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido. Foi vice-líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), vice-líder do Governo do PSDB e líder desse mesmo partido no Parlamento estadual.

Presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), das Carteiras de Estudantes e as comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas; Defesa do Consumidor; Seguridade Social e Saúde (por duas vezes).

Diretor administrativo da Superintendência de Obras do Estado do Ceará (Soec). Sua liderança política, plenamente consolidada, resultante de mais de 30 anos de dedicação às comunidades que representa, alcançaram também, seus familiares. Sua esposa, Simone de Freitas Brandão foi vice-prefeita de São Benedito. Seu filho, João Almir de Freitas Brandão (in memorian), foi prefeito, do mesmo município, no período de 01.01.1997 a 29.11.1998.

PARTICIPANTES

CARLOS ALBERTO CRUZ

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu a 03 de dezembro de 1932 em Juazeiro do Norte/CE, filho de José Geraldo da Cruz e de Maria Idalina Feitosa.

Advogado. Iniciou sua vida escolar na Escola Normal Rural de sua cidade e o curso secundário no Colégio Salesiano São João Bosco, igualmente em Juazeiro do Norte. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal da Paraíba.

Ingressou na vida pública em 1962, na extinta União Democrática Nacional (UDN), quando tornou-se vereador da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte. Elegeu-se deputado estadual pela primeira vez em 1978. Posteriormente, foi reeleito para as legislaturas de 1983 e 1987, pelo Partido Democrático Social (PDS); 1995, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e 1999, pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Prefeito Municipal de Juazeiro do Norte, em 1989.

Participou por alguns meses da Constituinte de 1989, quando renunciou ao mandato de deputado estadual para assumir a Prefeitura de Juazeiro do Norte.

No Parlamento estadual foi 3º secretário da Mesa Diretora, no biênio 1987–88; presidente de várias Comissões Técnicas; líder do PMDB e do PFL na Casa do Povo.

Sua atuação parlamentar foi de grande relevo. Fez parte, como membro, das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação; de Trabalho, Administração e Serviço Público; Agropecuária e Recursos Hídricos; Educação, Cultura e Desporto; Meio Ambiente; Seguridade Social e Saúde; Direitos Humanos e Cidadania; Defesa do Consumidor; Indústria, Comércio, Turismo e Serviço; e Viação, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior. Apresentou projetos importantes em prol da região caririense e batalhou incansavelmente pelos pleitos de interesse dos municípios de sua área de atuação.

Exerceu pela segunda vez o mandato de prefeito municipal de Juazeiro do Norte, deixando a Prefeitura daquela cidade em 2006, com mais de 2.500 obras realizadas.

Presidente do Rotary Clube de Juazeiro do Norte e do Treze Atlético Juazeirense.

CASIMIRO LEITE DE OLIVEIRA NETO

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL



Nasceu em Fortaleza/CE, a 08 de fevereiro de 1954, filho de José Batista de Oliveira e de Maria José Albuquerque de Oliveira.

Advogado. Fez seus primeiros estudos no Colégio 7 de Setembro e complementou-os no Colégio Lourenço Filho. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Na vida pública, exerceu os cargos de chefe de Gabinete da Imprensa Oficial do Estado do Ceará; assessor da Diretoria do BEC Imobiliária; delegado da Superintendência Nacional do Abastecimento – Sunab/CE e assessor jurídico da Secretaria de Governo do Ceará.

Como político, desenvolveu atividades parlamentares na Assembleia Legislativa, na condição de suplente na Legislatura de 1983–1986, assumindo efetivamente essas funções em 04.08.1983. Eleito deputado estadual, cumpriu mandato integral, na Legislatura 1987–1990, desenvolvendo um trabalho de grande alcance, sobretudo, em favor das classes menos favorecidas da capital cearense. Reeleito para a Legislatura de 1995–1998.

Desempenhou mandato eletivo junto à Câmara Municipal de Fortaleza, como vereador pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), eleito em 2000, dando continuidade ao importante trabalho antes empreendido por sua mãe no Legislativo municipal, a vereadora Maria José Oliveira. Em 2005, assumiu o segundo mandato de vereador de Fortaleza, pelo Partido Progressista (PP). Reeleito em 2009, pelo mesmo partido; já em 2013 e 2017 foi reconduzido à Câmara de Fortaleza pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Na Mesa Diretora da Câmara Municipal, ocupou o cargo de 2º vice-presidente, na legislatura de 2001 a 2002. De 2010 a 2011, ocupou o cargo de 2º Secretário. Casimiro exerceu ainda a Presidência da União dos Vereadores do Estado do Ceará – UVC e foi vice-presidente da mesma entidade, em nível nacional.

No âmbito privado, como empresário, dirige, como proprietário, a Cerâmica São José, em Pacatuba/CE.

CIRO FERREIRA GOMES

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu a 06 de novembro de 1957, em Pindamonhangaba/SP. Filho do ex-prefeito de Sobral, José Euclides Ferreira Gomes, e da professora paulista Maria José Santos Ferreira Gomes. Aos cinco anos de idade, a família mudou-se de São Paulo para o Ceará, retornando a Sobral, cidade de origem do seu pai.

Formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É autor das seguintes obras: *No país dos conflitos* (1994); *O próximo passo – Uma alternativa prática ao neoliberalismo* (1995), em parceria com o professor Mangabeira Unger; e *Um desafio chamado Brasil* (2002).

Seu primeiro contato com a vida política foi através do movimento estudantil. Em 1979, concorreu às eleições da União Nacional dos Estudantes (UNE), quando disputou o cargo de vice-presidente pela Chapa Maioria. Aos 24 anos, teve assento como deputado estadual pelo Partido Democrático Social (PDS).

Em 1983, um ano após ser eleito, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ainda no PMDB, em 1986, reelegeu-se deputado estadual, participando, assim, brevemente, da Constituinte de 1989. Em 1988, foi eleito prefeito de Fortaleza pela chapa PMDB-PMB (Partido Municipalista Brasileiro), tendo Juracy Magalhães como vice. Nesse mesmo ano, filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Seu mandato na prefeitura não chegou a ser concluído, pois candidatou-se e foi eleito governador do estado.

A eleição, em 1988, foi marcada pela forte proximidade com o governador Tasso Jereissati, ligação que vinha se fortalecendo desde a campanha para o Governo estadual de 1986, acentuando-se quando Tasso o escolheu como líder do Governo, na Assembleia Legislativa. Naquele momento, o objetivo era mediar a crise com os setores mais exaltados da sociedade, destacando-se aqui a relação com a então prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1990, concorreu ao cargo de Governador do Estado, apoiado por Tasso Jereissati. Aos 32 anos, Ciro Ferreira Gomes foi eleito no primeiro turno das eleições, recebendo 1.279.492 votos, totalizando 44,18% do eleitorado cearense. Apesar da vitória do grupo intitulado *das mudanças*, ainda no primeiro turno, enfrentou uma dupla concorrên-

cia ao pleito, tanto pelo grupo de direita, com a coligação do Partido da Frente Liberal (P-FL), do Partido Democrático Social (PDS) e PMDB que apoiava o candidato do PDS, Paulo de Tarso Lustosa da Costa, quanto pelo grupo da esquerda, formado pela coligação PT, PSB (Partido Socialista Brasileiro), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil), que apoiava João Alfredo Telles Melo, candidato do PT.

Em 1992, o Governo passou a contar com a maioria na Assembleia Legislativa: do total de 46 deputados, 32 apoiavam a situação. Um aspecto a ser enfatizado em seu mandato foi o marketing utilizado para promover o turismo no Ceará.

Ciro Gomes deixou o cargo em 1994, quando aceitou o convite para assumir o Ministério da Fazenda, no governo do presidente Itamar Franco. Candidatou-se à Presidência da República por duas vezes pelo Partido Popular Socialista (PPS), a primeira em 1998, e a segunda, em 2002.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, assumiu o cargo de Ministro da Integração Nacional, agora sob a legenda do Partido Socialista Brasileiro, ao qual se filiou em 2005.

Em 2006, deixou o Ministério para concorrer às eleições da Câmara Federal pelo Ceará, na sigla do PSB, sendo eleito o deputado federal proporcionalmente mais bem votado do Brasil, com mais de 16% do total de votos dos cearenses. Deixou o cargo, em 2010.

Em 2013, Ciro foi nomeado secretário de Saúde do Ceará pelo seu irmão e então governador Cid Gomes. Secretário de Saúde do Ceará também do governo Camilo Santana.

Em 2015, Ciro Gomes foi contratado como diretor da Transnordestina Logística S/A. A empresa é subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sociedade empresária privatizada em 1993.

No mesmo ano, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), após breve passagem pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS), em 2013.

Candidatou-se, pela terceira vez, à Presidência da República em 2018, pelo PDT, obtendo 13.344.371 votos.

Condecorações e Honrarias:

- Título de Cidadão Paulistano, maior honraria do município de São Paulo, em 1995.
- Medalha Juscelino Kubitschek – Grau Grande Medalha, Governo de Minas Gerais, 1997.
- Prêmio Mundial do UNICEF – Troféu Maurice Patê, outorgado ao Governo do Estado e ao povo do Ceará.
- Medalha da Ordem do Mérito Naval, no Grau de Grande Oficial, outorgada pelo Senhor Presidente da República, no dia 28 de maio de 2003.
- Medalha do Mérito Militar, no Grau de Grande Oficial, outorgada pelo Senhor Presidente da República, no dia 15 de abril de 2003.
- Medalha do Pacificador, outorgada pelo Comandante do Exército, no dia 10 de setembro de 2003.
- Medalha da Ordem do Rio Branco, outorgada pelo Senhor Presidente da República, no Grau de Grã-Cruz, por Decreto de 17 de setembro de 2003.
- Medalha do Mérito da Defesa, outorgada pelo Senhor Presidente da República no Grau de Grã-Cruz, por Decreto de 21 de novembro de 2003.
- Medalha Dia de Minas, outorgada pelo Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, em 16 de julho de 2009.

- Medalha do Mérito Farroupilha, maior honraria do parlamento gaúcho, em 11 de setembro de 2009.
- Medalha do Mérito Manuel Bequimão, honraria do parlamento maranhense, em 14 de dezembro de 2009.
- Medalha do Mérito Industrial, FIEC/2011.
- Medalha Boticário Ferreira, maior honraria, a maior honraria do legislativo de Fortaleza, 28 de abril de 2014.
- Título Honorífico de Cidadão Goianiense, em 24 de junho de 2016.
- Medalha da Abolição, maior honraria do Estado do Ceará, outorgada pelo Senhor Governador do Estado do Ceará, em 24 de março de 2017.
- Título de Cidadão Petropolitano, em 26 de março de 2018.

FRANCISCO CARLOS MACEDO TAVARES

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu a 10 de março de 1949, no distrito de Tipi, município de Aurora/CE. Filho de Luiz Tavares de Medeiros e de Francisca Furtado de Macedo.

Médico. Iniciou seus estudos na cidade de Cajazeiras/PB, indo depois para Juazeiro do Norte, onde cursou o ensino fundamental no Colégio Salesiano São João Bosco. Em 1965, cursou o ensino médio no Colégio Estadual Liceu do Ceará e no Colégio Cearense Sagrado Coração, em Fortaleza.

Em janeiro de 1969, foi aprovado no exame de habilitação na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Formado, fez residência médica em Cirurgia Geral no Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, durante três anos (1975 a 1977). Em 1977, retornou à região do Cariri, onde desenvolveu suas atividades como médico nos hospitais de Juazeiro do Norte e Crato nas especialidades de Cirurgia Geral e Proctologia.

Entre outras atividades exerceu os cargos de presidente da Associação dos Médicos Residentes do Rio de Janeiro, presidente da Regional do Centro Médico Cearense, delegado sindical da Classe e presidente da Associação dos Profissionais Universitários do Cariri – APUC, tendo sido seu fundador. Aprovado em concurso público do INSS, obteve o primeiro lugar nas especialidades de Cirurgia Geral e Proctologia, especialidades estas que exerceu durante 23 anos. Médico conceituado na região do Cariri, graças à dedicação e a boa qualidade dos seus serviços. Agraciado com vários títulos de melhor do ano como cirurgião e proctologista.

Em 1982, iniciou sua trajetória política para, em 1986, concorrer a uma cadeira à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Obteve 12.700 votos e ficou na suplência como deputado estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em 1988, assumiu seu mandato parlamentar, atuando como deputado constituinte, onde desenvolveu um trabalho de grande vulto, contribuindo consistentemente para a elaboração da nossa Carta Magna.

Combativo, coerente e destemido, sempre esteve nas hostes oposicionistas, defendendo suas ideias e convicções, disputando várias eleições. Marcou sua carreira política

através de atitudes consistentes, numa época em que ser oposição ao Governo e ao regime vigente era mais do que nunca, extremamente difícil.

Em outubro de 2000, foi eleito prefeito municipal de sua terra natal, Aurora, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), tornando-se assim o único Prefeito pertencente à referida sigla, no Ceará, à época.

Sua administração profícua, dinâmica e participativa deixou uma série de obras que até hoje beneficiam a população cearense, e foi marcada por altos índices de aceitação e credibilidade que o credenciam a ocupar uma das efetivas lideranças políticas de sua região.

Exerceu, ainda, eleito por unanimidade, as funções de Presidente da Associação dos Prefeitos do Cariri Oriental – ASP – 20.

FRANCISCO EDNALDO BESSA

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL



Nasceu em Beberibe/CE, a 28 de setembro de 1944. Filho de José Bessa e de Maria José de Queiroz Bessa.

Empresário. Fez seus primeiros estudos em sua cidade natal, no Grupo Escolar Anna Facó. Complementou o ciclo ginásial no Colégio 7 de Setembro e concluiu seus estudos no Colégio Rui Barbosa e no Ginásio São João, ambos em Fortaleza.

Filho de uma das mais tradicionais famílias políticas da região, ingressou na vida pública em 1972, elegendendo-se vice-prefeito de Beberibe.

Em 1976, foi eleito prefeito municipal de sua terra. Renunciou ao mandato eletivo para candidatar-se ao Parlamento estadual. Ocupou cadeira de deputado na Assembleia Legislativa do Estado, na legislatura de 1983–1986.

Reeleito deputado, continuou sua atividade parlamentar por dois anos, quando optou por deixar a Casa do Povo para novamente servir ao seu município, como prefeito, tendo administrado a cidade de 1989 a 1992. Participou da Constituinte de 1989 até assumir a Prefeitura de Beberibe.

Ao término de sua gestão, encerrou suas atividades políticas, passando a dedicar-se à iniciativa privada, supervisionando os negócios empresariais da família.

FRANCISCO JOSÉ VIEIRA DE FIGUEIREDO CORREIA

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Fortaleza/CE, a 15 de maio de 1954, filho de Joaquim Figueiredo Correia (constituente de 1947) e de Yvonne Vieira de Figueiredo Correia.

Advogado/Empresário. Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Emancipado aos 17 anos, fundou uma empresa de serviços que atuou nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, tendo sido no período de 1970 a 1985 a maior firma do gênero.

Em 1974, fundou com seu pai a empresa Caroba Agropecuária S/A com duas unidades de produção no interior do estado: fazendas Caroba e Olho D'água. Posteriormente adquiriu mais duas propriedades rurais com criatórios diversificados de ovinos e caprinos.

Na área de construção civil, através da empresa Empreendimentos e Agropecuária São Judas Tadeu LTDA construiu vários prédios, dentre os quais os edifícios Deputado Figueiredo Correia I e II.

Deputado estadual nas legislaturas de 1983–86 e 1987–90. Presidente da Comissão de Agricultura e vice-líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi o primeiro deputado no Nordeste a lançar a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República, quando da redemocratização do Brasil no último governo revolucionário de 1964. Posteriormente, o movimento passou a ter cunho nacional.

Defendeu o fim da correção monetária no crédito rural, além do fortalecimento e incentivos ao setor e a preservação ecológica da orla marítima, principalmente Canoa Quebrada e Jericoacoara.

A convite do governador Tasso Jereissati, ocupou o cargo de coordenador da Defesa Civil no Ceará, em 1987, quando o estado atravessava uma de suas maiores secas. Criou em cada município cearense (126 à época) grupos de ações comunitárias para dirigir as ações da seca. Apesar de proprietário de cinco fazendas, não permitiu que nelas existissem trabalhos com operários de frente de serviço.

Francisco José Figueiredo Correia possui cursos de inglês, pela Cultura Britânica; pecuária de leite, pecuária de corte e irrigação, em São Paulo; e cumpriu bolsa de estu-

dos nos Estados Unidos da América, através do programa YFU, onde teve oportunidade de conhecer de perto vários projetos de irrigação, bem como diversas fazendas localizadas nos estados de Nebraska, Michigan, Kansas e Colorado, importantes centros agrícolas daquela nação.

Entre suas ações parlamentares, destacam-se, dentre outras a elaboração de projeto prevendo o sistema de cogestão, ou seja, a participação de trabalhadores de empresa em cargos de direção de entidades de sociedade anônima de que o Estado participasse como acionista majoritário, bem como de autarquias e fundações, iniciativa essa respaldada por mais de 24 Deputados.

Levando em consideração as semelhanças climáticas existentes entre as regiões semiáridas do Nordeste do Brasil e Israel, formulou convite ao Embaixador e técnicos daquele país para participarem de debates na Assembleia Legislativa e estabelecer intercâmbios de cooperação, visando a captação de modernas técnicas de irrigação e desenvolvimento hídrico lá utilizados.

Com o objetivo de homenagear a mulher brasileira, instituiu, por força de projeto de lei, a Medalha Risoleta Neves, para distinguir mulheres cearenses e brasileiras de destaque, na comunidade.

Trabalhou com afinco em prol da construção de um hospital especializado no tratamento do câncer, em conjunto com valorosos médicos do estado.

Agraciado em 2018, com o título de Cidadão de Várzea Alegre, concedido pela Câmara de Vereadores do município e com a Medalha Papai Raimundo, em 2019, pela Prefeitura de Várzea Alegre. Dedicou-se a atividades empresariais.

FRANCISCO **MARCUS** MELO VIANA

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Fortaleza/CE, a 25 de março de 1949. Filho de Francisco de Assis Parente Viana e de Maria José Melo Viana. Faleceu em 10 de outubro de 2006.

Médico. Iniciou seus estudos em sua cidade natal, cumprindo todo seu ciclo fundamental e secundário nos Colégios 7 de Setembro e Castelo Branco. Formado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará, em 1973.

Iniciou sua vida profissional de inteira dedicação ao próximo, exercendo sua atividade junto aos menos favorecidos e prestando serviços ao estabelecimento hospitalar da família, Hospital S.A. Socorros Médicos S.O.S., especializado na área de ortopedia e traumatologia. Em 1974, instalou o primeiro Centro de Hemodiálise do Ceará, funcionando naquele nosocômio.

Sua vida política desenvolveu-se, sobretudo, como deputado estadual, eleito suplente para a legislatura 1987–1990. Direcionou sua atividade parlamentar à defesa das políticas de saúde e elaboração de projetos voltados a essa área.

Antes, em 1980, dedicou-se ao estudo do beneficiamento da mamona, abundante em nosso estado, com vista à sua transformação em óleo vegetal, o biodiesel, a ser utilizado em geradores que convertem a energia química contida no óleo extraído da mamona, em energia elétrica. Marcus Viana foi, portanto, um dos precursores dessa ideia e de suas primeiras pesquisas.

Médico benemérito, parlamentar atuante, teve breve, porém marcante, passagem pela Casa do Povo.

JOSÉ BEZERRA DE MELO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Nasceu em Crateús/CE, a 08 de fevereiro de 1927, filho de Manoel Bezerra de Lima e de Luzia Bezerra de Pinho. Faleceu em Fortaleza/CE a 13 de setembro de 1998.

Advogado, Empresário e Professor. Fez seus estudos iniciais em sua cidade natal. Formado em Direito, logo em seguida, ainda muito jovem, ingressou na política, elegendose vereador, chegando à Presidência da Câmara Municipal de Crateús. Candidatando-se a vice-prefeito de Crateús em chapa encabeçada pelo antigo líder político O-lavo Cardoso, elegeu-se com a maioria absoluta dos votos, superando, inclusive o número de sufrágio obtidos por seu companheiro de chapa.

Em 1964, por ocasião do movimento militar ocorrido no País, em função de suas convicções políticas e ideológicas foi denunciado e preso nos cárceres do 23º Batalhão de Caçadores de Fortaleza. De lá, foi recambiado para uma cadeia, construída no Quartel de Polícia de Crateús, deixando a população indignada, motivando assim o seu retorno para Fortaleza, onde permaneceu até sua libertação, sendo ele um dos últimos presos políticos liberados em nosso estado.

Passado esse doloroso episódio, transferiu-se para Mogi das Cruzes/SP, lá ficando com seu irmão padre Manoel Bezerra de Melo, expoente figura política do nosso estado. Após muita luta, fundaram o que é hoje a Universidade de Mogi das Cruzes, uma potência na educação superior brasileira. Exerceu importantes cargos naquela Organização, inclusive o de sub-reitor de Desenvolvimento.

Com a anistia política retornou à sua terra natal, reingressando na política. Em 1986 foi eleito deputado estadual constituinte, com intensa atuação parlamentar na legislatura de 1987–1990.

José Bezerra de Melo foi mui justamente homenageado, não só em sua querida Crateús, como em Mogi das Cruzes. Em ambas as cidades, foi decretado luto oficial por três dias por ocasião de seu falecimento. Seu nome figura em ruas de municípios do Ceará e São Paulo, inclusive denominando um estádio de futebol na cidade de Catunda/CE.

JOSÉ PARENTE PRADO

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL



Filho de Jerônimo Medeiros Prado e de Francisca Gomes Parente Prado. Nasceu em Sobral/CE a 11 de julho de 1932 e lá faleceu a 26 de maio de 1999.

Iniciou seus estudos no Colégio Sobralense, onde concluiu o secundário, ingressando depois na Universidade do Vale do Acaraú, na qual se graduou em Engenharia Operacional.

Descendente de tradicional família política, seu pai foi eleito prefeito de Sobral, em 1962. Nessa ocasião, ocupou a Secretaria de Obras do município.

Eleito deputado estadual em 1970, renunciou a esse mandato para assumir a Prefeitura de Sobral, para a qual havia sido eleito em memorável pleito. Permaneceu no exercício da Prefeitura até o ano de 1976.

Em 1978, foi reeleito deputado estadual, novamente pela Arena, permanecendo no Parlamento até o ano de 1986, cumprindo nesse período a participação em três legislaturas. Foi 3º Secretário da Mesa Diretora em 1981–1982. Novamente foi eleito deputado estadual em 1987, pelo Partido Democrático Social (PDS). Renunciou ao mandato na Assembleia Legislativa devido a uma nova eleição à Prefeitura de Sobral em 1988, ficando à frente da edilidade até 1992. Assim, participou, brevemente, da Constituinte Estadual de 1988–1989.

O foco de sua atuação política foi todo voltado ao campo social. Seu trabalho visando a melhoria de vida das camadas populacionais mais necessitadas, ainda hoje é lembrado com carinho pelos seus munícipes.

Dinâmico administrador, realizou, entre outras obras: construção da rodovia de Sobral; implantação do Distrito Industrial, que alavancou todo o processo de desenvolvimento do município; asfaltamento de toda a cidade e a instalação do sistema de abastecimento d'água e eletrificação alcançando todos os distritos; criação do Centro Social Urbano; construção de várias maternidades, beneficiando sobretudo a população carente; construção de mais de 50 grupos escolares espalhados na sede do município e distritos.

Desempenhou, ainda, na vida pública, o cargo de assessor para assuntos comunitários no Governo Gonzaga Mota, onde teve oportunidade de prosseguir sua luta em prol das comunidades pobres do Estado.

Como agropecuarista, foi produtor de castanha de caju. Destacou-se, entretanto, no cultivo de algodão e seu beneficiamento. Pelo seu trabalho nessa área, foi agraciado com uma comenda de Honra ao Mérito pelo Ministro da Agricultura.

Homem simples, viveu em contato direto com as pessoas humildes e para elas dedicou toda sua atuação na vida pública. Suas obras administrativas permanecem para atestar seu grande empenho em dotar a cidade de Sobral e seus distritos de uma melhor qualidade de vida através do acesso à saúde e educação.

José Prado era um político de personalidade marcante, de caráter extrovertido, carismático, um verdadeiro líder, muito querido, sobretudo pelas classes mais pobres dos subúrbios e distritos de Sobral. Presidente do Partido da Frente Liberal (PFL), sua última investida política deu-se quando concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa. Fora da vida pública, dedicava-se às suas fazendas de gado no Maranhão e à construção civil.

MOÉSIO LOIOLA DE MELO

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO



Moésio Loiola nasceu em Sobral/CE, a 4 de abril de 1951. Filho de Francisco Ximenes de Melo, comerciante e agricultor, e de Felisbela Benvinda Loiola de Melo, é o último dos nove filhos do casal.

Radialista e empresário de rádio. Iniciou os seus estudos em Sobral. Em 1960, com apenas nove anos de idade, ingressou no rádio pelas mãos do tio, monsenhor Sabino Guimarães Loiola, principal acionista da Rádio Educadora de Sobral, passando depois a ser locutor de programa sertanejo e esportivo.

Aos 19 anos, veio para Fortaleza onde continuou os seus estudos e o trabalho no rádio, sua grande paixão, prestando serviços nas rádios Dragão do Mar e Uirapuru, duas grandes escolas para sua vida profissional.

Anos mais tarde, em 1982, passou de radialista a empresário de rádio, ao comprar a Rádio Assunção Cearense. Foi o rádio o responsável por sua interação social e pública, levando-o à carreira política.

Em 1986, foi candidato pela primeira vez a deputado estadual, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ficando na suplência. Assumiu como titular em 1988, permanecendo até o final do mandato. O seu notável desempenho credenciou-o a reeleger-se com votações expressivas, nas cinco eleições seguintes: 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006, sempre pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Com equilíbrio, administra com sabedoria a função política e a profissão de radialista/rádiodifusor. Ocupou na Assembleia importantes funções: nas Comissões Técnicas foi presidente das Comissões de Orçamento, Finanças e Tributação, 1993–1994, e do Trabalho, Administração e Serviços Públicos, 1997–1998 e 2001–2002. Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor por três mandatos seguidos, a saber: 2003–2004, 2005–2006, 2007–2008. Na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, ocupou os cargos de 1º vice-presidente e presidente.

Líder do Governo Tasso Jereissati e líder do PSDB, no Governo Lúcio Alcântara. Foi o relator da elaboração do Estatuto da Polícia Civil, da CPI do Desmonte, da Reforma do Poder Judiciário e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o tráfico de drogas, sempre com desempenho de alto nível.

Sua principal base eleitoral está no interior do estado, nos seguintes municípios: Baturité, Campos Sales, Carnaubal, Catunda, Croatá, Forquilha, Frecheirinha, Groaíras, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ibicuitinga, Itapipoca, Martinópole, Meruoca, Mucambo, Mulungu, Quixeré, Sobral, Tianguá, Tururu, Ubajara e Viçosa do Ceará, e também em Fortaleza.

Foi agraciado com o Título de Cidadania nos seguintes municípios: Campos Sales, Carnaubal, Pacujá, Viçosa do Ceará e Fortaleza, além de valorosas homenagens recebidas em todo o Estado.

Em 28 de dezembro de 2012, renunciou ao mandato de deputado estadual por ter sido eleito prefeito de Campos Sales, em outubro desse ano, pelo Partido Social Democrático (PSD), com 7.037 votos. Reeleito a 02 de outubro de 2016, pelo PDT, desta feita com 11.051 votos, com 96.75% dos votos válidos.

ENTREVISTAS

ANTÔNIO CÂMARA

Ex-deputado e presidente da Assembleia Estadual Constituinte/1989

Em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição da República, iniciava-se o transcurso de um ano, para que os constituintes estaduais cearenses realizassem a elaboração do ordenamento fundamental do nosso estado, integrando-se aos novos postulados que passaram a nortear a organização federativa brasileira.

Prevalencia entre os constituintes cearenses a generalizada convicção que o regime intensivo de trabalho e os propósitos mais vigorosos na tarefa que lhes fora cometida, daria por resultado uma Constituição sem interceptações e subterfúgios ideológicos, desprendida de dogmatismo, prevalecendo ponderado senso prático, de modo a que se mostrasse adequada à realidade cearense, preparando o caminho para as transformações sociais em seus múltiplos aspectos.

Logo no início houve o unânime reconhecimento da necessidade de adotar uma metodologia que primasse pela transparência de suas inclinações democráticas, o que ficou consagrado pelo regimento interno aprovado, que deu ênfase à participação popular, com a instauração da primeira fase destinada a receber iniciativas das entidades em geral e singularmente de qualquer cidadão. E mais ainda se fez: deslocou-se a Assembleia Constituinte a algumas regiões do Estado para colher as proposições populares, travando-se calorosos debates com as comunidades, suas lideranças representativas, prefeitos, vereadores, deputados e líderes sindicais.

Ficou consagrado, nas nascentes federais, o processo da regionalização, não como foco de descentralização política entre as unidades federadas ou entre Estados e Municípios, mas como elemento de integração visando aniquilar as disparidades crônicas e estimular o progresso geral. Os constituintes cearenses fizeram sua parte deixando a moldagem regionalista no próprio arcabouço constitucional: Para viabilizar o esquema de integração regional, ficou adotado entrosamento sistemático, com equacionamento econômico financeiro, compreendendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, para promover o processo desenvolvimentista, a fim de eliminar desigualdades internas, tomando por critério, nos programas de investimentos e alocação de recursos, não as eventuais hegemonias políticas e, sim, os índices de carências populacionais.

Se na fase da elaboração da Constituinte Estadual foi dado ênfase à participação popular, o texto constitucional promulgado confirmou essa postura, permitindo, no seu artigo 6º, que possa o cidadão, singularmente, dirigir-se à Assembleia Legislativa, para propor projeto de lei, cabendo a ela verificar a pertinência e a constitucionalidade da proposta.

Contudo, o que merece ser ressaltado não é a restauração do Poder Legislativo, mas a adequação feita para viabilizar o controle político que é universalmente reconhecido como a principal esfera de responsabilidade no elenco das competências parlamentares, essenciais para o aprimoramento do regime político, aplicado pelo legislativo, a valer pela lisura e eficiência dos desempenhos públicos.

Artigo inserto na revista Plenário, outubro de 2009, página 11, em alusão aos 20 anos da promulgação da Constituição Estadual de 1989.

MANOEL DUCA

Ex-deputado constituinte de 1988–1989

Repórter: Deputado, quais as lembranças que o senhor tem do ano de 1989 quando o senhor era um dos constituintes e colaborou na Constituição Estadual?

Manuel Duca: Muita felicidade, muito orgulho, um deputado no primeiro mandato participar de uma Constituinte, é até uma surpresa, nós fomos eleitos em 86, quando o empresário Tasso Jereissati se elegeu governador, e 46 e deputados como atualmente. Naquela época o PMDB tinha supremacia, fez 24 deputados, os 22 restantes foram divididos entre PFL, PDT, PT, PSD... quer dizer, a supremacia era do PMDB e o PFL hoje é o Democratas. Os Estados tiveram que fazer suas Constituições com base na Carta Magna que tinha sido realizada em 88, então, depois da Constituição Federal, nós fomos para a Estadual. Começamos os trabalhos com muitos questionamentos, o que não podia ser diferente. Tínhamos interesse em algo mais era matéria da Câmara Federal, aí tinha que fazer dentro da Constituição Federal, para não transformar a matéria inconstitucional. Então uma das coisas foi essa, Tasso Jereissati muito preocupado também para não inviabilizar o governo dele em alguns setores, era um governo que vinha quebrando os coronéis, quebrando os ritos dos coronéis, um empresário se elegeu governador, apesar do pai dele ter sido Senador da República, mais ele era um empresário, e a classe empresarial fez a força para a eleição do Tasso.

Repórter: O senhor estava no seu primeiro mandato deputado Manuel Duca, de alguma forma o senhor defendeu algumas causas como a questão do meio ambiente, questões sociais, em que área o senhor foi mais atuante na elaboração da Constituinte?

Manuel Duca: Nós éramos ligados mais nos assuntos que feriam a Constituição Federal e como era o meu primeiro mandato, eu não estava a par dos movimentos mais interessantes, os movimentos sociais, as conquistas que o Ceará podia ter nesta Constituição, mais eu sempre mantive a ideia da redução da maioria penal, mas era matéria da Câmara Federal, do Congresso Nacional, então a minha participação no segundo biênio foi para a mesa diretora, lógico que tinha participação em todos os assuntos da Constituinte, mas praticamente eu não tive uma participação direta, nós tínhamos a preocupação de não inviabilizar o governo Tasso, pois ele estava sempre vigilante para que isso não acontecesse.

Repórter: Passados esses 30 anos, o senhor acredita que a Constituição Estadual está sendo colocada em prática? Está sendo respeitada? Qual a avaliação que o senhor faz?

Manuel Duca: Está sendo respeitada, algumas emendas estão sendo feitas, algumas PEC's e tem sido feita acomodando dentro da Constituição Federal, quer dizer, foram reajustadas algumas coisas ao longo desses 30 anos, mas muita coisa tem que alterar. Está aí agora, muitas coisas que julgam inconstitucionais, aí eu volto a falar na redução da maioria penal, que é competência do Congresso Nacional, que eles devem rever isso porque todo crime acontece e tem um menor no meio, então, não é propriamente do Estado, são essas as minhas considerações.

Repórter: Se o senhor pudesse colocar algo hoje na Constituição Estadual, seria essa questão da maioria penal?

Manuel Duca: Ah, sem dúvida, só que nós estamos enquadrados na Constituição Federal, bem como a posse de arma para o cidadão rural e também para o cidadão urbano. Aí você me pergunta por que isso? Isso é muito polêmico, muita gente diz que quanto mais arma, mais crime, mas eu não vejo isso, eu vejo a sociedade prejudicada com o bandido à frente de tudo. Qual a razão de não desarmar o bandido, porque o bandido não tem interesse, como pode desarmar o bandido se ele não tem interesse? O efetivo policial, o Governador Camilo já fez o possível, agora, temos que dá o direito do cidadão se defender, quer dizer, se você não pode defender o cidadão, o Estado que é representado pelas polícias militar e civil, se você não pode defender o cidadão, que

dê a ele o direito dele se defender, é uma das coisas que eu acho que tem que mudar. Nós aqui estamos enquadrados na Constituição Federal.

Repórter: Deputado Manuel Duca, só para a gente concluir, qual o sentimento do senhor de fazer parte dessa história, passados 30 anos e o senhor ainda está aqui na Assembleia Legislativa cumprindo mais um mandato?

Manuel Duca: Resistindo, isso é muito gratificante porque na verdade eu sou o único da eleição de 86 e estamos aqui e estou no meu oitavo mandato, era para estar no nono, mais fui Prefeito na minha cidade, no meu município 2004/2006, senão eu estava exercendo já o nono mandato. Mas em relação à sua pergunta, eu fico muito feliz, repetindo, de estar aqui com novos colegas, novas cabeças, novas ideias e meus amigos que participaram da Constituinte, você acabou de falar, falou do Pinheiro Landim, que na época foi o Presidente da Assembleia quando foi promulgada a Constituição, presente aqui, estava se não me engano o Arcebispo Dom Aloísio Lorscheider; o Governador veio; o Presidente do Tribunal de Justiça Nogueira Sales, se não me engano. Pois bem, foi uma coisa festiva e muito importante para o Ceará e volto a repetir, estou feliz de estar aqui resistindo ao tempo até agora.

ANTÔNIO DOS SANTOS

Ex-deputado e 1º vice-presidente da Assembleia Estadual Constituinte/1989

Repórter: Deputado, como foi a participação do senhor na elaboração da Constituição estadual?

Antônio dos Santos: Em plano nacional, já estava se fazendo a Constituição Cidadã do Ulisses Guimarães e nós, aqui na Assembleia, fizemos a adaptação na Constituição estadual, eu virei vice-presidente.

Repórter: O senhor era o vice-presidente da Constituição estadual e como foram desenvolvidos os trabalhos, quais as lembranças mais marcantes que o senhor tem?

Antônio dos Santos: Foi um trabalho muito profundo e a Assembleia teve que se valer de experiências e consultorias especiais e não foi um parto demorado, mas foi um trabalho que chegou quase à exaustão. Nós fizemos para então, e hoje está quase 95% vigendo a Constituição que nós imaginávamos a melhor daquele instante. Não existia naquela época tantas tendências, tantos partidos, tantas posições antagônicas, ou correndo para o mesmo tema. Foi um trabalho, eu diria, não sei se tem esse termo: foi um trabalho fácil/difícil; o difícil foi adaptar, botar na letra, botar na Constituição; o fácil é que não aconteceram brigas, como hoje acontece na Câmara Federal [...]. Fizemos uma Constituição que mereceu elogios.

Repórter: O senhor acredita que hoje, passados 30 anos, a Constituição estadual realmente está cumprindo o seu verdadeiro papel?

Antônio dos Santos: Se você me pergunta sim ou não, eu diria sim. Sim, com ressalvas. A Constituição tem sido desobedecida. Tem sido, eu não digo ultrapassada, mas eu acredito que hoje nós não devemos fazer emendas à Constituição, [...] mas já está em tempo de se fazer uma nova constituinte.

Repórter: O que o senhor acredita que seria viável trazer para a atualidade? O que não foi defendido há 30 anos e que seria importante estar?

Antônio dos Santos: Você repetiu: 30 anos. [...] A evolução que teve, a política, o mundo, nesses últimos 30 anos é uma coisa de gritar aos olhos. [...] Naquele tempo, não existia a comunicação que existe hoje. [...] Você me pergunta se eu mudaria... A espinha, o dorso, o espírito maior da Constituição, eu acho ainda *pra* valer, mas existem adaptações que são necessárias para o tempo e para as novas conquistas, para os novos temas que existem hoje no mundo todo. O Brasil não é exceção, muito menos o Ceará. Eu faria uma Constituição mais moderna.

Repórter: E qual o sentimento em saber que o senhor fez parte dessa história, contribuiu para esta Constituição que está aí?

Antônio dos Santos: Ah, você não imagina, naquele tempo [...] a Assembleia tinha constitucionalistas, tinha ex-governadores, tinha advogados de renome... Paulo Bonavides, professor, hoje já está noventa, ele participou, colaborou com a Constituição Federal, [...] foi o primeiro assessor que nós contamos, que contratamos para a nossa Constituição. Então você vê que foi uma Constituição de alto nível, de alto nível.

Repórter: O senhor se sente feliz em ter feito parte dessa Constituição?

Antônio dos Santos: Sim, sim, eu me orgulho de ter sido constituinte do Ceará. Vez por outra, [...] eu vou à Assembleia. E, eu vejo lá, ainda nas paredes da Casa, naquele tempo, eu de cabelos pretos. Hoje com esses cabelos brancos, vejo lá meus retratos e me dá uma saudade muito grande, eu me sinto vaidoso. O deputado Osmar Diógenes, com feliz iniciativa, instalou lá pra nós, na Assembleia, uma memória, um Memorial, não deixa, pois, a história da Assembleia se perder no passado.

NARCÉLIO LIMAVERDE

Ex-deputado e 1º secretário da Assembleia Estadual Constituinte/1989

Repórter: A Constituição do Ceará foi promulgada no dia 5 de outubro de 1989 reunindo ex-deputados, secretários estaduais e municipais, prefeitos, vereadores, jornalistas e servidores da Casa que lotaram o plenário e as galerias da Assembleia Legislativa. O radialista Narcélio Lima Verde estava em seu primeiro mandato e foi um dos constituintes. Quais as lembranças que o senhor tem daquele momento?

Narcélio Limaverde: Uma das lembranças mais importantes foi justamente terem me escolhido para primeiro secretário da Constituinte. Eu tenho a impressão que foi uma homenagem que eles fizeram, porque eu fui o deputado mais votado no Ceará e em Fortaleza. [...] Nunca tinha sido deputado e comecei como primeiro secretário da Constituição do Estado do Ceará.

Repórter: O senhor chegou a defender alguma área mais específica?

Narcélio Limaverde: Lembro que eu tinha sido funcionário público estadual e senti os problemas dos funcionários, então, eu promovi audiências públicas com funcionários, com professores, e consegui colocar nas disposições transitórias um reconhecimento que o funcionário fosse tratado com isonomia, que o funcionário que tivesse entrado por concurso fosse efetivado logo. Então foram várias coisas para os funcionários e também eu tive uma preocupação com as professoras e com os estudantes que pagavam caro nas escolas particulares em Fortaleza. Inclusive, fiz uma audiência pública aqui na Assembleia Legislativa num tempo que não tinha tanta audiência como hoje em dia.

Repórter: O senhor sempre atuou na área da comunicação como radialista, jornalista. Nos trabalhos da Constituição Estadual, houve espaço para defender algo nessa área?

Narcélio Limaverde: Defendi que a TV do Estado, a TV Educativa, transmitisse as sessões da Assembleia que hoje são transmitidas, tornando a Assembleia o poder mais transparente que existe no Brasil. Infelizmente, não foi aprovada na época, mas está nas disposições transitórias. Uma outra coisa que eu coloquei nas disposições transitórias e foi motivada por uma audiência pública também promovida por mim, onde compareceram moradores das imediações do aeroporto Pinto Martins. A minha ideia era levar o aeroporto para lugar distante de Fortaleza, como já acontece na maioria das capitais brasileiras. Existe um lugar em Aquiraz já preparado e adequado para isso, está nas disposições transitórias, mas não foi obedecida.

Repórter: O senhor acredita que o Ceará deve se orgulhar da Constituição Estadual promulgada há exatamente 30 anos?

Narcélio Limaverde: A Constituição foi feita com a presença de pessoas importantíssimas da área de advocacia, representantes da cidade e aconteceram várias audiências públicas, quando foram ouvidas pessoas que deram opiniões sobre a nossa Constituição, graças ao Presidente da Constituinte, o Deputado Antônio Câmara.

Repórter: Existe um sentimento especial em fazer parte dessa história?

Narcélio Limaverde: É uma gratidão ao povo de Fortaleza e do Ceará para essas pessoas que votaram em mim, por causa de um programa que eu tinha e que era apresentado aos sábados na Rádio Verdes Mares. A Rádio Verdes Mares foi muito importante para mim, para eu ser eleito deputado estadual.

ILÁRIO MARQUES

Ex-deputado e 2º secretário da Assembleia Estadual Constituinte/1989

Repórter: Deputado, quais as lembranças que o senhor tem desse momento tão importante, por ser um dos Constituintes?

Ilário Marques: Olha, primeiro que foi um momento muito rico da história brasileira. De um momento em que nós estávamos reconstruindo a democracia do país, e que essa Assembleia viveu, assim, debates históricos. E, creio que, da redemocratização *pra cá*, foi um dos melhores momentos da Assembleia Legislativa, esse momento da Constituinte.

Repórter: Desses debates históricos que o senhor faz o registro, o que é que valeria a pena ressaltar agora, neste momento, depois de trinta anos?

Ilário Marques: O enorme compromisso dos constituintes, em sua ampla maioria, foi em aprofundar aquilo que estava consagrado na Constituição Federal, fruto da Constituinte de 88. E, nós aqui então aprofundamos, as questões do Estado Democrático de Direito, a participação popular, direitos sociais bem consubstanciados como direitos humanos, educação, saúde, meio ambiente, a questão do direito da mulher. O direito da mulher foi muito bem tratado. Inclusive o capítulo de reforma fundiária e reforma urbana, muito avançados. Então, o importante é que a Constituinte estadual, ao contrário de algumas poucas Assembleias no país, ela foi na linha de avançar nos direitos que a Constituição Federal já havia consagrado, e nós fomos, assim, com tanta sede ao pote, podemos dizer assim, que algumas das conquistas que nós implementamos, depois foi alegado inconstitucionalidade porque estaria em desconformidade com a Constituição Federal, na verdade nós fomos avançados, foi uma Constituinte bem avançada.

Jornalista: Em que seguimento particularmente o senhor teve mais atuação?

Ilário Marques: Olha, nós da bancada da esquerda, tanto o deputado João Alfredo, eu e ele fazíamos a bancada do PT, que éramos os primeiros deputados eleitos na história do PT, aqui no Ceará. Nós trazíamos uma, digamos, uma retaguarda de apoios a nível nacional do partido, e, portanto, nós apresentamos propostas em todos os setores. Eu, particularmente, tive uma ação ainda mais ativa porque assumia esse encargo de ser sub-relator, e, portanto, todos os capítulos da área social, eu tive, não só emendas, como fui o negociador de várias emendas temáticas! Então, assim, eu me envolvi muito, participei muito, com muito gosto da Constituinte.

Jornalista: O senhor acha que a Constituinte está sendo respeitada? Valeu a pena?

Ilário Marques: Valeu [...] a pena, é uma Constituição. [...] Porque o Ceará teve a sua política num patamar elevado, claro que não foi só a Constituinte. Mas, os processos sociais são reflexivos, pela Constituinte, você faz um debate, reflete sobre as posições políticas dos dirigentes que estão à frente naquele momento, e os dirigentes políticos naquele momento avançam mais ainda do que a Constituinte. Então, o estado do Ceará vem avançando. Desde o governo Tasso até agora, vem numa política de avanços.

Jornalista: Passados trinta anos, qual é o sentimento de olhar e saber que o senhor fez parte dessa história?

Ilário Marques: Olha, de muito orgulho de ter participado. Sabe, de muita honra e saber que a gente continua com os mesmos ideais, com os mesmos compromissos e que estamos do lado certo da história.

EVERARDO SILVEIRA

Ex-deputado e Relator Geral da Assembleia Estadual Constituinte/1989

Repórter: Deputado, quais as lembranças que o senhor tem da elaboração da Constituição Estadual?

Everardo Silveira: Naquela época em que fui escolhido relator, eu primeiro fui presidente da Comissão de Sondagens e Proposições. A gente ia ao interior, colhendo e ouvindo a opinião do povo, de várias cidades. Depois eu fui eleito relator, naquela época, fui questionado como era que um médico ia ser relator da Constituinte? Eu respondi o seguinte: o médico tem bom senso, o médico *pra* dizer se opera ou não opera, tem de ter bom senso, eu tenho bom senso. É tanto que quando terminou a Constituinte, eu fui aplaudido por todos os partidos, todos partidos me aplaudiram pelo bom senso que eu usei nas decisões, e, foi uma boa *pra* mim, não é?

Repórter: Usando esse bom senso, o senhor teve uma atuação em alguma área mais específica?

Everardo Silveira: Ah, foi de maneira geral, porque havia propostas de todos os partidos e todos deputados mandavam propostas. Nós ficamos numa sala lá só *pra* isso, *pra* estudar e resolver as questões, eu lembro muito bem. Graças a Deus, deu tudo em paz.

Repórter: Cumpriu o seu papel?

Everardo Silveira: Cumpri a missão. E a missão seguiu, que eu sei, quando eu não sei. Tinha muita pressão, mas eu não cedi. Fiz tudo com bom senso, usei sempre o bom senso. Tenho minha vida e, ainda hoje, eu uso o bom senso em tudo. Nas minhas atividades, uso o bom senso. Como deputado, entrei na hora “h”, saí na hora “h”. Deu certo, até hoje.

Repórter: O senhor acha que a Constituição Estadual está cumprindo o seu papel? Faltou alguma coisa, deputado?

Everardo Silveira: Pode ser reformulada alguma coisinha, que foge, mas tá bem, tá bem demais. Faz muito tempo, muitas coisas já mudaram, já renovou muita coisa e podia ser feita uma revisãozinha.

Repórter: Mas o senhor acha que a Constituição está sendo respeitada?

Everardo Silveira: Tá, tá sendo respeitada. Alguns pontos têm de haver alguma investigação.

Repórter: Qual o sentimento do senhor de ter sido um dos constituintes?

Everardo Silveira: Foi muito bom. *Pra* mim foi uma honra, uma glória, foi a coroação da minha vida como político, que eu fui prefeito, fui deputado, e a Constituinte foi um sonho realizado. Uma coisa que eu não imaginava, nem pensava ser algum dia, uma realização.

Repórter: Como relator, o senhor enfrentou alguma dificuldade?

Everardo Silveira: Não. Mas algumas coisas mais complicadas, eu chamava a equipe de advogados que ficava perto de mim. Então, a gente consultava e resolvia as coisas tranquilamente, na calma, sem problema nenhum. O próprio PT aceitava as minhas ponderações, porque eram bem estudadas e bem analisadas. Nós ouvimos todo mundo, as portas eram abertas *pra* ouvir as proposições e as sugestões, e, assim, fomos indo.

Repórter: Como médico, o senhor acredita que a área da saúde realmente atingiu os objetivos?

Everardo Silveira: Atingiu. Agora, só que a saúde *tá* precária, mas dentro do objetivo da Constituição, da Constituição em si, não *tá* sendo executada. A saúde é um privilégio *pra* alguns, porque

na verdade a Constituição prevê saúde igual pra todo mundo, mas isso não existe, isso é só na teoria, porque a saúde continua precária mesmo depois da reforma.

Repórter: Mas o senhor, como médico, defendeu algo dentro da área da saúde ou não era possível porque o senhor era relator?

Everardo Silveira: Relator não decidia nada. Eu analisava e julgava, porque era meu papel e não podia contrariar as opiniões dos outros, tinha que ouvir, estudar, examinar e relatar.

Repórter: O senhor lembra de algo que pontuou como muito importante, deputado?

Everardo Silveira: Não, tinha muita coisa, muita coisa, não dá pra lembrar, não.

Repórter: A questão do SUS foi nessa época?

Everardo Silveira: Foi não. O SUS já existia, com outro nome.

Repórter: Então, o senhor acha que realmente cumpriu sua missão?

Everardo Silveira: Na época, cumpri minha missão perfeitamente. Ao que nós nos propusemos, fizemos, porque o que foi proposto, foi feito.

Repórter: A Constituição do Ceará está cumprindo o seu papel?

Everardo Silveira: Está cumprindo.

ALEXANDRE FIGUEIREDO

Ex-deputado e líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
na Assembleia Estadual Constituinte/1989

Repórter: A Constituição do Ceará foi promulgada em 1989 com o trabalho de 46 deputados estaduais e mais 10 parlamentares participantes.

Alexandre Figueiredo, hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, era deputado na época e foi o parlamentar que mais apresentou propostas. Como foi fazer parte da elaboração da Constituinte Estadual?

Alexandre Figueiredo: Foi uma fase muito importante do Poder Legislativo e *pra* todos nós, deputados integrantes da Constituinte, para a Assembleia Legislativa, e para a história do Estado do Ceará. A Assembleia Legislativa já tinha feito uma Constituição, a de 1947, para o Estado, mas nunca houve um trabalho com tanta abertura como a Constituinte de 1989, tanto que teve a participação amplamente popular, de entidades de classes, representações populares, políticos, vereadores, prefeitos. Enfim, nós recebemos, a Casa abriu as suas portas, recebeu a sociedade cearense com o maior prazer. Examinou milhares e milhares de propostas que foram recebidas. Muitas foram aproveitadas no texto básico da Constituição.

Repórter: O senhor teve destaque, pois apresentou o maior número de propostas.

Alexandre Figueiredo: Tive a honra de ter o maior número de propostas aprovadas, foram 232 propostas e um capítulo integralmente da minha autoria, que é o da política agrícola e agrária, que tem 16 artigos. Mas aí eu tenho que fazer justiça porque esse capítulo não foi elaborado só pelas minhas mãos. Houve participação de vários deputados e de pessoas da mais alta qualidade na área agrícola e também na agrária. Nesse trabalho, fizemos uma compilação de muitas propostas. Tive a honra de, inclusive, ser assessorado por juristas do mais alto gabarito.

Repórter: Qual o sentimento em saber que o senhor teve participação efetiva na elaboração da Constituinte estadual?

Alexandre Figueiredo: Devo confessar que estou mais emocionado do que há 30 anos. Você está percebendo o meu nervosismo, porque é como um rebento nosso. A gente produz aquele rebento e o vê amadurecendo e produzindo resultados. Então, quando a gente é lembrado, num momento histórico, já são 30 anos, a gente fica muito enaltecido e muito feliz com isso tudo. Quero agradecer a vocês essa participação.

NILO SÉRGIO

Ex-deputado e líder do Partido Democrático Social (PDS)
na Assembleia Estadual Constituinte/1989

Um mandato eletivo bem exercido é algo absolutamente inexplicável. Tem alguma coisa de mágico, transcendental. A força do voto popular, a energia que vem da urna, como que transforma o cidadão comum, toca sua alma, eleva seu espírito. Isto dito, multiplique potencialmente esses sentimentos se no período legislativo há a oportunidade de participar de uma Assembleia Constituinte.

Dispõe o caput do artigo 25 da Constituição Federal de 1988 que “os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição”. Esse dispositivo autorizava a instalação das Assembleias Estaduais Constituintes, tornando Deputados Constituintes aqueles eleitos em outubro de 1986. Para ter-se uma ideia da importância e da majestade dessa oportunidade, o Estado do Ceará ao longo de toda sua história só teve 9 (nove) Constituições.

No início de 1989, foi instalada a Constituinte com a seguinte formação eleita para dirigi-la: Antônio Câmara, Presidente – Antônio dos Santos, 1º Vice-Presidente, – Macário de Brito, 2º Vice-Presidente, – Narcélio Limaverde, 1º Secretário – Ilário Marques, 2º Secretário – Geraldo Azevedo, 3º Secretário – Elmo Moreno, 4º Secretário – Everardo Silveira, Relator. Os trabalhos transcorreram ao longo do ano de 1989, quando invariavelmente as sessões entravam noite a dentro e não raro invadiam a madrugada. Esse período foi extremamente educativo. É a perfeita ecologia para crescer-se como ser humano. Ali aprende-se a cultivar a humildade, a tolerância, a defender com firmeza suas convicções, mas saber trabalhar pelo possível, conciliar quando necessário e fundamentalmente pedir ajuda externa estimulando a inteligência coletiva da sociedade civil organizada, para não ser apenas um observador.

Tentei fazer o meu melhor, seja estudando muito durante esse momento, seja recorrendo aos diversos segmentos sociais, alguns informais outros representantes de colegiados, entidades de classe, profissionais liberais, sindicatos etc. Não raras vezes fomos procurados por esses grupamentos e sempre constituindo-se num aprendizado valoroso. Havia então um duplo trabalho: num primeiro momento de ouvir e filtrar as propostas encaminhadas por esses segmentos e num segundo momento convencer aos demais pares a aprovar aquelas emendas que a nosso juízo mereciam constar na Lei Maior do Estado. A minha atuação tinha um complicador a mais. Eu havia sido até aquele momento o líder do maior partido de oposição - o PDS - e desenvolvido um trabalho de críticas bastante cáusticas ao Governo Tasso. No entanto, entendia que aquele era um novo momento. Desenhava-se um conjunto de normas para reger o estado permanentemente, independente de quem exercesse o poder. Havia de conceber um novo comportamento em plenário.

O líder do Governo na Constituinte era o Deputado Alexandre Figueiredo. Indivíduo inteligente, com boa formação cultural e que o americano chamaria de "*easy going personality*". Estabelecemos uma convivência amigável e tentamos conduzir com o maior profissionalismo e a maior responsabilidade possível. Recebíamos as demandas dos colegas, daqueles segmentos sociais a que me referi anteriormente, e nos reuníamos pelo menos duas vezes na semana. Na oportunidade apresentávamos as emendas do interesse daqueles que nos haviam procurado. Era uma espécie de "encontro de contas". Emenda a emenda, negociávamos. Evidente que parte não tinha acordo. Nesses casos a disputa era no voto, em plenário. Mesmo para aquelas negociadas, o compromisso era defender dentro das bancadas. O que geralmente resultava em sucesso.

Essas negociações não aconteceram apenas com a liderança do Governo. Uma das negociações mais penosas, que exigiu muito de paciência e espírito conciliador, foi a que se deu com os representantes da esquerda na Constituinte. Eles eram pouco expressivos numericamente (menos de 10% do total), mas extremamente representativos do ponto de vista de participação. Discutir o Capítulo VIII Do Meio Ambiente com os Deputados João Alfredo, Ilário Marques, Paulo Quezado e Edson Silva foi difícil. Acordamos no possível e no restante exercemos no voto em plenário o direito da maioria. Nesse Capítulo específico houve uma pressão externa muito grande por parte de direção de conselhos de profissionais liberais, verdadeiros "lobbies", mormente da Associação dos Geógrafos do Ceará.

Um outro momento até certo ponto constrangedor, foi a audiência em meu gabinete recebendo três Desembargadores representando o Tribunal de Justiça. Havia uma emenda de minha autoria que acrescia o número de Membros daquele colegiado de 15 para 21. O Tribunal era contra, ponderaram. Trouxeram dados estatísticos que apontavam para a desnecessidade desse incremento, pedindo-me que retirasse a emenda. Não eram as informações que eu tinha. Processos acumulavam-se naquele Poder. Fui polido o suficiente e prometi analisar a questão. Claro que não a retirei, levei-a a voto e ela transformou-se no Art. 107 da Constituição Estadual. Depois de promulgado o dispositivo legal, o Tribunal de Justiça ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade conseguindo suspender por medida cautelar a expressão: "vinte e um", deferida pelo STF na ADIn nº 251-1 (que nunca foi julgada no mérito).

Eram diárias as solicitações advindas das mais diversas direções. Eu apresentei mais de duas centenas de emendas e algumas delas deram-me muito prazer. Lembro com respeito da humildade com que o ex-governador Manoel de Castro pediu-me para apresentar uma emenda que efetivasse os Procuradores do Conselho de Contas dos Municípios. Naquela oportunidade era cargo de confiança, de livre nomeação, demissível "ad nutum". Encaminhei a emenda devida que se transformou no Art. 16 das Disposições Transitórias, com o seguinte teor: "Os atuais ocupantes dos cargos de Procurador junto ao Conselho de Contas dos Municípios neles permanecerão até quando se aposentarem, e passarão a se denominar Procuradores de Justiça, integrantes do Ministério Público Estadual."

Num determinado momento, fui procurado pelo Deputado José Bezerra que me pedia para estudar uma forma de efetivar nos quadros da Assembleia funcionários do seu gabinete, oriundos da Administração Direta e Indireta do Estado. Ponderei que seria impossível justificar apenas para seu gabinete, e mesmo difícil aprovar para os funcionários lotados na Assembleia. A estratégia era estender para todo o Estado. E assim foi feito. Encaminhei a emenda que se transformou no famoso Art. 30. Infelizmente o Governo ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade conseguindo suspensão por medida cautelar deferida pelo STF na ADIn nº 289-9 (que nunca foi julgada no mérito).

Tivemos uma presença constante também no TÍTULO VII Da Tributação e do Orçamento. De um lado o interesse do Governo, representado pelo Secretário da Fazenda Lima Matos (por diversas vezes recebi em meu gabinete, a seu pedido, o talentoso Auditor Fiscal João Alfredo Montenegro Franco). Com João Alfredo, discutíamos com transparência o que era possível apoiar e o que a nossa bancada rejeitaria. Ainda tinha que conciliar com os interesses das ditas classes produtoras, representadas pela FACIC. A pedido do então Senador José Afonso Sancho, recebi do então Presidente daquela entidade -Raimundo Viana - documento defendendo as posições da Federação.

São inúmeras lembranças que preencheriam um livro inteiro. Lembranças carinhosas, saudade dos companheiros e de todos os que participaram daquela construção. Momentos de grandes alegrias e sensação do dever cumprido com o melhor da minha inteligência. Apenas uma pequena frustração que não deslustra em nada o trabalho realizado. Eu acompanhava, através de Deputados amigos, o desenrolar dos trabalhos em diversas Assembleias, especialmente nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A informação que eu tinha, e passei para o colegiado, era que a quase totalidade dos Estados ia criar Municípios através das Disposições Transitórias. E fazia sentido. Naquele momento, a distribuição do FPM repercutia nacionalmente e não por Estado como é agora. A quase totalidade dos Estados brasileiros tirou vantagem dessa forma de distribuição, criando uma grande quantidade de novos Municípios, e se nós não o fizemos, penso, foi por desencontros paroquiais menores.

PAULO QUEZADO

Ex-deputado e líder do Partido Democrático Trabalhista (PDT)
na Assembleia Estadual Constituinte/1989

Repórter: O senhor foi um dos integrantes da Constituinte e dela participou ativamente. Como poderia ressaltar seus momentos mais significativos?

Paulo Quezado: Depois de um período ditatorial que se iniciou em 1964, não havia ainda eleição direta para presidente, a Constituição Federal de 1988 deu uma força muito grande com relação aos direitos, e a Constituição Estadual, dentro da sua proporcionalidade, foi uma coisa inimaginável para o século. Eu acho que foi o ato legislativo mais forte do século, nós tivemos aqui a Constituição de 1947, pós estado ditatorial, presidida pelo deputado Joaquim Bastos Gonçalves, era a última Constituinte aqui em 1946, depois não tivemos mais porque a Constituição de 1969, brasileira, apenas foi anotada aqui no Estado, e não tínhamos constituintes a não ser de carimbar, a de 34. A de 1891 veio também aqui, mas era um carimbo e com a Constituição de 1988, abriu perspectivas de novas competências, de novos momentos como eu digo: Defensoria Pública, reestruturação do judiciário, criação de polos regionais, liberação de consórcios entre municípios, tudo isso fez com que alguma divisão orçamentária, algum carimbo orçamentário, então isso fez com que mudasse a estrutura do Brasil. Se não fosse a Constituição de 1988, o Brasil hoje estaria um deserto de participação popular, ela abriu referendo, abriu plebiscito, abriu tudo o que não existia no país.

Repórter: O senhor durante a formação da Constituição era oposição, mas o que de relevante vocês defenderam? Aquele bloco, hoje, está em pleno funcionamento e o sentimento do senhor em fazer parte desse momento da história do Ceará?

Paulo Quezado: Um sentimento de alegria e do dever cumprido, que eu tinha consciência do que eu estava fazendo, sabia também que aquilo não seria uma panaceia, não seria um bálsamo, mas, ao mesmo tempo, eu tinha consciência que estava plantando alguma coisa para o futuro.

Repórter: Valeu a pena fazer parte dessa história?

Paulo Quezado: Valeu. Eu só não queria ser profissional da política, e isso, atingi, que o grande mal do Brasil, as oligarquias se formam através da profissão. Qual é a sua profissão? Político. É tanto, que fizeram uma pesquisa outro dia no Congresso Nacional e muita gente era profissional, quer dizer, qual a sua profissão? Político. E a população diz, ele não é mais médico, não, ele é deputado; ele não é mais advogado, não, ele é deputado; ele não é mais professor, não, ele é deputado; e você fica querendo ter dez mandatos, então eu me satisfiz com um mandato. Estou satisfeito, vim *pra* minha profissão.

Repórter: E o senhor voltaria?

Paulo Quezado: Não, eu acho que não. Eu acho o método da eleição muito cruel no Brasil. A eleição no Brasil, com toda essa rede social e tudo, mas ainda é uma eleição de compra de votos.

FRANZÉ MORAES

Ex-deputado e líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
na Assembleia Estadual Constituinte/1989

Repórter: Deputado, quais as lembranças que senhor tem daquele período, trinta anos atrás, quando foi promulgada a Constituinte Estadual?

Franzé Moraes: Foi um momento muito importante *pra* todos nós parlamentares. A gente assinar a nova carta, um regime democrático, após tanto tempo de seu contrário, foi um negócio que marcou a todos nós e tivemos a felicidade de participar, mudando toda história democrática nesse país.

Repórter: O senhor teve alguma participação mais efetiva, defendeu alguns itens?

Franzé Moraes: Todos nós, de uma maneira geral, defendemos o que estava sendo implantado no país, naquele período. Não foi assim, nenhum choque que teve alguma coisa diferente, certo? Todos nós, juntos, sabíamos que tínhamos uma responsabilidade muito grande, até mesmo porque ser democrático, todos que faziam parte, a gente unido, fomos ao encontro do desejo de todo povo brasileiro.

Repórter: O senhor considera então que a Constituinte, apesar de estar completando trinta anos, teve avanços? Ela está bem atualizada? Precisaria mudar algo?

Franzé Moraes: Eu acho que está. Apesar de o país estar passando por uma dificuldade muito grande, principalmente, na área econômica, no desemprego que ainda é muito grande. Mas ela fez, ela cumpriu o seu papel. Logicamente que, depois de trinta anos, é salutar modificar alguma coisa a fim de melhorar todo esse quadro. O governo federal, o governo estadual, o governo municipal precisam estar juntos, *pra* oferecer ao povo aquilo que ele merece.

JOÃO ALFREDO

Ex-deputado e líder do Partido dos Trabalhadores (PT)
na Assembleia Estadual Constituinte/1989

Repórter: E hoje a gente conversa sobre os trinta da Constituição do Estado do Ceará com o ex-deputado constituinte, atualmente, professor de direito e presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB, João Alfredo. Como foi participar desse momento da História do Ceará, deputado?

João Alfredo: Em 1986, ano da nossa eleição, se dá dentro de um processo bem mais amplo. Na História do Brasil talvez a gente possa pensar em 1979 com a anistia política. Acredito que é um ano-chave da História. Foi a época em que eu fazia faculdade de direito e fui eleito presidente do Centro Acadêmico Clovis Bevilacqua, no ano de sua reconstrução. Nós temos um processo muito interessante, de muitas lutas sociais, de redemocratização no Brasil que desembocam no surgimento do Partido dos Trabalhadores. Vamos lembrar que 78, 79, 80 é época de grandes greves trabalhistas e operárias no Brasil, é quando surge a figura do Lula, o surgimento do próprio PT, em 1980. Vamos lembrar que, com a anistia, volta Leonel Brizola e funda o PDT. Então, esse é um momento, vamos dizer, muito rico, de muita mobilização. Então, você tem um ciclo, vamos dizer, de redemocratização, de muita luta, de muito movimento social, de muito movimento sindical, muita força da igreja popular, da teologia da libertação. E eu me situo, quero me situar nesse momento. Logo que termino a faculdade de direito, vou trabalhar como advogado de sindicatos de trabalhadores rurais na região da Ibiapaba, coincidentemente, na mesma época, o Ilário Marques, que também foi constituinte comigo pelo PT, vai trabalhar nos sindicatos da região dele, em Quixadá. Também tem a ver com o ressurgimento da luta pela reforma agrária. Em 1984, a gente tem um grande congresso dos trabalhadores na agricultura em Brasília, nessa época é apresentado o primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária. Em 1985, nós tivemos, fruto de uma emenda do então deputado Mauro Benevides, a primeira eleição direta para as capitais pós-ditadura. E, assim, tivemos a eleição da Maria Luiza Fontenele aqui pelo PT.

Repórter: Que tipo de ajuda, de apoio, a participação do senhor, nesses movimentos, contribuiu pra Constituição do Ceará?

João Alfredo: Eu queria chegar nesse processo contextualizando o momento da História do Brasil, de reconstrução do país. Da elaboração de uma nova Constituição Federal e que também teve repercussão aqui no estado do Ceará. Estou querendo colocar-me no contexto, como alguém que vem de dentro desse movimento estudantil, de surgimento do PT, na época, de advocacia sindical. Em 1985, a gente tem a eleição “solteira” (sem renovação da Câmara Municipal) da Maria Luiza, e, em 1986, a eleição do Tasso (*Jereissati*). Vamos lembrar que naquela época, o Tasso se apresentava como candidato contra os coronéis da política cearense: Adauto (*Bezerra*), Virgílio (*Távora*) e César Cals, que vinham governando na em sequência o estado. O Partido Comunista do Brasil, parte da esquerda, estava com o PMDB, com o Tasso, e o PT lança a candidatura do padre Haroldo. E nós então tivemos esses dois deputados, Ilário e eu, eleitos em 1986, para a Assembleia e a Constituinte estadual.

Repórter: Essas vivências, então, contribuíram para o senhor apresentar emendas, propostas pra formação, pra elaboração da Constituição Estadual?

João Alfredo: Exatamente! Porque a gente não pode entender a Constituição Estadual nem desvinculá-la desse contexto nacional de redemocratização do país; que passou pela anistia, depois passou pela eleição indireta da chapa Tancredo/Sarney, apesar da luta pelas eleições diretas para presidente. À época, também foi aprovada a transformação do Congresso Nacional a ser eleito em 1986 em Congresso Constituinte. É importante porque para os setores democráticos na época, a nossa proposta era de uma Constituinte Exclusiva. Até porque já tinham senadores de outro mandato, então, criou-se um certo desequilíbrio; ou seja, tínhamos o que se chamava naquela época de senadores biônicos. Ainda que tivesse esse desequilíbrio, não houve no país uma Constituição como a Constituição de 1988. Tivemos esse processo nacional, de redemocratização, com impacto aqui, tanto é que a Constituição do estado é uma decorrência institucional. Mas, ela não vem somente na sequência, no sentido de que, terminou de votar lá, a gente vai adaptar aqui,

não! Nós sediamos aqui, alguns momentos da própria Constituinte Federal, e aí, eu vou falar sobre um tema que me é muito caro, que é o tema ambiental.

Repórter: Dois pontos; tiveram bastante relevância e apoio do senhor e dos que eram do mesmo partido, a questão ambiental e social.

João Alfredo: Exatamente!

Repórter: Os reflexos, hoje, eram exatamente como o senhor imaginava?

João Alfredo: Nós tivemos vinte e cinco anos de Ditadura Militar. Tudo aquilo que estava sufocado ressurgira com muita força na Constituinte Federal. Temas que não apareciam, indígena, por exemplo: Hoje nós temos um capítulo dos direitos dos povos indígenas na Constituição. O Sistema Único de Saúde, a questão da criança e do adolescente, da cultura, da participação popular, e também da questão ambiental. Então, ainda quando não éramos Constituinte Estadual, nós sediamos aqui uma Audiência Pública da Constituinte Federal, da chamada bancada verde, que existia na Constituinte Federal e foi capaz de inserir na Constituição pela primeira vez um capítulo sobre o meio ambiente. Na elaboração da Constituição Federal, houve uma divisão que acabou se reproduzindo aqui, na Constituinte Estadual; a bancada do “Centrão” – hoje esse termo está sendo reciclado. Representava os setores conservadores. Esse mesmo corte: de uma bancada, progressista, com os partidos de esquerda e de centro-esquerda, e o outro lado, o Centrão, com os partidos e parlamentares conservadores, se repetiu aqui no Ceará.

Repórter: O senhor acredita que está sendo respeitada essa Constituição?

João Alfredo: A Estadual ou a Federal?

Repórter: A Estadual, nós estamos falando dos trintas anos da Constituição Estadual.

Repórter: Ela está sendo respeitada? Houve avanços? Qual a avaliação desse trabalho?

João Alfredo: Houve avanços, sim. Eu colocaria dois aspectos, pelo menos, que eu acho que foram bem avançados na Constituição: o aspecto da própria democratização em si, na questão da participação popular, ou seja, dos projetos de iniciativa popular, eu acho que isso é algo importante, embora isso seja pouquíssimo utilizado. Quer dizer uma coisa é você ter na Constituição, outra coisa é ter essa prática, isso é muito difícil.

Repórter: Quem perdeu com isso?

João Alfredo: Eu acho que perdeu a democracia, porque na verdade creio que a ideia que veio na Constituição Federal de 1988, e que aqui foi, vamos dizer, mantida por nossa carta estadual, de uma democracia participativa ou semidireta, era muito importante. E dou um exemplo, na época das manifestações de 2013, um dos questionamentos que se levantou foi a questão do aquário. Hoje, está lá o esqueleto do aquário não concluído na praia de Iracema, mostrando o equívoco grande que foi aquilo. Então, antes da construção, eu lembro que houve aquelas manifestações imensas aqui no Ceará, acho que o Cid era o governador, e o Cid dizia: “Eu vou submeter a construção do Aquário a um plebiscito, pra saber se a população quer ou não!” Não fez! Porque do mesmo jeito que a onda veio, aquela onda gigantesca, refluíu. Por outro lado, eu considero que na parte ambiental, nós avançamos muito. Primeiro porque a Constituição Federal já é avançada na questão ambiental, segundo, porque nesse debate, nós criamos um mecanismo aqui, que observo, não tem nos outros estados, que é a aprovação de projetos de grande impacto pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, o Coema. Ou seja, no processo de licenciamento ambiental quando houver um impacto maior, como uma siderúrgica ou uma termelétrica, haverá a necessidade de um estudo de impacto ambiental, a ser submetido à aprovação pelo Coema, que é um organismo de participação popular, de natureza consultiva e deliberativa, ainda que o peso dos movimentos sociais seja pequeno.

Repórter: Qual o sentimento do senhor em ter feito parte dessa História, de saber que ideias que foram colocadas, defendidas, hoje tem reflexos positivos?

João Alfredo: Um sentimento de muito orgulho e felicidade; olhar pra trás e perceber que participei de um processo da nossa história, ainda que pequeno, mas dentro de um maior como foi a redemocratização, com a abertura política, o ressurgimento do movimento estudantil, depois das lutas, do campo, depois nas lutas ecológicas. A Constituição de 1988 foi a redemocratização do país, com os mecanismos de participação popular, de defesa do meio ambiente, de defesa dos direitos. Um dos mais belos momentos da nossa história é o discurso do Ulysses Guimarães, todo mundo devia assistir no *youtube*, quando ele promulgou a Constituição e a chamou de Constituição Cidadã.

BITU DOS SANTOS

Ex-deputado e líder do Partido Municipalista Brasileiro (PMB)
na Assembleia Estadual Constituinte/1989

Repórter: Entrevista com o deputado Antônio Bitu. Deputado quais são as suas memórias, era o seu primeiro mandato, quais foram os anseios que o senhor defendeu, quais foram os seus projetos que a Constituinte veio assegurar na área da saúde?

Antônio Bitu: Bom, a gente sabe, naquela época, as dificuldades que o Estado tinha para poder realizar uma assistência médica condigna, mas, mesmo assim a gente tentou através disso fazer com que o Estado pudesse chegar aos municípios e pude prestar uma assistência condigna, sei que naquela época nós não podíamos atingir o que hoje existe nos Programas de Saúde da Família, os PSF, que eu acho que foi uma criação bastante importante e posso assegurar que de acordo com o Programa de Saúde da Família o brasileiro, ou o cearense tem direito a todo tipo de assistência global, você precisa notar que hoje ainda, esses PSF's não atingiram ainda a sua plenitude, porque nós sabemos que precisa através de um trabalho conjunto, não só do médico, mas do dentista, da nutricionista, de todas essas profissões vinculadas a recuperação da pessoa humana, não só através de tratamento, mais na prevenção, prevenir tudo isso.

Repórter: Os PSF's foram garantidos pela Constituição de 89? Foi depois?

Antônio Bitu: Foi depois, estou dizendo que naquela época a dificuldade que existia, mais nós procurávamos através disso, fazer com que chegasse a todos os municípios os centros de saúde do Estado para que pudesse fazer isso, porque os municípios naquela época eram zero na assistência. A assistência que existia era a assistência humana, qualitativa daqueles que se pontificavam a atender aos anseios e às necessidades do povo.

Repórter: Resgatando um pouquinho das suas memórias, o que é que o senhor lembra daquela época da Assembleia Constituinte, dos trabalhos, das discussões aqui com os outros deputados, como é que era?

Antônio Bitu: Havia muita dificuldade, nós fomos deputados numa época que o estado do Ceará estava completamente arrasado, você deve ter tido conhecimento que houve um governador que os últimos salários foi dado uns bilhetinhos, "as gonzaguetas". Você tinha o direito mais o dinheiro não aparecia, entendeu? E, no entanto nós lutávamos e o governador que entrou procurou realmente atender a essa dificuldade e nós chegamos a fazer o Ceará ser respeitado.

Repórter: E o senhor acredita que a Constituição trouxe avanços para o Ceará?

Antônio Bitu: Trouxe e muito, porque a nossa Constituição é uma das mais respeitadas do País, estou lhe dizendo que nós aqui, na época, tivemos a participação e repito, dos melhores juristas do Ceará, nós fizemos uma Constituição para valer.

Repórter: E o senhor acredita que tiveram alguns temas, algumas áreas da Constituição que poderiam ter avançado mais?

Antônio Bitu: Poderia entendeu? Porque o problema é o que estou lhe dizendo, o Ceará de ontem não é o Ceará de hoje, então essas dificuldades faziam com que a gente não pudesse também exigir aquilo que não se poderia atingir.

Repórter: E o sentimento do senhor em ter participado?

Antônio Bitu: Eu acho que participei e a minha, não só eu mais alguns outros colegas, inclusive mais experientes, por que havia aqui, deputados que já no terceiro, quarto mandato, esses já tinham mais uma condição, facilidade de poder expor e exigir aquilo de melhor para a população, mais eu pela primeira vez, posso lhe assegurar que a única coisa que eu fiz, é que eu acho que cumpri a minha missão.

MARCOS CALS

Ex-deputado e líder do Partido Social Democrático (PSD)
na Assembleia Estadual Constituinte/1989

Repórter: Deputado Marcos Cals, quais as lembranças que o senhor tem do ano de 1989? O senhor foi um dos Constituintes. Era o seu primeiro mandato?

Marcos Cals: Na verdade, tive o privilégio de me eleger em 1986. Eu tinha 22 anos, tomei posse em 1987. Muito jovem, mas lidando com pessoas maduras. Naquele período, não tínhamos o índice de renovação tão grande, então as pessoas que estavam naquela legislatura eram pessoas que já vinham no Parlamento já havia alguns anos. Não vou citar nomes porque posso me esquecer de vários companheiros com quem tive a oportunidade de conviver e que me ensinaram muito. Então, passei a participar, certamente, com certa timidez pela idade, com pouca experiência, mas observando sempre o desenvolvimento, a desenvoltura daquelas pessoas que tinham mais experiência. Naquele momento quando se instalou a nossa Constituinte estadual [...] comecei a trabalhar, e me dediquei mais à área do meio ambiente, juntamente com alguns deputados do PT, porque eu era muito estimulado a instalar aqui no Ceará o gás natural e o gás natural veicular, e o meu pai tinha sido ministro de Minas e Energia. Naquele período, o meu irmão César Neto era deputado federal e prefeito de Fortaleza, então tínhamos muita aproximação dessa área. Comecei a trabalhar e propus emendas e alguns artigos na nossa Constituição, dando prioridade ao gás natural, nos veículos de transporte público, como os ônibus, e os táxis, que hoje em dia estão usando. Veja só, estamos falando de 30 anos atrás, então era coisa moderna que estava se instalando no Brasil e aqui no Ceará. Participei de alguns debates, tive a oportunidade de conviver com pessoas que eram muito capacitadas, e apresentamos, juntamente com esse plenário aqui da Assembleia, emendas que podiam avançar cada vez mais nas conquistas da nossa população, em especial com os servidores públicos estaduais. Tínhamos de adequar a emenda constitucional, nós não tínhamos muita liberdade de apresentar propostas que pudessem avançar além da emenda, além da recém Constituição de 1988. Já tínhamos uma Constituição muito moderna, a de 1988, muitas conquistas, até hoje. É uma Constituição que está durando mais de 30 anos e tínhamos aquele ajuste. Como os deputados federais possibilitaram a gente também participar e os estados adequarem, tivemos essa oportunidade.

Repórter: O senhor colocou aí que era muito jovem, talvez imaturo, mas fazendo uma avaliação, o senhor acha que a Constituição cumpriu realmente o seu papel?

Marcos Cals: Claro, naturalmente com limitações porque a Constituição Federal outorgou muitos poderes ao Congresso Nacional e limitou as ações das Assembleias Legislativas. Lembro-me bem que tínhamos poderes, inclusive, de emancipar distritos, criando municípios aqui no estado antes da Constituição de 1988. A posteriori, tivemos limitações, a gente podia também legislar em matérias de cunho financeiro, ou seja, podia-se apresentar algumas emendas, alguns projetos que pudessem também contribuir para a tributação, a unidade tributária do estado do Ceará. Depois da Constituição de 1988, tivemos a perda dessa prerrogativa. Então, dentro daquilo que a gente podia ajustar, aquela legislatura foi muito positiva para o nosso estado, contribuiu bastante para que houvesse avanço, não só nas conquistas dos servidores públicos estaduais, mas também a conquista para a nossa população.

Repórter: Qual o sentimento de passados 30 anos e saber que o senhor fez parte desse momento histórico para o nosso Estado?

Marcos Cals: Foi um privilégio a gente ter essa oportunidade, a de participar da história. A gente fica imortalizado pela homenagem. Já tive a oportunidade de estar presente em seis legislaturas e naquele momento, muito jovem, foi um marco importante na minha vida pública, logo no seu início como Constituinte estadual. Então, foi um privilégio que Deus e que o povo do Ceará, que me trouxeram à Assembleia Legislativa.

Repórter: O senhor disse que há 30 anos já se falava no gás natural e hoje é uma coisa super atualizada. A Constituição realmente cumpriu seu papel, está bem pontuada?

Marcos Cals: Como a gente não tinha o poder de colocar naquele artigo uma imposição, então votamos prioritariamente a utilização de gás natural. Estou falando somente na parte do gás natural. No meio ambiente, as conquistas foram enormes. A reforma administrativa possibilitou bastante que o Ceará avançasse. Hoje o Ceará é um estado de vanguarda, desde aquele período com a sua modernização e a sua dinâmica administrativa. Também contribuimos para um estado como é hoje, justo, ajustado, que contribui e paga as suas obrigações em dia.

PINHEIRO LANDIM

Ex-deputado e presidente da Assembleia Legislativa ordinária/1989–1990

Repórter: Presidente, 30 anos da Constituição estadual, o senhor faz parte dessa história, o que é mais importante ressaltar, lembrar desse momento?

Pinheiro Landim: Sem dúvida nenhuma, foi a redemocratização do país, com a Constituição de 1988 a nível nacional. Evidentemente, tínhamos que adequar a Constituição do estado à Constituição federal. Então, o Ceará vivia um momento, vamos dizer assim, de uma política um pouco radical, mas nós aqui na Assembleia, fizemos uma Constituição muito em cima dos interesses do povo cearense, independente de qualquer posição política, ideológica dos componentes da Assembleia Legislativa.

E por oportunidade ou felicidade ou, então, por coincidência, eu era o presidente da Casa, presidente da Assembleia Legislativa ordinária, eleito em fevereiro de 1989, e Antônio Câmara, o presidente da Constituinte estadual e houve aqui, na época, eu tive essa oportunidade, isso é uma coisa que eu considero histórica. *Pra* mim, para os deputados, para a Assembleia e para o povo do Ceará. O Ceará é um estado pobre e pobre de recursos hídricos, principalmente a zona metropolitana que tem uma população expressiva, que tem uma dificuldade de abastecimento de água e hoje fala-se em abastecer com água reciclada e dessalinizada do mar. Na época, não existia isso. A água tinha que ser oriunda de quaisquer recursos hídricos. E eu tive a oportunidade, tive problemas, discussões pesadas e fortes com alguns parlamentares. Tive que transferir parte do município de Alto Santo para o município de Jaguaribara para que lá pudesse ser implantada e construída a Nova Jaguaribara, porque isso permitiu o acordo, uma vez que o Castanhão era fundamental e importante. Era, é e vai ser, não é mesmo? Para o Estado do Ceará, seja para o setor produtivo, seja para o abastecimento de água, para a zona metropolitana de Fortaleza. Foi muito polêmico, mas nós fomos até o fim e conseguimos fazer essa transferência e viabilizamos a construção de Nova Jaguaribara, uma vez que, o açude e a barragem do Castanhão iriam cobrir a então cidade de Jaguaribara.

Repórter: Os artigos que foram aprovados e que estão na Constituição, o senhor acredita que estão sendo colocados em prática, seria necessária uma renovação?

Pinheiro Landim: Eu não digo nem uma renovação, eu falo que poderia ser necessária uma adaptação, se fosse o caso, uma adaptação aos dias que estamos vivendo, o momento em que estamos vivendo, as transformações que o mundo nos apresentou ou que nos apresenta todo dia. As mudanças são fortes em todos os sentidos, seja no desenvolvimento humano, seja no desenvolvimento social, seja no desenvolvimento da produção agrícola, na medicina, a evolução é muito forte, a tecnologia está deixando muita coisa pra trás. Quer dizer, eu acho que cabe a qualquer país e a qualquer estado se adaptar, pois senão vai ficar perdido no tempo.

Repórter: O Ceará merece, então, presidente, a Constituição que foi promulgada e da qual o senhor participou?

Pinheiro Landim: Sem dúvida nenhuma e eu quero dizer que já estou com meus 75 anos de idade, mas ainda trabalhando muito, com o mesmo dinamismo que tive na minha vida toda. Graças a Deus, não mudou nada, minha família até reclama que eu exagero, talvez, porque eu não sossego nem no sábado nem no domingo. Às vezes a gente deixa um pouco o lazer da família e tal, mas eu gosto e me sinto bem. E a política... eu não serei mais candidato, não quero, mas tenho muita saudade porque a política é a arte da pessoa humana servir ao próximo. É uma coisa fantástica, essa articulação política em torno dos interesses do seu estado, do seu país, do seu povo. Por isso, agora os mais jovens devem fazer e fazer bem. E eu espero que isso seja feito pelos que tem idade para nos substituir.

FRANCISCO AGUIAR

Ex-deputado e presidente da Assembleia Legislativa/1993–1994

Repórter: A Assembleia Estadual Constituinte foi instalada no dia 18 de outubro de 1988, depois de 13 dias após a promulgação da Carta Federal. A Constituinte teve uma das bancadas mais representativas da história do Parlamento cearense, dela saíram dois governadores do estado, Ciro Gomes e Francisco Aguiar, quando foi presidente da Mesa Diretora da Assembleia. Passados 30 anos, quais as lembranças que o senhor guarda?

Francisco Aguiar: Foi um momento muito importante que tivemos na promulgação da Constituição Federal, em 1988, e a Assembleia, sem dúvida, teve de elaborar a Constituição Estadual para que pudéssemos nos adequar às diretrizes da nossa Carta Maior. Então, foi uma honra muito grande. Vários colegas apresentaram projetos, emendas e sugestões. Não apenas na Constituição, mas também nas disposições transitórias, de forma que foi um trabalho realmente com muito esmero, com muita seriedade e que realmente nos deu a Constituição que temos até hoje, com exceção de algumas pequenas emendas que a modificaram.

Repórter: Qual foi a participação do senhor em termos de sugestões para a Constituição Estadual?

Francisco Aguiar: Apresentei 17 sugestões. Não gostaria de dizer, “olha, fui eu que apresentei aquela ideia que hoje está na nossa Constituição, que é o artigo tal”. Acho que foi um trabalho conjunto e lembro bem a parceria que tinha entre os colegas. Ali estávamos realmente fazendo um trabalho para o estado do Ceará, não tinha partido A, partido B ou partido C. Quando nos sentávamos para conversar, todos éramos deputados com compromisso de fazer uma Constituição que fosse realmente do povo cearense.

Repórter: Após 30 anos, o senhor considera importante a elaboração dessa Constituinte Estadual, ela está sendo colocada em prática?

Francisco Aguiar: Acho que sim, acho que valeu a pena. Até porque, apesar de ter havido algumas pequenas mudanças, que foram incluídas e depois foram excluídas, foi uma Constituição feita em função da adaptação que tínhamos que ter, guardando os preceitos da Constituição maior, a nossa Constituição Federal, mas, acima de tudo, vendo as peculiaridades do nosso estado.

Repórter: O senhor fazia parte da maior bancada, de alguma forma isso facilitou para a elaboração da Constituição?

Francisco Aguiar: Facilitou bastante porque numa casa com 46 deputados, sempre tem 8, 10, 15 que pensam totalmente diferente dos demais. Mas em função da quantidade de parlamentares que tinham o pensamento voltado para determinado assunto, isso facilitou muito. Foi todo um processo de negociação. Acho que ninguém saiu magoado, ninguém quis apresentar alguma coisa que na realidade não foi aproveitado, houve uma participação geral dos 46 parlamentares.

ANTÔNIO TAVARES

Ex-deputado constituinte de 1988–1989

Repórter: Quais as lembranças que o senhor tem da época da elaboração da Constituição Estadual?

Antônio Tavares: Bom, lembranças não faltam, contundentes, emocionais, graves, suaves, de toda ordem, na época da Constituinte em 1988, é a Federal, 89 é a Estadual, nós tivemos ali na Assembleia diversos entraves para chegarmos ao, a redação final da Constituição do Estado, (inspira) é, digo com toda sinceridade pelo meu conhecimento de advogado, militante, ao longo de mais de cinquenta anos, desses cinquenta anos de profissional, eu só fiquei fora da advocacia durante apenas os quatro anos da Secretaria de Justiça, e durante dois anos que fiquei na Mesa da Assembleia Legislativa, que havia impedimento, mas fora disso aí, eu sempre fui militante em quase todos os estados da federação do Brasil.

Repórter: Com esse conhecimento do senhor, qual foi a participação, o senhor teve uma participação mais efetiva na Constituição, deputado?

Antônio Tavares: Não era, na pessoa, preferida pelo Tasso para relatar a Constituinte, devido ao Tasso ser o homem das mudanças para orgulho do Ceará, ele perdeu a maioria na Assembleia, em função dos esquemas partidários, nós ficamos minoritários na Assembleia, e conseqüentemente, eu não fui ser o relator. Mas fui designado durante os trabalhos para fazer parte de alguns estudos, e conseqüentemente, dei a minha contribuição, é verdade que quem olha para a Constituição Federal e para a Estadual e as Leis Orgânicas dos Municípios do Ceará, se tiver um pouquinho de conhecimento de direito, sabe que essas Cartas Magnas, Federal, Estadual e Municipal, elas são colchas de retalho que deveriam ter sido mais bem elaboradas, digo isso porque o artigo 18 da Constituição Federal, fala que os estados são entes-federados que gozam de autonomia, tanto os estados como os municípios, isso está no papel, mas na prática não é bem assim. Se eu hoje voltasse ao passado e fosse fazer parte de uma Constituinte, eu iria brigar, brigar no sentido jurídico da palavra, para reduzir ao máximo o tamanho dessas Constituições Federais e a Estadual, vejam por exemplo, que a Constituição Federal tem duzentos e cinquenta (250) artigos, a estadual tem mais de trezentos (300), isso é um absurdo! E é esse tipo de absurdo, que leva a nós estarmos hoje no Brasil, vivenciando situações dramáticas onde prevalece muito mais certas interpretações duvidosas de autoridades do que a própria lei da Constituição Federal e da Estadual.

Repórter: Mas o senhor acredita, digamos assim, que de alguma forma o senhor tentou mudar isso e houve uma retaliação?

Antônio Tavares: Eu não digo que eu tentei fazer nada contrariando o texto da Constituição do Estado, pelo contrário, eu dei minha colaboração dentro das limitações que nos eram impostas, que, por exemplo, quem comandou toda estrutura da Constituição do Estado foi Dr. Flávila Ribeiro, por isso que os deputados, que ali estavam em torno do próprio Dr. Flávila Ribeiro, eram muitas mais pessoas que concordava praticamente com toda redação que era exibida, até porque a Constituição do Estado, ela é uma cópia da Constituição Federal, o balizamento das 'teorias', das teses, dos artigos, das normas da Constituição Federal que não podem ser contrariadas pelas Estaduais, você tinha obrigação de aceitar, quer quisesse quer não quisesse, que a Federal dizia isso e você tinha que realmente obedecer.

Repórter: Mesmo assim, valeu à pena deputado ter sido um constituinte?

Antônio Tavares: Valeu, porque aí nós tivemos a oportunidade de debatermos o regime democrático, a federação, a, a, a, a parte dos poderes constituídos. Só que na prática, quando você pega aí a hierarquia das leis saindo da Constituição Federal, emendas constitucionais, leis complementares, leis 'especiais', leis ordinárias, decretos e outros regulamentos, você vai vê que existe aí uma gama enorme de choques, de conflitos e isso pra nós, que somos, que somos militantes

do direito isso é muito rico, porque a gente conhece justamente onde estão os conflitos da legislação, onde estão as causas de muitas coisas, que são feitas no Brasil. Eu não entendo como é que um ministro de um Supremo Tribunal Federal se a pede, a literalidade da Constituição Federal e diga que uma pessoa que comete um crime, passa por uma investigação da polícia, vai para o juiz de 1ª instância, o juiz tem todo o trabalho de ouvir depoimentos e arrolados, testemunhas, fazer prova pericial, razões finais, tal, tem uma sentença, vai para 2ª instância, onde também se reexamina todo tipo de prova, tem toda liberdade do réu se defender, vem uma sentença confirmando que a prova é válida, que o julgamento está correto, que o julgamento é justo. Ora, na hora que se esgota na 2ª instância, por exemplo, o direito de você provar a, a, aquele motivo com que você agiu, por que é que na 3ª instância, no Superior Tribunal de Justiça, no Supremo Tribunal Federal, aí assim, vai querer dizer que não se pode aplicar um julgamento de 2ª instância? É essa, a coisa que decorre dessa, dessa, dessa, dessa dilatação da Constituição Federal, que dá motivo de tantos e tantos recursos, de tantos e tantos modos de se você contestar aquilo que você é acusado.

Repórter: Isso respinga na Estadual?

Antônio Tavares: Isso respinga na Estadual, em tese, porque nem tudo, nem toda legislação estadual, ela é originária do Estado, por exemplo, tudo que é matéria de ordem criminal é obrigatório a competência é da, é da esfera federal, o Estado fica castrado no seu direito, na sua liberdade de poder realmente legislar em certas matérias, a parte tributária, quem monta toda estrutura da tributação é a de federal, aí você vai apenas adaptando aos Estados, aquilo que é de sua competência.

Repórter: Deputado a gente percebe que o senhor, digo, poderia ter feito tudo diferente se tivesse essa autonomia. Mas qual é o sentimento de olhar para Constituição do Estado e saber que o senhor participou, não como queria?

Antônio Tavares: O sentimento que eu fico é de satisfação porque é muito melhor ter uma Constituição, Federal e Estadual, que não são perfeitas, que na minha visão não são as ideais. Mas é muito melhor tê-las do que se está mais mergulhado numa crise institucional como nós temos em vários países do mundo, onde não se tem liberdade, e aqui pelo menos, o povo brasileiro está vivendo em liberdade e as Instituições estão funcionando. Isso é que me dá satisfação.

ANEXOS

DA SALINHA AO SENADOR ALENCAR

Deputado Osmar Diógenes

Artigo publicado no Diário do Legislativo (Edição Especial) de 12 de maio de 1977

Para em abril do ano da graça de 1977 instalar-se, de armas e bagagens, em moderno edifício no planalto da Aldeota, longe do burburinho do centro da cidade, a Assembleia Legislativa já sesquicentenária chega à sua nova morada por estradas nem sempre de rosas, porém como a mais legítima representação do povo no poder.

E antes de Assembleia Estadual, já foi provincial, nascida por transformação dos Conselhos Gerais, tudo por golpe e sorte da Lei de 12 de agosto de 1834, que passou à história como Ato Adicional à Constituição do Império.

Nasceu assim com a Independência, conviveu com o Império, para se fazer republicana com o advento de 1889. Como ninguém, gozou da intimidade de austeros homens de nossa política, viveu com intensidade o fluxo e o refluxo de partidos no poder. Na Província, ora conservadores, ora liberais, compuseram a sua Mesa Diretora. Viu no nascedouro os primeiros ensaios ainda no Império, da presença republicana, e cedeu seu coração a Plenário para que nele também pulsasse a nova Ordem e Progresso implantada por Deodoro.

Viveu com intensidade todos os ciclos da política nacional e os seus reflexos em terras cearenses. Após a transição de Império para República, assiste a 7 de abril de 1890 a instalação da primeira representação republicana, para em 1930 a ver dissolvida.

É testemunha, pelo menos, de quatro dissenções legislativas, todas se notabilizando pela dualidade de funcionamento. Três, durante o período Brasil Império, em 1840, 1848 e 1888. A última em plena era republicana, a de 1915. Que marcou a instalação da Assembleia em Juazeiro do Norte, contra os deputados que continuavam fiéis ao governo Franco Rabelo.

Novamente em 1935, a situação política do estado levou os deputados, à frente Menezes Pimentel, então candidato indireto a Governador, a recolherem-se ao Quartel do 23º Batalhão de Caçadores, só regressando no dia 24 de maio, garantidos por força federal.

Anteriormente, ao prédio Senador Alencar, a Assembleia Provincial funcionou “em uma casa térrea, na Praça da Sé, primeira à direita da atual Travessa Baturité” como nos ensina Hugo Vitor Guimarães.

Essa sede recebia um tratamento carinhoso dos deputados, era *A SALINHA*, e ali se ouviram os primeiros confrontos entre as facções que representavam o pensamento político da província, foi ali que se traváramos célebres debates envolvendo o golpe de mestre dos Liberais, que intentavam a maioria de Pedro II, como única forma de sobrepujarem os Conservadores. A astúcia de um cearense, José Martiniano de Alencar, fez com que os Liberais gozassem por algum tempo das graças da Coroa.

A *SALINHA* foi ainda testemunha de fato inusitado, que marcou som sangue a história política do Ceará. Era vice-presidente da Província o major João Facundo de Castro Menezes, no dizer de Barão de Studart “a influência mais legítima e real que teve a província do Ceará”.

À época, era presidente do Poder Legislativo o médico José Lourenço de Castro e Silva, estando assim a Assembleia sob o signo liberal. Segundo Gustavo Barroso, “in memória”. À Margem da História do Ceará, deveria ser votada na Casa do povo uma proposição que não interessava aos liberais, mas que tudo indicava a votação não lhe seria favorável.

Apor insinuação do Major Facundo, segundo os adversários, o presidente José Lourenço deitou arsênio, ou para outros, tártaro emético, nas jarras que se tirava água para os deputados. Sem de nada desconfiarem, os deputados adversários, naquele quente meio-dia, beberam com abundância o precioso líquido. O resultado dói um envenenamento coletivo dos deputados conservadores, acompanhado de profundas cólicas abdominais e distúrbios orgânicos que quase levou alguns à morte. Isso garantiu a maioria liberal.

Entre as vítimas mais afetadas estava o paraibano capitão de ordenanças no Rio-do-Peixe, que há tempo se mudara para Icó, jurara antes da partida que o crime era de responsabilidade do Major Facundo, que insinuara o Presidente José Lourenço para tal empreitada.

A 8 de dezembro de 1841, o Cel. Agostinho José Tomás de Aquino contando com o apoio da primeira dama da Província a Baronesa de Vitória, e utilizando o alferes de nome Jacarandá, ajudante-de-ordens do Palácio, executa o seu intento de vingança, pelas mãos assassinas de dois matadores profissionais, Antônio Abraão e Chagas.

Esse fato marcou profundamente o Poder Legislativo durante o seu funcionamento na Praça da Sé. Em 1871, a Assembleia Provincial, se instala em majestoso prédio, que tomaria o nome do grande chefe liberal e governador da Província, Senador Alencar. Os detalhes da obra arquitetônica estão descritos em artigo de Antônio Bezerra, na Revista do Instituto do Ceará, ano de 1895.

Poderíamos, agora, com a devida vênia do leitor, fazer um pouco de história, re-passando algumas informações sobre a vida e funcionamento da nossa Casa Legislativa de 12 de Agosto de 1834, transformou os antigos Conselhos Gerais em Assembleias Provinciais, e para o Ceará estatuiu em vinte e oito o número de deputados a se representarem no Poder. O art. 7º. do primeiro Regimento Interno da Assembleia Provincial trata do período de sessões: “Todos os annos haverá sessão, que durará dous mezes, podendo ser prorrogada quando o julgar conveniente o presidente da Província”.

No Art. 8º. encontramos a transposição para a Província de um costume da Corte. A FALA DO TRONO, sendo que na Província ouvir-se-ia A FALA DO PRESIDENTE.

A primeira eleição à Assembleia Provincial realizou-se aos oito dias de dezembro de 1834 após “missa solene na Igreja do Rosário”. Concorreram 138 candidatos à disputa de 28 vagas. Para instalação da primeira Assembleia Provincial à falta de regimento próprio regeu os trabalhos o documento idêntico dos Conselhos Provinciais, Carta de Lei de 27 de agosto de 1928.

Ao tempo do Brasil Império o deputado não fazia jus a subsídio fixo, e sim a apenas um valor simbólico, conforme ata da sessão de 28 de abril de 1835, onde se lê: “O Presidente da Província fixou a quantia de 3\$200 réis d’ajuda de custo para cada hum dia de viagem aqueles que morarem fora da capital, calculando-se seis léguas para cada hum dia de jornada”.

Somente em 1892, a diária passaria a 15\$000 – quinze mil réis – além de uma ajuda de 10\$000 mensal. Os constituintes de 1935, além de uma ajuda fixa prefixada em Cr\$3.000,00 recebiam uma diária de Cr\$50,00. Novo reajustamento de subsídios seria realizado para os constituintes de 1947: fixo de Cr\$ 5.000,00 e mais Cr\$ 150,00 por sessão.

Agora, após cento e seis anos de funcionamento no Edifício Senador Alencar, a Assembleia muda-se para um novo prédio construído no planalto da Aldeota, dotado de todos os requisitos modernos ao pleno funcionamento do Poder. Para abrilhantar ainda mais o evento, o sr. presidente da República, general Ernesto Geisel, cortará a fita simbólica, dando por inauguradas as novas instalações.

No ano de 1871, cena idêntica acontecia com os legisladores eleitos para o período 1870 a 1871. Era presidente do poder, à época, o ilustre varão de Jucás, o Barão de Aquiraz, sr. Gonçalo Batista Vieira. Num preito de homenagem, recordemos alguns dados sobre a sua vida: nasceu em S. Mateus, hoje Jucás, formando-se em Direito, no Recife, aos 22 anos, logo se filiando ao Partido Conservados. Com a morte de seu primo, Senador Fernandes Vieira, tornou-se o chefe do Partido no Ceará. vice-presidente da Câmara. A lei do Ventre Livre, em 1871 cinde do Partido em Miúdos e Graúdos, conhecidos os primeiros como “grupo resistente” sob a chefia de Gonçalo Vieira. No mesmo ano é agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Aquiraz e em 1880 sufragado para uma cadeira no Senado Vitalício. Com o advento da República retira-se da vida pública, passando a chefia do grupo ao dr. Ildefonso Correia Lima, recolhendo-se à vida privada, falecendo a 10 de março de 1892, no seu palacete à Praça do Ferreira, atualmente escritório da empresa Luiz Severiano Ribeiro.

Cento e seis anos depois, o Poder novamente se transfere para uma nova sede. Os tempos mudaram, é bem verdade, mas na sua presidência, como ontem, encontra-se um deputado que representa condignamente o mais legítimo poder nas democracias. Paulo Feijó de Sá e Benevides descende de ilustre família de Mombaça, e não é o primeiro de sua grei a se fazer presente na vida pública do Estado. Possui mesmo uma tradição centenária de várias gerações, tanto na política provincial como republicana.

O vestuto Edifício Senador Alencar, tão caro em tradições para os que viveram os momentos mais marcantes da política cearense, cederá suas dependências a uma nova instituição, a Academia Cearense de Letras. De 1871 aos dias de hoje, conviveu intimamente com os mais legítimos ideais cearenses, incarnados nos representantes do povo. O seu plenário, as suas bancadas, a sua tribuna guardam as passagens mais edificantes de exemplos de homens voltados para o bem público, e possuídos de inegáveis dotes de inteligência, que fizeram vibras as galerias, em arroubos oratórios, todos repletos de patriotismo e amor à terra-mãe.

É a marcha inexorável do tempo, eterno e fatal. Ontem, os brilhos de uma pomposa inauguração e a euforia dos legisladores de 1871. Hoje, a despedida dos legisladores de 1977. Mas em tudo uma certeza. Não se escreverá a história do Ceará, sem antes se debruçar o escrito sobre cento e seis anos de atividades do casarão Senador Alencar, repositório e palco de tudo quando se fez em política mais de cento e seis anos nesta terra.

Uma longa caminhada percorrida desde a Salinha, em 1834, a esta despedida em 1977. Muitos ainda serão os caminhos que nos levarão ao futuro. O importante é que em meio a calmarias e procelas, os homens passam, mas o Poder Legislativo permanece.

CONSTITUIÇÃO BALZAQUIANA

Barros Alves

Jornalista e assessor parlamentar da Assembleia Legislativa do Ceará

Em 1988, quando se instala a Assembleia Estadual Constituinte, já eu era servidor da Assembleia Legislativa do Ceará, onde ingressei por concurso em 1980. Acompanhei de perto, na condição de taquígrafo legislativo, os trabalhos da Constituinte, que transcorreram *pari passu* com as sessões da Assembleia Legislativa ordinária. Governava o Ceará o empresário Tasso Jereissati. Era o “governo das mudanças”, eleito em 1986. Tentava implementar um novo modo de governar, que se contrapusesse ao estilo dos coronéis - Virgílio Távora, César Cals e Aduino Bezerra -, os quais dominaram politicamente o estado durante o período dos governos militares. Rompido com VT, seu mentor político, Gonzaga Mota apoiou a política anticoronelista em favor do jovem postulante Tasso, que derrotou o coronel Aduino Bezerra no memorável pleito de 1986.

A Assembleia Constituinte dos estados federados foi instalada em cumprimento da Carta Fundamental promulgada em 5 de outubro de 1988, posto que o *caput* do artigo 11 das Disposições Transitórias, estabeleceu que a Assembleia Legislativa de cada unidade da Federação se investiria de poder constituinte, para a elaboração da Constituição, de acordo com os parâmetros da Carta Magna, no prazo de um ano. As limitações para a consecução dessa tarefa foram imensas, uma vez que os deputados constituintes estavam jungidos a parâmetros jurídico-políticos inscritos na Constituição-mãe. Como se não bastassem os óbices de natureza legislativa, não obstante o empenho de todos e uma qualificada assessoria nas pessoas dos juristas Paulo Bonavides e Fávila Ribeiro, os embates partidários e eleitorais se refletiam de maneira evidente no Parlamento. Tasso Jereissati não deglutira a derrota sofrida na escolha do presidente da Assembleia Constituinte. O tauaense Antônio Câmara, ex-líder do governo Gonzaga Mota com quem Tasso romperia logo depois das eleições, sagrou-se presidente em acirrada disputa com seu fidalgo adversário político, o também tauaense Júlio Rego, candidato do governo. Paulo Quezado, do PDT, ensaiara uma candidatura que não vingou. Ademais, as eleições municipais, uma verdadeira conflagração com vistas a sacramentar a hegemonia do governo Tasso, presenciou um pugilato político tremendo em Fortaleza, entre os deputados Edson Silva e Ciro Gomes, este tornado prefeito por pequena diferença de votos. Ciro Gomes, aliás, não participou dos trabalhos como constituinte, posto que no limiar de 1989 assumiu a prefeitura da capital.

Sob a liderança firme de Antônio Câmara, os constituintes escreveram com grande entusiasmo uma Constituição que tem atendido aos anseios da comunidade naquilo que há de mais necessário à convivência social e ao provimento de direitos individuais e sociais. A efetividade no cumprimento da lei maior do estado depende da capacidade de mobilização, fiscalização e cobrança da sociedade. Os aperfeiçoamentos, por exigência mesma da dinâmica social e política ocorrida nesses 30 anos, têm sido feitos por intermédio de emendas. O certo é que a Constituição do Ceará promulgada em 5 de outubro de 1989, chega à idade balzaquiana em pleno vigor. O Parlamento que a fez, hoje com novas personagens, carrega em si de forma intrínseca o DNA da democracia e, consequentemente, dos processos de inovação e aperfeiçoamento. Sob a presidência do deputado José Sarto, a Casa Legislativa rejubila-se e agenda vários eventos para a comemoração dos trintanos constitucionais pós-1989, culminando com sessão solene no dia 7, às 18 horas, no Plenário Treze de Maio. A propósito: um único constituinte ainda está no exercício do mandato parlamentar atualmente, o deputado Manuel Duca.



Originais das Constituições do Estado do Ceará

Acervo da Biblioteca César Cals de Oliveira, da Assembleia Legislativa do Ceará

Da esquerda para direita:

Constituição de 1921 – promulgada a 04 de novembro, presidência do deputado Rubens Monte

Constituição de 1935 – promulgada a 24 de setembro, presidência do deputado César Cals de Oliveira

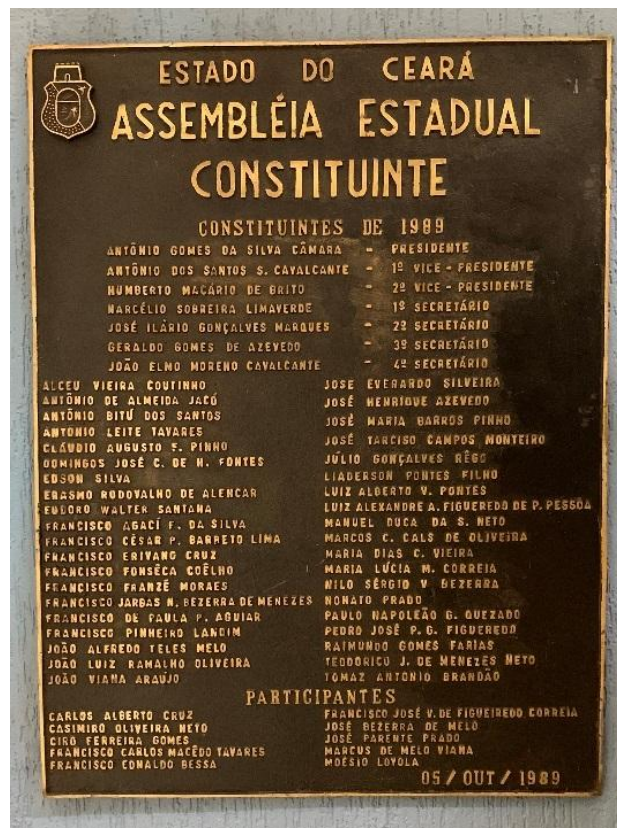
Constituição de 1947 – promulgada a 23 de junho, presidência do deputado Joaquim Bastos Gonçalves

Constituição de 1989 – promulgada a 05 de outubro, presidência do deputado Antônio Câmara

Nota: apesar das intensas pesquisas realizadas, não foi possível localizar os originais das Constituições dos anos de 1891, 1892, 1925, 1945 e 1967.



Descerramento da placa alusiva à promulgação da Carta Estadual de 1989 pelo deputado Pinheiro Landim, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, biênio 1989-1990, e pelo governador Tasso Jereissati





Presidente Antônio Câmara proferindo o único discurso da solenidade de promulgação da nova Constituição do Ceará.

Juramento do governador do Ceará, Tasso Jereissati, à nova Constituição.



Juramento do presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Pinheiro Landim, à nova Constituição.



Presidente Antônio Câmara passa às mãos do governador Tasso Jereissati um exemplar da nova Constituição do Ceará.

Presidente da Constituinte, Antônio Câmara, passa às mãos do deputado Pinheiro Landim, presidente da Assembleia Legislativa, um exemplar da nova Constituição do Ceará.



Presidente Antônio Câmara passa às mãos do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Valter Nogueira e Vasconcelos, um exemplar da nova Constituição do Ceará.

Algumas autoridades presentes à solenidade de promulgação



Vice-prefeito de Fortaleza, Juracy Magalhães; senador Mauro Benevides; comandante da 10ª Região Militar, general Inaldo Seabra Noronha e dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza.



Vice-governador Castelo de Castro; senador Cid Carvalho; presidente da Câmara de Vereadores de Fortaleza, Narcílio Andrade; vice-prefeito de Fortaleza, Juracy Magalhães; senador Mauro Benevides; comandante da 10ª Região Militar, general Inaldo Seabra Noronha e dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza.



Visão panorâmica do Plenário



BIBLIOGRAFIA

- ◆ Atas da Assembleia Estadual Constituinte do Estado do Ceará, compreendendo o período de 1988 a 1989. (Setor de Arquivo)
- ◆ Entrevistas com deputados constituintes disponibilizadas pela Rádio FM Assembleia.
- ◆ Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.
- ◆ Constituição do Estado do Ceará, 1989 – Coleção Constituições Cearense. Vol. IX. Fortaleza, Editora Inesp, 2005.
- ◆ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Memorial Deputado Pontes Neto – Deputados estaduais 22ª legislatura 1987-1990. Fortaleza, Editora Inesp, 2004.
- ◆ MOTA, Aroldo – História política do Ceará 1987-1991. Fortaleza, Multigraf Editora, 1992.
- ◆ SAMPAIO, Dorian – Anuário do Ceará. Coleção.
- ◆ O POVO S.A. – Anuário do Ceará. Coleção
- ◆ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ.
- ◆ Fotografias da solenidade de promulgação da nova Constituição do Ceará cedidas ao Memorial pelo deputado Antônio Câmara.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira
Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!	Tua jangada afoita enfune o pano!
Soa o clarim que a tua glória conta!	Vento feliz conduza a vela ousada;
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta.	Que importa que teu barco seja um nada,
Em clarão que seduz!	Na vastidão do oceano,
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro	Se, à proa, vão heróis e marinheiros
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!	E vão, no peito, corações guerreiros?!
Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!	Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!
Chuvas de prata rolem das estrelas...	Porque esse chão que embebe a água dos rios
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,	Há de florar em messes, nos estios
Ressoe a voz dos ninhos...	Em bosques, pelas águas!
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos	Selvas e rios, serras e florestas
Rubros, o sangue ardente dos escravos!	Brotem do solo em rumorosas festas!
Seja o teu verbo a voz do coração,	Abra-se ao vento o teu pendão natal,
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!	Sobre as revoltas águas dos teus mares!
Ruja teu peito em luta contra a morte,	E, desfaldando, diga aos céus e aos ares
Acordando a amplidão.	A vitória imortal!
Peito que deu alívio a quem sofria	Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi o sol iluminando o dia!	E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!

HINO DA CIDADE DE FORTALEZA

Letra por Gustavo Barroso
Melodia por Antônio Gondim

Junto à sombra dos muros do forte
A pequena semente nasceu.
Em redor, para a glória do Norte,
A cidade sorrindo cresceu.
No esplendor da manhã cristalina,
Tens as bênçãos dos céus que são teus
E das ondas que o sol ilumina
As jangadas te dizem adeus.

Fortaleza! Fortaleza!
Irmã do Sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

O emplumado e virente coqueiro
Da alva luz do luar colhe a flor
A Iracema lembrando o guerreiro,
De sua alma de virgem senhor.
Canta o mar nas areias ardentes
Dos teus bravos eternas canções:
Jangadeiros, caboclos valentes,
Dos escravos partindo os grilhões.

Fortaleza! Fortaleza!
Irmã do Sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

Ao calor do teu sol ofuscante,
Os meninos se tornam viris,
A velhice se mostra pujante,
As mulheres formosas, gentis.
Nesta terra de luz e de vida
De estiagem por vezes hostil,
Pela Mãe de Jesus protegida,
Fortaleza és a Flor do Brasil.

Fortaleza! Fortaleza!
Irmã do Sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

Onde quer que teus filhos estejam,
Na pobreza ou riqueza sem par,
Com amor e saudade desejam
Ao teu seio o mais breve voltar.
Porque o verde do mar que retrata
O teu clima de eterno verão
E o luar nas areias de prata
Não se apagam no seu coração.

Fortaleza! Fortaleza!
Irmã do Sol e do mar,
Fortaleza! Fortaleza!
Sempre havemos de te amar

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

Inesp

João Milton Cunha de Miranda

Presidente

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo

Coordenador

Rachel Garcia e Valquiria Moreira

Assistentes Editoriais

Luzia Rolim

Assessora de Comunicação

Cleomarcio Alves (Marcio), Edson Frota, Francisco de Moura,

Hadson França e João Alfredo

Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal

Equipe de Produção em Braille

Mário Giffoni

Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)

Equipe de Design Gráfico

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios

Equipe de Revisão

Maria Marluce Studart Vieira, Marta Lêda Miranda Bezerra e Milena

Saraiva Leão Vieira

Equipe Auxiliar de Revisão

E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, CEP 60170-900, Fortaleza, Ceará,
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500